



Keila Garcia da Silva

**Diaristas e bordadeiras. Formas de
apropriação do trabalho feminino na
contemporaneidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Profa. Denise Pini Rosalem da Fonseca

Co-orientadora: Profa. Regina Célia de Mattos

Rio de Janeiro
Abril de 2014



Keila Garcia da Silva

**Diaristas e bordadeiras. Formas de
apropriação do trabalho feminino na
contemporaneidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Denise Pin Rosalem da Fonseca
Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Regina Célia de Mattos
Co-Orientador

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Profa. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Rita de Cassia Santos Freitas
UFF

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Keila Garcia da Silva

Graduou-se em Serviço Social na UFF (Universidade Federal Fluminense) em 2011. Especializou-se em Gestão Ambiental na Universidade Cândido Mendes em 2013. Trabalha como Assistente Social na área de Saúde e Educação.

Ficha Catalográfica

Silva, Keila Garcia da

Diaristas e bordadeiras. Formas de apropriação do trabalho feminino na contemporaneidade / Keila Garcia da Silva; orientadora: Denise Pini Rosalem da Fonseca; co-orientadora: Regina Célia de Mattos. – 2014

132 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Diaristas. 3. Bordadeiras. 4. Trabalho feminino. 5. Apropriação do trabalho. I. Fonseca, Denise Pini Rosalem da. II. Mattos, Regina Célia de. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. IV. Título.

CDD: 361

Dedico este trabalho a todas as mulheres que são discriminadas — nos âmbitos público e privado—, sobrecarregadas de trabalho, não recebendo salários dignos, sendo desrespeitadas enquanto mulheres e profissionais. Em especial, este trabalho está dedicado às bordadeiras e diaristas e, principalmente, aquelas que participaram desta pesquisa.

Agradecimentos

A oportunidade de elencar agradecimentos é momento ímpar de refazer energias e registrar o quanto o apoio de instituições e pessoas foi importante, nesses excelentes anos de estudo e trabalho. Assim, sou grata:

Primeiramente, a Deus e sua mãe que me proporcionam forças para continuar, enfrentando todos os desafios.

Ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pela credibilidade dispensada ao ante-projeto de pesquisa, que resultou nesse estudo. Assim como a todos os professores do Programa que fizeram com que minha pesquisa caminhasse, devido ao apoio dado durante as aulas.

Sou igualmente grata às doutoras Regina Célia de Mattos e Inêz Terezinha Stampa pelas contribuições feitas durante a realização do Exame de Qualificação.

Minha gratidão se estende às seis colaboradoras desta pesquisa pela confiança concretizada no investimento de tempo e na atenção dispensada aos necessários questionamentos.

Serei sempre agradecida a minha orientadora Professora Denise Pini Rosalem da Fonseca por toda dedicação prestada a esta pesquisa, pelo apoio, contribuição, carinho, sendo uma amiga para todas as horas. Assim como à minha co-orientadora Professora Regina Célia de Mattos por todo trabalho realizado conosco.

Além disso, sou grata às Professoras Inêz Terezinha Stampa e Rita Freitas, por haverem aceitado, prontamente, participar da Banca Examinadora desta dissertação, assim como, à Professora Luciene Medeiros.

Aos colegas do programa de pós-graduação pelo companheirismo.

Por fim, apesar das expressões de afeto praticamente diárias, reconheço meu débito para com minha família, em especial, meus pais e meu marido que estiveram sempre ao meu lado.

Resumo

Silva, Keila Garcia da; Fonseca, Denise Pini Rosalem da. **Diaristas e bordadeiras. Formas de apropriação do trabalho feminino na contemporaneidade.** Rio de Janeiro, 2014. 132p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objeto central o trabalho feminino, realizado por diaristas e pelas bordadeiras na contemporaneidade. O que se deseja é analisar e comparar duas profissões, que ocupam primordialmente mulheres e que são desenvolvidas no âmbito privado: o trabalho doméstico remunerado — na profissão das diaristas — e o trabalho em domicílio — através das bordadeiras. Os questionamentos centrais que norteiam este estudo são: Como se organiza a produção da mulher para o mercado, quando esta desenvolve o seu trabalho no espaço da casa? Que semelhanças e diferenças há quando o espaço do trabalho é a casa, podendo ser entendido como espaço público — como é o caso das diaristas — ou quando ele é o próprio espaço privado da trabalhadora — como é o caso das bordadeiras? O estudo argumenta que a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro da atualidade ainda apresenta desigualdades importantes entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, sendo esta mais uma forma de subalternização da mulher e de manutenção de relações sociais patriarcais. Este trabalho se propõe a descrever e discutir o trabalho feminino realizado no espaço da casa, entrecruzando relações de gênero com considerações sobre as alterações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade, contrapondo o trabalho doméstico remunerado — com as diaristas —, ao trabalho em domicílio — com as bordadeiras. A pesquisa de campo foi realizada através de dois grupos focais e seis entrevistas individuais semiestruturadas com diaristas e bordadeiras residentes no Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Palavras-chave

Diaristas; Bordadeiras; Trabalho feminino; Apropriação do trabalho.

Abstract

Silva, Keila Garcia da; Fonseca, Denise Pini Rosalem da (Advisor). **House cleaners and embroiderers. Contemporary forms of female work appropriation.** Rio de Janeiro, 2014. 132p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The subject of this thesis is the female work performed in Rio de Janeiro nowadays by house cleaners and embroiderers. The main goal is to compare and to analyze two different professional occupations, primarily performed by women, which are currently undertaken within private spaces: the activities of contracted house cleaners and embroiderers. The central questions are: How the female contribution to the job market is organized and controlled when her work is performed within private spaces? Which are the similarities and differences between professional work performed by women on their own homes — like the embroiderers —, or on someone else's houses — like the house cleaners? The study argues that the female's contribution to the Brazilian job market is still in a subordinated and uneven position when compared to the male work. Furthermore, the author sustains that this is one of the social mechanisms to maintain the subalternization of women, within the frame of patriarchal Brazilian social relations. This work describes and discusses the female work performed in private spaces (within the house), by relating gender relations with the recent transformations observed in the work relations. The research was developed with the contribution of six workers of the São Gonçalo, RJ.

Keywords

House cleaners; Embroiderers; Female work; Work appropriation.

Sumário

1. Introdução	13
2. Trabalho feminino na contemporaneidade: algumas aproximações importantes	18
2.1. Transformações históricas no mundo do trabalho	19
2.2. Trabalho feminino no Brasil atual	29
2.3. Diaristas e bordadeiras: trabalho doméstico remunerado e trabalho em domicílio	37
2.3.1. Trabalho doméstico remunerado	43
2.3.2. Trabalho em domicílio	53
2.4. Diaristas e bordadeiras: quando público e privado se confundem	63
3. Para conhecer o valor do trabalho feminino	67
3.1. Entrevistas e grupos focais: ferramentas de aproximação	69
3.2. Conversas de mulheres: para entender o sentido da casa	72
3.2.1. Conversando em grupo: bordadeiras e diaristas	73
3.2.2. Conversando individualmente: seis trabalhadoras	84
3.2.2.1. Bordadeira A – Nunca trabalhei de carteira assinada	84
3.2.2.2. Bordadeira B – Você não tem valor	89
3.2.2.3. Bordadeira C – Se a Ana Maria Braga usa deve ser um trabalho com valor	92
3.2.2.4. Diarista A – Me chamou para trabalhar na casa dela e me humilhou	95
3.2.2.5. Diarista B – Então parei de estudar e fui trabalhar	98
3.2.2.6. Diarista C – Aí eu tenho o meu dinheiro e compro com o meu dinheiro	101
4. Cinco redes de temas sobre dois trabalhos femininos	105

4.1. A permanência da desvalorização: perversas práticas de gestão	105
4.2. A informalidade aprofundada: a frustração da “carteira assinada”	109
4.3. A intensidade da exploração: a jornada de trabalho	113
4.4. A precariedade na produção: o peso sobre a saúde	114
4.5. A reafirmação de um velho poder: relações sociais patriarcais	115
5. Considerações finais	119
6. Referências bibliográficas	124
7. Apêndices	129
7.1. Roteiro de entrevista semi-estruturada	129

Lista de tabelas

Tabela 1	Inserção no mercado de trabalho comparativo mulheres / homens [estimulada, em %] – Brasil – 2010	32
Tabela 2	Responsabilidade pelo sustento da família – Comparativo 2001/2010 [estimulada e única, em %] – Brasil – 2010	35
Tabela 3	Responsável pelo trabalho doméstico – Comparativo 2001/2010 [estimulada e única, em %] – Brasil – 2010	35
Tabela 4	Horas semanais dedicadas a fazer (ou a orientar) trabalhos domésticos – Brasil – 2010	36
Tabela 5	Total de pessoas ocupadas formal e informalmente em confecções e facções na cidade do Rio de Janeiro – 2011	59
Tabela 6	Importância da renda como costureira externa na cidade do Rio de Janeiro – 2011	60
Tabela 7	Pagamento de INSS pelas costureiras na cidade do Rio de Janeiro – 2011	60
Tabela 8	Principal problema da indústria para costureiras externas na cidade do Rio de Janeiro – 2011	61
Tabela 9	Vantagem na profissão de costureira externa na cidade do Rio de Janeiro – 2011	62

Lista de gráficos

Gráfico 1	Rendimento médio real habitual da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo, nas Regiões Metropolitanas do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – (2003 e 2011)	30
Gráfico 2	Participação na população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%), nas Regiões Metropolitanas do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre – (2003 e 2011)	39
Gráfico 3	Trabalhadores domésticos no Brasil – 2013	47
Gráfico 4	Proporção das trabalhadoras domésticas mensalistas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000 e 2010	48
Gráfico 5	Proporção das trabalhadoras domésticas diaristas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000 e 2010	48
Gráfico 6	Distribuição das trabalhadoras domésticas em São Paulo segundo posição na ocupação – 2010	50
Gráfico 7	Distribuição das trabalhadoras domésticas em Fortaleza segundo posição na ocupação – 2010	51

1

Introdução

O presente trabalho tem como objeto central o trabalho feminino, realizado pelas diaristas e pelas bordadeiras na contemporaneidade. O que se deseja é analisar e comparar duas profissões, que ocupam primordialmente mulheres e que são desenvolvidas no âmbito privado: o trabalho doméstico remunerado - na profissão das diaristas - e o trabalho em domicílio - através das bordadeiras.

Os questionamentos que inspiram e norteiam este estudo são: Como se organiza a produção da mulher para o mercado, quando esta desenvolve o seu trabalho no espaço da casa? Que semelhanças e diferenças há quando o espaço do trabalho é a casa, podendo ser entendido como espaço público - como é o caso das diaristas - ou quando ele é o próprio espaço privado da trabalhadora - como é o caso das bordadeiras? O espaço privado, âmbito de reprodução da força de trabalho, acaba por incluir também o espaço da produção, misturando-se em um só ambiente? A invisibilidade contribui para a exploração desses trabalhos, para sua precarização, desvalorização e não regulamentação? Quais as semelhanças e diferenças existentes no trabalho das diaristas e bordadeiras? Como tem se desenvolvido o trabalho feminino na contemporaneidade, visto que o mesmo sempre foi dado como um trabalho subalterno? Quais as relações existentes entre gênero e trabalho?

O interesse para realização deste estudo nasceu já na graduação, a partir da indagação sobre as relações de gênero, primeiramente voltado para a discussão da responsabilização feminina pelo cuidado. Agora, a discussão estará direcionada especificamente ao mercado de trabalho, com o intuito de compreender como as relações de gênero se plasmam no mercado de trabalho na atualidade, principalmente quando as relações de produção e reprodução se entrelaçam em um mesmo ambiente.

O mercado de trabalho, no decorrer da segunda metade do século XX, sofreu transformações muito profundas. Dentre elas, destaca-se a entrada das mulheres neste mercado. No entanto, apesar de ser considerada uma grande conquista feminina do século XX, a inserção da mulher no mercado de trabalho (leia-se: a mulher burguesa) ainda apresenta desigualdades importantes como,

por exemplo, as disparidades de salários entre homens e mulheres que permanecem vigentes na atualidade.

Como já vem demonstrando os estudos de gênero desde a década de 1970, a desigualdade social entre homens e mulheres não é natural, mas naturalizada. A hierarquização dos sexos é "ensinada", produzida através de processos discursivos e culturais. A cada nova geração a existência de dois mundos distintos é reafirmada. Neste contexto, o sexo é quem determina o lugar do indivíduo na sociedade desde o nascimento da criança. O modo de ser e de estar no mundo não resulta de um ato único, inaugural, mas constitui-se em uma construção, conforme normas e valores de uma dada cultura,

... gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo implícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado... (Louro, 2008, p. 17-18).

Uma das formas de subalternização da mulher é a sua inserção desigual no mercado de trabalho. O trabalho das diaristas e o trabalho das bordadeiras são profissões consideradas femininas, desenvolvidas no espaço da casa, sem proteção social, não qualificadas, razões pelas quais delas nos ocuparemos. Para nos aproximarmos da realidade vivenciada pelas mulheres neste contexto, este estudo buscará estabelecer bases para uma comparação destas duas profissões femininas.

Partimos de uma breve busca de artigos publicados na base *Scielo* e no catálogo de teses e dissertações defendidas na PUC-Rio em mais de uma década. O que percebemos é que não se encontra registrada ainda qualquer produção sobre tal comparação. O que se pode encontrar são produções sobre cada uma destas formas de trabalho feminino independentemente, seja sobre o trabalho em domicílio (diversas atividades), seja sobre o trabalho doméstico remunerado (diaristas ou mensalistas). Ainda assim, estes estudos são pouco numerosos. As produções mais volumosas tratam do trabalho doméstico não remunerado, ou seja, no âmbito privado, sendo este, ainda hoje, um espaço do feminino no interior da família.

Desta maneira, este trabalho se propõe a descrever e discutir o trabalho feminino no espaço da casa, entrecruzando relações de gênero com considerações sobre as alterações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade, contrapondo o trabalho doméstico remunerado -com as

diaristas -, ao trabalho em domicílio - com as bordadeiras. O que se busca é um aprofundamento do conhecimento das dinâmicas de trabalhos femininos realizados em espaços privados, nos quais convergem os âmbitos público e privado, e suas formas de apropriação na contemporaneidade. Tal discussão é entendida como de suma importância, pois tanto as desiguais relações de gênero, quanto as trabalhistas, não podem ser naturalizadas pela sociedade. Esta contraposição busca retratar aspectos do trabalho feminino na atualidade, posto que a limitada produção acadêmica sobre estes temas de alguma maneira corrobora a naturalização da subalternização do trabalho feminino vigente ainda hoje em nosso meio.

As relações de gênero e trabalhistas são temas de grande importância para o Serviço Social que merecem atenção e aprofundamento. Neste sentido, este trabalho busca contribuir com a profissão e com o profissional, posto que muitos dos Assistentes Sociais trabalham diretamente com as famílias da classe trabalhadora, deparando-se no dia-a-dia com as expressões de desigualdade nas relações de gênero e com a precarização no mercado de trabalho.

O objetivo central deste trabalho é, portanto, o de descrever e discutir o trabalho da diarista e da bordadeira, a partir das formas de apropriação dos seus trabalhos, que são realizados em um espaço privado, entrecruzando o espaço público com o privado, juntando em um mesmo âmbito a reprodução e produção a favor da produção capitalista.

Os objetivos específicos são: 1) identificar as razões históricas e atuais para a invisibilidade desses trabalhos, que podem estar contribuindo para a exploração, precarização, desvalorização e não regulamentação destas profissões; 2) contribuir com a reflexão acadêmica sobre a precarização do trabalho feminino, e 3) entrecruzar estudos sobre as relações de gênero com os de relações trabalhistas.

Este trabalho principiou com a identificação da literatura sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho no contexto da globalização, com especial atenção para o trabalho feminino. A partir destas leituras buscamos construir um arcabouço conceitual sobre os principais temas e categorias teóricas que estruturam este estudo: 1) mercado de trabalho; 2) informalidade 3) terceirização 4) precarização 5) gênero; 6) trabalho feminino; 7) trabalho doméstico remunerado; 8) trabalho em domicílio; 9) espaço público, e 10) espaço privado.

Do ponto de vista dos autores utilizados, tomamos como referências principais os trabalhos de Marx (2006); Harvey (2011); Antunes (2004 e 2009);

Toni (2003); Collin (1998); Alves (2000); Offe (1989); Beck (1997); Rifkin (1995); Iamamoto e Carvalho (2007) para historicizar e contextualizar as distintas concepções da categoria "mercado de trabalho" e "precarização".

Para a discussão sobre "informalidade" e "terceirização" dialogamos com Tavares (2004); Malaguti (2001); Prandi (1978); Melo e Teles (2000); Neves e Pedrosa (2007); Cacciamali (2001); e Colli (2000).

No que tange ao debate sobre relações de gênero e, neste contexto, o trabalho feminino, partimos das contribuições de Perrot (1991); Oliveira (1991); Kon (2009); Saffioti (1979); Antunes (2009); e Louro (2008).

Quanto às discussões mais específicas sobre trabalho doméstico remunerado e trabalho em domicílio, estamos nos apoiando nos trabalhos de Leite (2009); Mattos (2005); Melo (1998); Sanches (2009); Bastos (2010); Lima, Silva, Silva e Medeiros (2010); Álvaro (2012); Perrot (2008); Lavinas, Sorj, Barsted e Jorge (2000); Martinez (2008); Bruschini (2007); Araújo e Amorim (2001); Abreu (1986); e Tavares (2004).

Nossa pesquisa de campo foi realizada através de grupos focais e entrevistas individuais semi-estruturadas (Ver Apêndice 7.1) com diaristas e bordadeiras do Município de São Gonçalo, no qual residem muitas profissionais com este perfil.

Localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ao norte da Baía de Guanabara, São Gonçalo cumpre o papel de "cidade dormitório" para uma porção importante de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1970. A própria distância das moradias ao mercado de trabalho, pode-se argumentar, já constitui uma dificuldade para os moradores deste município, dados os custos econômicos e pessoais que decorrem do acesso a este mercado. Por sermos moradoras daquela região, encontramos ali uma maior possibilidade de conseguirmos as adesões de potenciais colaboradoras para esta pesquisa, utilizando nossas redes sociais locais.

Do ponto de vista da sua estruturação este trabalho contém três capítulos temáticos. Em "Trabalho feminino na contemporaneidade: algumas aproximações importantes" apresentamos nossas apropriações teóricas e conceituais sobre aspectos que fundamentaram nossa observação empírica. Ali principiamos por historicizar brevemente as transformações ocorridas no mundo do trabalho, com ênfase para o momento atual, seguido de uma contextualização do trabalho feminino no Brasil hoje. A seguir, apresentamos as duas formas de trabalho feminino que nos ocupam neste estudo: o trabalho doméstico remunerado (diarista) e o trabalho em domicílio (bordadeiras),

oferecendo nossa interpretação sobre a convergência de público e privado no espaço da casa, onde estas duas formas de trabalho se dão.

No capítulo seguinte, intitulado "Para conhecer o valor do trabalho feminino" descrevemos como o trabalho de pesquisa de campo foi realizado, a maneira de uma etnografia baseada nas transcrições de dois grupos focais e de seis entrevistas individuais realizadas com as colaboradoras da pesquisa (três diaristas e três bordadeiras). Estas não atuaram apenas como informantes privilegiadas, mas, principalmente, contribuíram com a construção da própria metodologia da pesquisa. O que se buscou aqui foi contribuir com novas formas de construção de conhecimento em ciências sociais, que permitam dar acesso a populações historicamente invisibilizadas e/ou silenciadas. Além disso, é importante informar que já trabalhamos como bordadeira no Município de São Gonçalo, o que facilitou o acesso às colaboradoras e permitiu uma interlocução mais densa e reveladora.

Em "Cinco redes de temas sobre dois trabalhos femininos" o que se apresenta são considerações sobre as sinergias observadas nas falas diretas das colaboradoras, organizadas a partir de cinco redes de temas que são recorrentes em seus discursos. Estas redes temáticas apontam com clareza para a permanência e, quiçá, o aprofundamento de formas perversas de apropriação do trabalho feminino na contemporaneidade, tais como: 1) as contradições econômicas, que sustentam a naturalização da subalternidade; 2) a ausência da "carteira assinada", sinônimo do não reconhecimento sócio-jurídico destas profissões; 3) a extensão da jornada de trabalho, que ilustra a precariedade destes tipos de trabalhos femininos; 4) a precarização da saúde, que evidencia a expropriação econômica e social, e 5) a reafirmação de poderes, apontando para a permanência das nossas históricas relações sociais patriarcais.

2

Trabalho feminino na contemporaneidade: algumas aproximações importantes

O mundo do trabalho sofreu inúmeras mudanças na contemporaneidade, disto todos sabemos. Contudo, a crise internacional, ocorrida a partir dos anos 1970, causou transformações profundas no modo de produção capitalista e, para a classe que vive do trabalho, o que se observou, neste contexto, foi uma precarização do mercado de trabalho.

O aumento generalizado do desemprego permitiu a construção da tese do fim do trabalho, colocando em questão sua centralidade na sociedade. Somado ao desemprego, outras formas de trabalho foram reinventadas, tais como: a terceirização e a informalidade. Neste cenário, o mercado ocupa cada vez mais as mulheres. Esta convergência da precarização do mercado do trabalho - com a utilização do trabalho informal e do trabalho terceirizado - com o aumento da ocupação da força de trabalho feminina é o pano de fundo deste estudo.

Exemplo do incremento da informalidade é a utilização, cada vez mais significativa, do ponto de vista numérico, do trabalho doméstico remunerado sem vínculo empregatício, encarnado por um exército de diaristas que se ocupam da manutenção e reprodução da vida cotidiana no Brasil na atualidade, assim como o trabalho em domicílio, identificado nessa pesquisa com o trabalho das bordadeiras.

Quanto à terceirização destacamos o retorno do trabalho em domicílio, realizado por legiões de mulheres brasileiras sem qualquer proteção contratual ou previdenciária, e remuneradas apenas mediante a entrega dos produtos ao empregador direto, ou intermediária, sendo este último muito comum nos nossos tempos. Deste tipo de trabalho feminino desejamos tratar através da aproximação ao trabalho das bordadeiras.

2.1.

Transformações históricas no mundo do trabalho

O trabalho sempre fez parte da vida do homem, o mesmo tinha que entrar em contato com a natureza para satisfação das suas próprias necessidades, e com o passar do tempo este trabalho passa a ser utilizado para satisfação das necessidades alheias sob o comando do capitalista, que tinha condições de juntar, no processo de produção das mercadorias, homens, com sua força de trabalho, e meios de produção, sendo o modo de produção capitalista composto pelo processo de trabalho mais o processo de valorização, que seria a exploração do processo de trabalho.

(...).Todas as formas mais elevadas de produção que vieram depois conduziram à divisão da população em classes diferentes e, portanto, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas. Em consequência, os interesses das classes dominantes converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a mísera existência dos oprimidos. Isso encontra sua expressão mais acabada no modo de produção capitalista, que prevalece hoje na Europa ocidental. Os capitalistas individuais, que dominam a produção e a troca, só podem se ocupar da utilidade mais imediata de seus atos. Mais ainda: mesmo essa utilidade - porquanto se trata da utilidade da mercadoria produzida ou trocada - passa inteiramente ao segundo plano, aparecendo como único incentivo o lucro obtido na venda (Engels, 1876 *apud* Antunes, 2004, p. 26-27).

O processo de trabalho tem como principal objetivo a produção de mercadoria, tendo um valor-de-uso que atende às necessidades humanas.Engels (1876 *apud* Antunes, 2004) discute a transformação do macaco em homem, destacando que, a partir das necessidades colocadas à existência, há um desenvolvimento para atendimento daquelas, através do trabalho.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça

que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). (...) (Engels, 1876 *apud* Antunes, 2004, p. 20-21).

O trabalho está no centro das relações sociais. A partir do trabalho as coisas se desenvolvem, e assim aconteceu com o macaco que se desenvolveu, dando origem a um outro ser. As necessidades para sobrevivência aparecem e o homem surge para atendimento das mesmas, através do trabalho, e tal desenvolvimento cresce cada vez mais. Antes o trabalho tinha a função de produzir para atender as necessidades humanas, agora ele tem uma função para além desta, produz e traz lucro para os donos dos meios de produção, que ficam com a riqueza abstraída da exploração daqueles que trabalham.

A principal diferença entre o homem e o animal seria que o homem trabalha a fim de produzir algo que já idealizou:

... quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. Os animais destroçam a vegetação do lugar sem se dar conta do que fazem. Os homens, em troca, quando destroem a vegetação o fazem com o fim de utilizar a superfície que fica livre para semear trigo, plantar árvores ou cultivar a videira, conscientes de que a colheita que irão obter superará várias vezes o semeado por eles. (...) (Engels, 1876 *apud* Antunes, 2004, p. 22).

A mercadoria era produzida pelo seu valor-de-uso, que configura o trabalho concreto, mas além do valor-de-uso a mercadoria tem seu valor-de-troca, que vai sendo aproveitado pelo modo de produção capitalista. O valor-de-troca configura o trabalho abstrato, o valor da mercadoria passa a estar baseado no tempo de trabalho necessário para sua produção.

(...). Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (Marx, 2006, p. 60).

A mercadoria tem valor-de-uso e valor-de-troca. Seu valor-de-uso está definido a partir do atendimento às necessidades humanas. E o seu valor-de-

troca está definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produção da mercadoria. Quando o produtor produz uma mercadoria para satisfazer sua própria necessidade temos o valor-de-uso, mas quando essa mercadoria é produzida para satisfazer a necessidade do outro temos o processo de troca. O valor de troca depende do valor de uso, no entanto, o primeiro passa a comandar a realização de todo o processo.

As mercadorias são comparadas a partir do valor, a partir da quantidade de trabalho materializado no produto, mesmo tendo valores-de-uso diferentes se igualam no valor. Uma mercadoria assume a forma relativa do valor e a outra comparada a ela assume a forma equivalente, mais tarde, esta forma equivalente surge como dinheiro. O valor da mercadoria pode variar de acordo com a variação da produtividade. Se o tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria for alterado o valor dessa mercadoria também se altera.

Conforme já destacado, o capitalista se aproveita da relação do homem com a natureza, do processo de trabalho, para obtenção de lucro. Utilizam o processo de trabalho juntamente com o processo de valorização, ou seja, com a produção da mais-valia, que pode ser absoluta, quando há o aumento da jornada de trabalho, ou relativa, quando há a tendência de diminuição do tempo de trabalho pago.

A mais-valia relativa corresponde à diminuição do tempo de trabalho necessário para produção da mercadoria, em benefício do capitalista, já que diminuindo o tempo de trabalho necessário aumenta-se o tempo de trabalho excedente, ampliando o mais valor, ampliando o lucro do capitalista. E diminuindo o tempo de trabalho necessário, há um aumento da produtividade e uma tendência ao barateamento da força de trabalho, devido a diminuição do emprego. A mais-valia absoluta, como já visto, é o aumento da jornada de trabalho, paga-se por um tempo e consome-se a força de trabalho por um tempo maior.

(...). A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem que produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. (...) (Marx, 2006, p. 578).

Tanto a mais-valia absoluta quanto a mais-valia relativa beneficia o capitalismo, as duas, às vezes, estão misturadas no processo de produção

capitalista, dependendo uma da outra. O modo de produção capitalista depende desses dois modos de produzir mais-valia, daí vem o lucro tão esperado pelo capitalista.

Os capitalistas, donos dos meios de produção, contratam a força de trabalho e pagam só parte do trabalho desenvolvido, que não equivale ao montante de trabalho que a força de trabalho dá a quem dela se apropria. A força de trabalho produz a mais-valia, que é o trabalho não pago, maneira encontrada pelo capitalista para obtenção de lucro.

(...). O capitalista paga, por exemplo o valor diário da força de trabalho. (...). Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (...) (Marx, 2006, p. 219).

O trabalho, enquanto força de trabalho, sob a forma de produção de mais valia, sob a forma de apropriação do sobretrabalho, passa a ser essencial para a produção e reprodução do modo de produção capitalista. Mesmo com a introdução das máquinas, com a revolução tecnológica, a força de trabalho é necessária. O "exército de reserva"¹ existe para benefício do capital, para rebaixamento dos salários e uma maior exploração dos trabalhadores ativos, mas o trabalhador não é dispensável ao processo de produção, pois "O trabalho (...). É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. (...)" (Engels, 1876 *apud* Antunes, 2004, p. 11).

Durante quase todo o século XX tivemos como fase do modo de produção capitalista o taylorismo/fordismo, que visava à produção em massa, o aumento do ritmo da produção, a fragmentação das tarefas, estrutura verticalizada, extensivas jornadas de trabalho e desprezo pela intelectualidade do trabalhador.

No decorrer deste momento do modo de produção taylorista/fordista, houve o "Estado de bem-estar social" (*Welfare State*), articulado as idéias de Keynes, para superar a crise de 1929. Antunes (2009) conceitua como um sistema ilusório de "compromisso" e "regulação", que se desenvolveu somente

¹ Categoria marxista para se referir ao contingente populacional à margem do mercado de trabalho.

em alguns países capitalistas, aqueles mais desenvolvidos, sendo um sistema ideológico de compromisso entre capital e trabalho, mediado pelo Estado.

No entanto, as lutas sociais se intensificam nos anos 1960, os trabalhadores mais conscientes de seus direitos, passam a questionar as formas de produção capitalista, exigindo maior participação no âmbito da produção, mas o movimento não alcançou a hegemonia em relação ao capital, no entanto estremeceu as bases de sustentação do sistema capitalista, sendo esta uma das principais causas da sua crise.

Podemos citar alguns fatores que desencadearam a crise, além das lutas sociais, entre eles, o aumento do salário, a diminuição dos lucros, o mercado consumidor em decadência devido o aumento do desemprego, a crise do Estado de bem-estar etc.

Em 1970 o modo de produção capitalista entra em crise e torna-se necessário uma reestruturação produtiva, uma organização do sistema, e a produção passa a estar, cada vez mais, baseada na acumulação flexível, no modelo toyotista de produção. Antunes (2009) destaca as principais diferenças apresentadas pelo toyotismo com relação ao taylorismo/fordismo, são elas, as satisfações de necessidades mais individuais; o trabalho em equipe; flexibilização, onde o trabalhador administra várias máquinas; *just in time*, aproveitando melhor o tempo; trabalho realizado com o mínimo de estoque possível; estrutura horizontalizada; Círculos de Controle de Qualidade, visando à produtividade, valorizando a intelectualidade do trabalhador, dentre outras.

Inúmeras outras crises se deram após 1970, sendo que "As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. (...)" (Harvey, 2011, p. 18). A partir destas o sistema é reorganizado para superá-las criando respostas, através de reestruturações produtivas, criando, até mesmo, novos modos de produção, tudo em busca de lucros.

O neoliberalismo que aparece durante a crise de 1970 é uma destas respostas capitalistas em busca de lucros, a fim de superar todas as dificuldades, barreiras existentes para seu desenvolvimento, para o desenvolvimento de seu modo de produção. O neoliberalismo,

... se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarad[o] por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. (...) (Harvey, 2011, p. 16).

Para o autor não há vestígios de que este projeto chegou ao fim. Estas mudanças no modo de produção trazem transformações no mercado de trabalho e conseqüências para a classe trabalhadora, como intensificação da precarização nas relações de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, desemprego estruturado, fragmentação da classe trabalhadora, flexibilização, terceirização, entre outras. Diferentemente do que era difundido, já que alegavam que a reestruturação traria benefícios para a classe trabalhadora, baseado na polivalência, participação, qualificação. Desta maneira, "(...). Surge um novo (e precário) mundo do trabalho. (...)" (Alves, 2000, p. 65).

Antunes (1995 *apud* Toni, 2003, p. 275) aponta como principal questão para os problemas do trabalho, "... o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho". Os problemas não surgem com a reestruturação, pois "... são resultados de processos sócio-históricos estruturais (...). O que o complexo de reestruturação produtiva... faz é incorporar... as perversidades da lei geral de acumulação capitalista..." (Alves, 2000, p. 65).

Na contemporaneidade nos deparamos com um novo perfil do trabalhador, diante do desemprego. Alves (2000) afirma que o número de trabalhadores inseridos na precariedade aumenta (ou se mantém), restando ao trabalhador buscar outras formas de trabalho (subcontratação, trabalho informal, trabalho temporário, trabalho parcial e outros). As mulheres são ainda mais prejudicadas do que os homens, conforme veremos mais adiante.

Os trabalhadores inseridos nessas formas de trabalho atualizadas são classificados por Alves (2000) como subproletariados constituindo a subproletarização, vista como a nova precariedade.

As formas de trabalho desenvolvidas com o novo modelo de produção são de grande utilidade, e mascaram o desemprego:

... É um aspecto dissimulado da nova exclusão social, do qual o desemprego estrutural é sua fratura exposta, muitas vezes, a discussão da *quantidade* de empregos sobrepõe-se à da *qualidade* dos novos postos de trabalho, ocultando, portanto, o problema da subproletarização tardia como um dos maiores problemas do mundo do trabalho no limiar do século XXI (Alves, 2000, p. 78).

E dentre inúmeras destas temos o trabalho em domicílio, sendo importante destacar a predominância do sexo feminino nesta atividade, resultado da:

... desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas (...). Com a introdução da telemática, a expansão das formas de flexibilização (e precarização) do trabalho, o avanço da horizontalização do capital produtivo e a necessidade de atender a um mercado mais 'individualizado', o trabalho em domicílio vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo. (...) (Antunes, 2009, p. 114).

A classe trabalhadora diante de tantos novos desafios acaba por ter a sua fragmentação intensificada na contemporaneidade, devido aos diferentes âmbitos de trabalhos construídos, outros reinventados, também as diferenciações de gênero ainda presentes, e tantas outras diversificações colocadas para o mercado de trabalho, o que fragiliza os movimentos sociais, já que muitas das vezes, os mesmos também se fragmentam, lutando cada grupo por suas próprias especificidades.

As mudanças acabam por enfraquecer o poder dos sindicatos, sendo este um ponto negativo para luta dos trabalhadores contra a exploração a qual são expostos:

O novo complexo de reestruturação produtiva tende a impulsionar, mais ainda, a superexploração do trabalho, na medida em que a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho e o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos tendem a elevar, ainda mais, principalmente nos setores industriais em que se tinha construído um poder sindical organizado, a discrepância entre os rendimentos do capital e os rendimentos do trabalho... (Alves, 2000, p. 251).

Outra questão importante seria a transformação das relações sociais em relações entre coisas, para mistificar o que ocorre no processo de produção capitalista, as relações que existem entre as pessoas são coisificadas. Para Marx (*apud* Collin, 1998) “... *el capital no es una cosa, es una relación social, pero es una relación en la cual las cosas parecen dotadas de vida, al mismo tiempo que los individuos son transformados en cosas*” (p.8).

E não podemos deixar de lado uma grande busca da classe trabalhadora durante muito tempo que foi a redução da jornada de trabalho, que não podemos entender como apenas a redução do tempo de trabalho, conforme destaca Antunes (2009), pois se pode reduzir o tempo e aumentar a intensidade deste trabalho, sua exploração pode ser maior em tempo reduzido, além do mais, o tempo livre, hoje, na vida dos trabalhadores é um mito, já que este tempo serve ou para a reprodução desta força de trabalho consumida constantemente ou para o mercado consumidor. Portanto não deve ser considerado que a redução da jornada de trabalho já foi uma conquista alcançada, a luta pelo tempo livre

continua, mas um tempo livre para benefício do trabalhador, sendo este um de seus direitos.

Apoiando-nos em Marx (2006), percebemos que a precarização no mundo do trabalho se dá a partir do modo de produção capitalista em busca de lucro, e essas precarizações, vistas como expressões da "questão social" só serão superadas com a superação da "Lei Geral de Acumulação Capitalista". Enquanto isto não ocorre, os movimentos sociais devem estar lutando em busca da garantia dos direitos da classe trabalhadora.

As transformações no mundo do trabalho trazidas pela crise de uma das fases do capitalismo têm colocado em cheque a centralidade do trabalho. Alguns autores estudam o fim do trabalho, o fim da classe trabalhadora, mas Antunes (2009) discorda desta tese, dizendo que o trabalho ainda continua mantendo sua centralidade no desenvolvimento da sociedade. Existem novas formas de trabalho, e um novo perfil do trabalhador, porém o trabalho permanece imperando, mesmo que de forma mais precarizada, pois a sociedade capitalista precisa do mesmo atuando em seu modo de produção, a tecnologia traz o chamado trabalho morto, as máquinas, por exemplo, mas a força de trabalho, o trabalho vivo, é essencial e não pode ser totalmente descartada.

Toni (2003) analisa as propostas de autores que afirmam que o trabalho não está mais no centro das relações, e comenta que a utopia de Gorz (1987) de uma sociedade com tempo mais livre permanece como utopia, as formas de trabalhos são reinventadas, como o trabalho informal, temporário, em tempo parcial, para benefício do próprio capitalista e não com o intuito de beneficiar a classe trabalhadora, além da permanência do desemprego. A proposta de Offe (1989) de novos modos de integração social será criticada por outros autores, já que o trabalho permanece na centralidade das relações. Enquanto que Rifkin (1995) e Beck (1997) propõem novas formas de trabalho, como terceiro setor e trabalho público, já Méda (1999) argumenta que o trabalho pode continuar dando aos indivíduos o acesso à sociabilidade, mas não de maneira exclusiva, esta autora não descarta o papel central que o trabalho ainda tem na sociedade.

Offe (1989) afirma a descentralização do trabalho na sociedade, destacando que na sociedade atual não podemos ter o trabalho como central, conforme alguns autores. "A produção de bens e serviços se dá para além e fora da esfera institucional do trabalho formal e contratual" (p.22). Novas propostas devem ser utilizadas para além da sociedade do trabalho, já que o desemprego atinge trabalhadores qualificados. "(...) ele (desemprego) não mais poderia ser atribuído ao fracasso ou à culpa individual" (p.28).

Uma tal teoria teria que tentar explicar por que motivos a esfera do trabalho e da produção perde evidentemente sua capacidade de estruturar e organizar a sociedade e, em consequência da 'implosão' de seu poder de determinação social, libera novos cenários de ação com novos atores e novas racionalidades (Offe, 1989, p. 36).

Rifkin (1995) acredita que com a nova tecnologia os postos de empregos estão se esgotando, os trabalhadores estão sendo trocados por máquinas, e não só os desqualificados, temos pessoas, hoje, qualificadas fazendo parte da fila dos desempregados.

(...) Estamos, efetivamente, entrando em um novo período na história - em que cada vez mais as máquinas tomarão o lugar dos seres humanos no processo de fabricação e de transporte de bens e fornecimento de serviços. (...). Subitamente, em todo mundo, homens e mulheres perguntam se existe, para eles, algum papel que possam desempenhar no novo futuro que se abre para a economia global. Trabalhadores com anos de estudos, habilidades e experiência enfrentam a perspectiva muito real de serem declarados excedentes pelas novas forças de automação e informação. (...) (Rifkin, 1995, p. 13).

O autor destaca o fim do trabalho, não vendo mais o trabalho como central, propondo o terceiro setor como solução. O mesmo afirma que as tecnologias deveriam vir como algo bom para os trabalhadores, diminuindo seu tempo de trabalho e aumentando seu tempo de lazer, mas não é o que ocorre.

(...) A idéia de uma sociedade não baseada no trabalho é tão completamente estranha a qualquer conceito que tenhamos sobre como organizar grandes quantidades de pessoas num todo social, que nos defronta com a perspectiva de precisar repensar a própria base do contrato social (Rifkin, 1995, p. 13).

Beck (1997) destaca a questão da insegurança que atinge o mundo atual, afirmando que "... a insegurança no mercado de trabalho há muito tempo já não atinge mais apenas as 'classes inferiores'. Ela se tornou o signo dos tempos atuais" (p. 42) "... podemos observar, em todos os lugares, um desaparecimento do trabalho remunerado, provocado diretamente pelo desemprego ou camufladamente por 'formas empregatícias informais' exponencialmente crescentes" (Beck, 1997, p. 43).

O autor afirma que o capitalismo vem colocando fim no mundo do trabalho, devido ao desemprego, que se alastra na sociedade, afetando a todos, e propõe a procura de um novo caminho para os cidadãos para além da sociedade do trabalho:

... a práxis invisível da auto-ajuda social e da auto-organização da sociedade deve ser tornada visível. Devemos conferir a ela um peso econômico, organizacional e político. Isso só será possível se investirmos na sociedade civil - democratizando, com isso, por assim dizer, a democracia. Necessitamos de uma aliança entre o Estado e o cidadão em benefício da sociedade civil - no caso, emergencial contra o trabalho e o capital. Mas essa aliança deveria incluir todos os que acalentam o sonho da democracia (Beck, 1997, p. 54).

Apesar do aumento do desemprego isto não significa que o trabalho esteja no fim, pois o mesmo continua no centro das relações. Toni (2003) destaca três autores que analisam o trabalho a partir desta lógica, são eles Manuel Castells (1999), Robert Castel (1998) e Boaventura de Sousa Santos (2000). Castells (1999 *apud* TONI, 2003) considera as transformações como uma nova etapa do capitalismo, não deixando de situar o trabalho no cerne da sociedade, porém aponta que: "... para o risco de dualização da estruturação social, aposta nas possibilidades e capacidades das instituições e organizações sociais de reverter o processo em curso, modificando a regulação das relações capital – trabalho" (p. 274).

Castel (1998 *apud* Toni, 2003) mostra-se cético em relação às teses do fim do trabalho, afirmando que há transformações no mercado de trabalho, que trazem o desemprego, a precarização e a individualização, sendo estes os principais problemas e não o fim do trabalho, já que:

... o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente, e simbolicamente, fato que se comprova pelas relações daqueles que não o tem (Castel, 1998 *apud* Toni, 2003, p. 274).

O autor trata estes fatos como uma nova questão social, como se a outra estivesse sido suprimida. Porém, Iamamoto e Carvalho (2007) argumentam que:

(...) A Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (...) (p. 77).

Desta maneira, estes fatos são novas expressões da "questão social", criadas a partir do modo de produção capitalista, das mudanças ocorridas.

Santos também coloca ênfase no trabalho, relativizando, porém, sua centralidade, que terá de ser compartilhada com outras esferas do social (notadamente os movimentos sociais). O ponto crucial para ele, será a construção de um novo contrato social, mais inclusivo que o contrato da modernidade, pois deverá incorporar o polimorfismo do trabalho tanto quanto sua natureza (Toni, 2003, p. 274).

E as palavras de Antunes (2009) reforçam a centralidade do trabalho. O trabalho permanece como central na sociedade, mesmo diante das mudanças que o modo de produção capitalista proporciona.

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à subproletarização, não permitem concluir pela perda dessa centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. (...) (Antunes, 2009, p. 210).

2.2. Trabalho feminino no Brasil atual

As relações desiguais de gênero se fazem presentes ainda na sociedade atual, apesar das inúmeras conquistas das mulheres, a partir do movimento feminista. Muitas precisam ser garantidas na prática e muitas precisam ainda ser conquistadas. Destacaremos então uma das principais conquistas da mulher, sua inserção no mercado de trabalho, visto, anteriormente, como um ambiente tipicamente masculino.

O movimento das mulheres parecia ter como foco para superação das desigualdades sua inserção no âmbito público, por isso, como diz Oliveira (1991) a conquista da igualdade se transformou em caricatura. Esta inserção não era e não foi suficiente para o alcance da igualdade entre homens e mulheres, o âmbito privado permanece da mesma forma, com as mesmas divisões sexuais, ou seja, o âmbito privado permanece como responsabilidade feminina, e o âmbito público continua sendo dominado pelo homem.

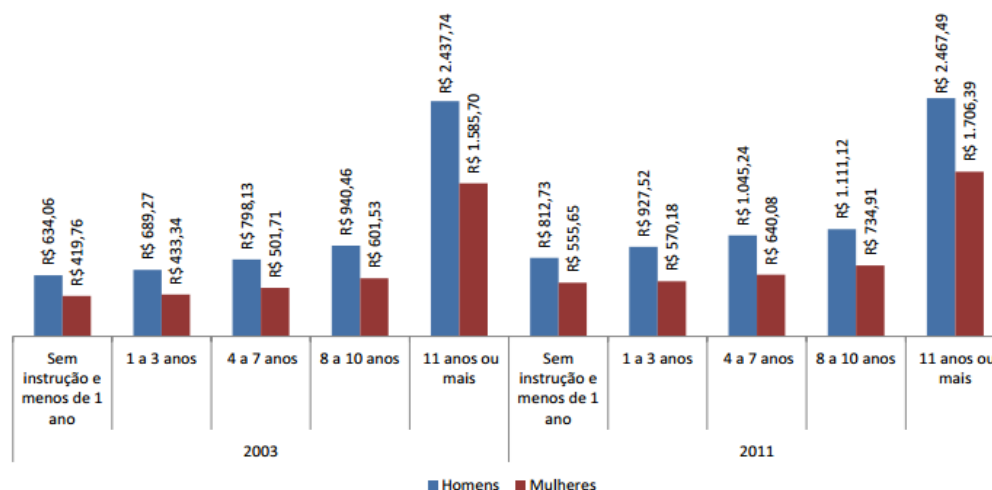
(...) Sua força de trabalho ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda sua conexão com a determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe de família. Por tudo isso e ainda pelos arquétipos femininos que a

sociedade constrói e alimenta, a adaptação da mulher às duas ordens de papéis que lhe cabe executar é tarefa complexa. (...) (Saffioti, 1979, p. 58).

Atualmente isso ocorre, podemos perceber, nas profissões ditas femininas ou masculinas, onde se o homem ou a mulher se insere na profissão "apropriada" para o sexo oposto são discriminados, podemos, até dizer, que ocorre com menos frequência, mas ainda há pré-conceitos.

Um exemplo seria a diferenciação nos salários, conforme ilustra o Gráfico 1, a seguir. A mulher recebe menos, em algumas ocasiões, exercendo a mesma função do homem e tendo a mesma escolaridade.

Gráfico 1 - Rendimento médio real habitual da população ocupada², por grupos de anos de estudo, segundo o sexo, nas Regiões Metropolitanas do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - (2003 e 2011)



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.
*Média das estimativas mensais.

² Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a **população ocupada** e a **população desocupada**, assim definidas: **população ocupada** - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). As pessoas ocupadas são classificadas em: a) **Empregados** - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada; b) **Conta Própria** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados; c) **Empregadores** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados; d) **Não Remunerados** - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. **População desocupada** - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência ativa (consultando pessoas, jornais etc). (disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> acesso em 10/03/14).

Não podemos negar que muitas coisas mudaram, houve muita evolução, mas as desigualdades entre os sexos ainda estão visíveis em nossa sociedade, permanecendo as divisões sexuais no trabalho, tanto no âmbito privado quanto no público.

Nos inícios do capitalismo, a mulher da pequena burguesia encontrava-se diante de alternativas pouco promissoras: ou resignar-se à perda de função econômica, permanecendo no lar, ou aceitar as poucas oportunidades que se lhe abriam no mercado de trabalho ocupações que, além de mal remuneradas, implicam em desprestígio de classe. (...). A idéia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. As famílias proletárias, por sua vez, e na medida de suas possibilidades adotam num simulacro de prestígio, a ideologia da classe dominante: a mulher deve ser exclusivamente dona-de-casa, guardiã do lar. (...) (Saffioti, 1979, p. 57).

E como a diferenciação entre homens e mulheres é uma construção social, não pode ser naturalizada e está sendo, como era nos tempos anteriores. Parece que a inferioridade da mulher é um fato dado, como se fosse algo natural, porém a única diferença entre homens e mulheres é a diferença biológica, que não interfere, e nem pode, nos papéis sociais desempenhados.

(...) Homens e mulheres passaram conjuntamente por formas de relacionamento de trabalho em que predominavam sucessivamente a escravidão, servidão, artesanato, a burguesia comerciante, a manufatura até as formas mais recentes de modernização industrial. Homens e mulheres conheceram uma sucessão de utensílios de trabalho - desde a roda, o trator, o tear manual e mecânico, máquinas mecânicas e elétricas, até a informatização dos processos produtivos - resultando na diversificação de tarefas, com consequências sobre o estado das técnicas, natureza do trabalho e sobre os paradigmas produtivos (Kon, 2005 *apud* Kon, 2009, p. 1).

Mas as relações que se desenvolviam sempre foram diferenciadas para homens e mulheres, e estas eram as mais prejudicadas, estavam sempre sob a dominação masculina, e isto se dá devido às construções das divisões dos papéis sociais, que direcionavam as mulheres ao privado, para reprodução da força de trabalho, e aos homens o mundo público, em busca do sustento da família, já que tinham como função principal a de provedor. E estas desigualdades foram passadas de mães para filhos, sem questionamentos, e quando começaram a questionar, foram limitados.

As construções sociais parecem se transformar em uma ideologia difundida, e difundida como verdadeira. Hoje a sociedade age como se as relações de gênero não existissem, como se as desigualdades tivessem sido superadas, e não é isso que podemos observar, caso passamos a desconstruir os fatos dados. Esta discussão é algo de extrema necessidade, pois precisamos buscar a igualdade dos sexos, seja no privado ou no público, os estereótipos devem ser (des)construídos e só serão quando tivermos a consciência da existência das desigualdades e a vontade de lutar pela busca da verdadeira igualdade.

Kon (2009) aponta duas direções essenciais de mudança, seriam elas, a divisão das tarefas no ambiente privado e a participação completa da mulher no mercado de trabalho, em condições de total igualdade com os homens. A este propósito a Tabela 1 ilustra, do ponto de vista da população economicamente ativa, a permanência da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A este propósito, podemos observar na tabela, a grande diferença existente quanto à permanência no mercado de trabalho formal, onde temos um percentual de 26% de mulheres contra 44% de homens.

Tabela 1 - Inserção no mercado de trabalho comparativo mulheres/homens [estimulada, em %] – Brasil – 2010

	MULHERES	HOMENS
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA		
PEA	52%	79%
MERCADO FORMAL	26%	44%
Funcionária/o pública/o	7%	8%
Assalariada/o com carteira assinada	15%	28%
Conta-própria regular (paga ISS)	2%	6%
Autônoma/o universitária/o (profissional liberal)	1%	2%
Empregador/a (mais de dois empregados)	1%	1%
MERCADO INFORMAL	19%	24%
Assalariada/o sem carteira assinada	7%	6%
Conta-própria temporária/o (faz bico/ free lancer)	10%	15%
Auxiliar de família sem remuneração fixa	*	*
Outras situações	1%	3%
DESEMPREGADA/O	7%	10%
NÃO PEA	48%	21%
Só estuda	11%	9%
Aposentada/o	10%	11%
Dona de casa	25%	-
fez trabalho renumerado mas parou	16%	-
nunca trabalhou	9%	-
Outras	2%	1%

Fonte: Fundação Perseu Abramo, em agosto 2010.

Kon (2009) chama a atenção para uma discussão interessante e necessária sobre as políticas públicas que precisam se voltar para a superação dessas relações de gênero ainda existentes.

De acordo com seu objetivo primordial, as políticas públicas necessárias poderiam ter como meta: a) influenciar a equalização dos salários; b) tentar modificar o comportamento do empregador com relação à contratação e promoção; c) priorizar mais a trabalhadores do que a empregadores; d) efetivar programas de treinamento e outros programas educacionais; e) efetivar programas de intermediação de mão-de-obra feminina dirigidos às condições particulares da mão-de-obra feminina; f) efetivar programas (já oficializados no Brasil) e não completamente implementados como subsídios para o cuidado das crianças, que afetam a decisão familiar de entrada ou não da mulher na força de trabalho; g) visar especificamente a maior integração formal e protegida das mulheres (Kon, 2009, p. 16).

Podemos identificar algumas políticas públicas já efetivadas, como a licença-maternidade e as creches para filhos de funcionários, quando se tem um emprego mais estável, ou creches gratuitas ou com preços mais acessíveis, mas são mínimas em relação ao que é preciso para a conquista da igualdade na prática, pois como percebemos esta igualdade ainda não foi efetivada.

Diante do quadro retratado percebemos que a mulher alcançou o mercado de trabalho, mas algumas pendências permanecem, pois alcançou o mundo reservado ao sexo masculino sem dividir sua responsabilidade pelo âmbito familiar. Portanto, torna-se necessário discutir mais profundamente como estão estas relações na contemporaneidade, e para isso, a escolha de duas profissões vistas como femininas é feita: o trabalho doméstico remunerado (diaristas) e o trabalho em domicílio (bordadeiras).

Araújo e Amorim (2001) destacam em seu estudo algumas das características do trabalho em domicílio, tais como, instabilidade; contratos informais; recorte de gênero; profissionais submetidas às condições, prazos, preços, baixos salários; intensificação do ritmo do trabalho; desgaste físico e emocional; insegurança; utilização do espaço privado e falta dos direitos legais. E podemos associar muitas delas às diaristas, ou, até mesmo, todas, o que nos retrata o quanto as duas profissões tem em comum.

Busca-se contrapor estas duas profissões - diaristas e bordadeiras - visto que ambas são tarefas historicamente femininas, sem proteção social, e as atividades são realizadas no âmbito privado. Esta contraposição resultará em igualdades e, também, em possíveis diferenças.

Com o passar do tempo houve o aumento do trabalho feminino, porém tal trabalho é ainda mais explorado do que o realizado pelos homens, sendo importante destacar as diferenças sexuais no âmbito do trabalho, a discriminação da mulher, a hierarquização entre os salários, menor estabilidade feminina no emprego etc. O que pode ser visto como resquícios do patriarcalismo, ainda presente, que sempre colocou a mulher em uma posição de submissão em relação ao homem, sendo este o patriarca, quem tinha o poder diante da sociedade.

Antunes (2009) destaca que as atividades de concepção ou as baseadas em capital intensivo são reservadas aos homens e as de menor qualificação, mais rotinizadas, com maior exploração, estão à disposição das mulheres.

Não podemos negar a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho, mas tal inserção não ocorreu e ainda hoje não ocorre de maneira igualitária, como se deve ser, nem no mercado de trabalho, nem no seio familiar, e o capital se aproveita e se beneficia bastante desta situação, como ilustram as tabelas a seguir.

Como vemos na Tabela 2, aumentou moderadamente o número percentual da mulher com o arrimo da família de cerca de um por cento, enquanto a porcentagem de homens diminuiu em quatro por cento, mas os homens permanecem como os principais responsáveis pelo sustento da família. A diminuição da porcentagem masculina pode ser justificada pela fuga do homem, muitos têm abandonado sua família, tornando-se a mulher a "chefe" de família.

Tabela 2 - Responsabilidade pelo sustento da família – Comparativo 2001/2010 [estimulada e única, em %] – Brasil – 2010

	MULHERES	
	2001	2010
PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA		
HOMENS MORADORES	66%	64%
Marido/ parceiro	48%	47%
Pai	12%	12%
Filhos	2%	1%
Irmão	1%	1%
Tios	1%	1%
Sogro	1%	*
Avô	*	*
Padrasto	*	*
Outros parentes	2%	1%
Outros agregados não parentes	*	*
MULHERES	29%	30%
Ela própria	18%	19%
Mãe	7%	9%
Filhas	1%	1%
Irmã	1%	*
Avó	1%	*
Tias	*	*
Sogra	*	*
Outras parentes	-	*
MORA SÓZINHA	3%	5%
OUTRA PESSOA NÃO RESIDENTE	2%	1%

Fonte: Fundação Perseu Abramo, em agosto 2010.

Tabela 3 - Responsável pelo trabalho doméstico – Comparativo 2001/2010
[estimulada e única, em %] – Brasil – 2010

	MULHERES	
	2001	2010
PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO (ou orientação) DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
MULHERES	93%	91%
Ela própria	72%	69%
Mãe	14%	17%
Irmã	2%	1%
Filhas	2%	2%
Avó	*	1%
Tias	1%	1%
Sogra	1%	1%
HOMENS MORADORES	2%	3%
Marido/ parceiro	1%	2%
Pai	*	*
Filhos	*	*
Irmão	*	*
Genro	-	*
MORA SOZINHA	3%	5%
OUTRA PESSOA NÃO RESIDENTE	1%	*

Fonte: Fundação Perseu Abramo, em agosto de 2010.

A Tabela 3 nos revela que a mulher permanece sendo a responsável pelas tarefas domésticas. De 2001 a 2010, a porcentagem de homens que desenvolvem atividades domésticas cresce apenas em um por cento, e a porcentagem relacionada às mulheres cai em dois por cento. No entanto, o percentual dedicado às mulheres é alto, 91%, sendo extremamente significativo.

Os dados mostram a continuidade das divisões sexuais, que são construções sociais desiguais.

A Tabela 4 complementa a Tabela 3, relacionando as horas dedicadas aos serviços do lar, e são as mulheres quem mais desempenham estes serviços, disponibilizando inúmeras horas dos seus dias. Podemos verificar, por exemplo, que as mulheres gastam em média 17 horas no cuidado com lar, enquanto os homens dedicam a essas tarefas apenas 3 horas semanais, e quando comparamos o cuidado com as crianças temos a dedicação de 10 horas semanais para as mulheres contra 2 horas para os homens. A tabela nos mostra a sobrecarga da mulher com as tarefas domésticas.

Tabela 4 - Horas semanais dedicadas a fazer (ou a orientar) trabalhos domésticos – Brasil – 2010

MÉDIAS EM HORAS	MULHERES		HOMENS	
	ENTRE-VISTADA	CONJUGÊ	ENTRE-VISTADO	CONJUGÊ
COM SERVIÇOS DE LIMPEZA DA CASA, COZINHAR, LAVAR E PASSAR ROUPA E OUTROS CUIDADOS DE SERVIÇOS DE CASA				
<i>para total da amostra</i>	17h44'	3h16'	4h19'	23h37'
<i>para mulheres/ homens com filhos</i>	20h41'	3h24'	4h37'	24h13'
<i>para mulheres com idosos</i>	19h21'	3h44'		
<i>para mulheres com filhos e idosos</i>	22h27'	3h49'		
COM O CUIDADO COM FILHOS/ CRIANÇAS, COMO DAR BANHO, ALIMENTAR, LEVAR À ESCOLA, LEVAR AO				
<i>para total da amostra</i>	10h	2h34'	2h43'	16h49'
<i>para mulheres/ homens com filhos</i>	13h28'	2h47'	4h05'	18h16'
<i>para mulheres com idosos</i>	6h31'	1h40		
<i>para mulheres com filhos e idosos</i>	8h10'	1h40		
COM O CUIDADO OU ACOMPANHANDO PESSOAS IDOSAS OU DOENTES				
<i>para total da amostra</i>	1h37'	25'	1h44'	2h38'
<i>para mulheres/ homens com filhos</i>	1h55'	28'	1h34'	2h44'
<i>para mulheres com idosos</i>	5h	1h02'		
<i>para mulheres com filhos e idosos</i>	5h24'	1h06'		

Fonte: Fundação Perseu Abramo, em agosto 2010.

Antunes (2009) enfatiza o quanto o capital tem se apropriado da polivalência da mulher, da experiência adquirida na esfera privada, já que os homens encontram mais dificuldades em serem polivalentes, devido às construções dos papéis sociais. Já a Saffioti (1979) observa que:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então (p. 36).

Esta entrada da mulher no mundo do trabalho se dá a partir do século XIX (embora não possamos esquecer que estamos tratando de representações construídas socialmente e hoje hegemônicas, pois na prática as mulheres pobres sempre trabalharam), no movimento, como diz Perrot (1991), de saída destas mulheres do âmbito privado. Porém, apesar de considerado uma conquista, este fato está relacionado ao modo de produção capitalista, que passa a necessitar de novas forças de trabalho, assim como, as mudanças no mercado de trabalho, que trazem a intensificação da precarização e baixos salários. A sujeição da mulher se deve à necessidade de não só complementar a renda familiar junto com o marido, como também devido às transformações no âmbito familiar, quando a família nuclear perde um pouco da sua centralidade, com o abandono do lar pelo homem, sendo a mulher cada vez mais responsável pelo arrimo da família, trazendo para as mulheres o papel de "chefe" de família.

Com isso, percebemos que existem avanços com relação à entrada das mulheres no mercado de trabalho, porém algumas divergências permanecem, mostrando a continuidade das construções sociais, que colocam as mulheres em uma posição inferiorizada.

(...) É óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social. (...). Por se ter deixado iludir pela identificação da masculinidade com a capacidade de mando, o homem consente na competição desigual de que são atores representantes das duas categorias de sexo, com desvantagens para as mulheres, contribuindo, assim, enormemente, para a preservação de um status quo reificante. (...) (Saffioti, 1979, p. 41).

2.3.

Diaristas e bordadeiras: trabalho doméstico remunerado e trabalho em domicílio

Com a chegada das novas tecnologias e a intensificação do trabalho, devido à reestruturação produtiva, visando o aumento da produtividade e a diminuição dos custos, presenciamos o aumento do desemprego, com a expansão da terceirização e das relações informais de trabalho. Este processo é interpretado como um momento de modernização, que deve ser bem aceito pela sociedade, já que o discurso difundido diz que o desenvolvimento econômico tem como consequência o desenvolvimento social.

A força de trabalho tem sido cada vez mais dispensada do mercado de trabalho formal, o que provoca o rebaixamento do salário, e as conquistas dos trabalhadores sofrem um retrocesso. Com isso, os trabalhadores ativos ficam desestimulados e a classe trabalhadora acaba por ser fragmentada, ainda mais, pois os desempregados não se reconhecem enquanto trabalhadores, enquanto sujeito político, enfraquecendo a luta por seus direitos.

A nova fase do capitalismo busca adestrar os trabalhadores, dominando-os, sem deixar que isso seja perceptível, evitando, assim, as lutas que, no mínimo, abalariam com as estruturas da produção capitalista.

(...) A utilização da informática, e da microeletrônica em geral, necessita, isso sim, de pessoas alfabetizadas, dóceis e receptivas aos novos e ascéticos ambientes empresariais. Eis o porquê de incentivar-se apenas o 1º e 2º graus. Eis o porquê de pregar-se uma maior e melhor integração escola-empresa. Não se pensa em educação, mas sim em instrução e adestramento. Não se pensa em formação, mas sim em habilitação (Malaguti, 2001, p. 56).

As transformações verificadas no modo de produção capitalista interferem no mercado de trabalho de várias formas, trazendo novas formas de trabalho e reinventando outras. Tais transformações, que visam à flexibilização das relações, inclusive as trabalhistas, vêm com a promessa de implantação de uma sociedade mais igualitária, mas o que acontece não é o prometido, aumentando, portanto, as desigualdades.

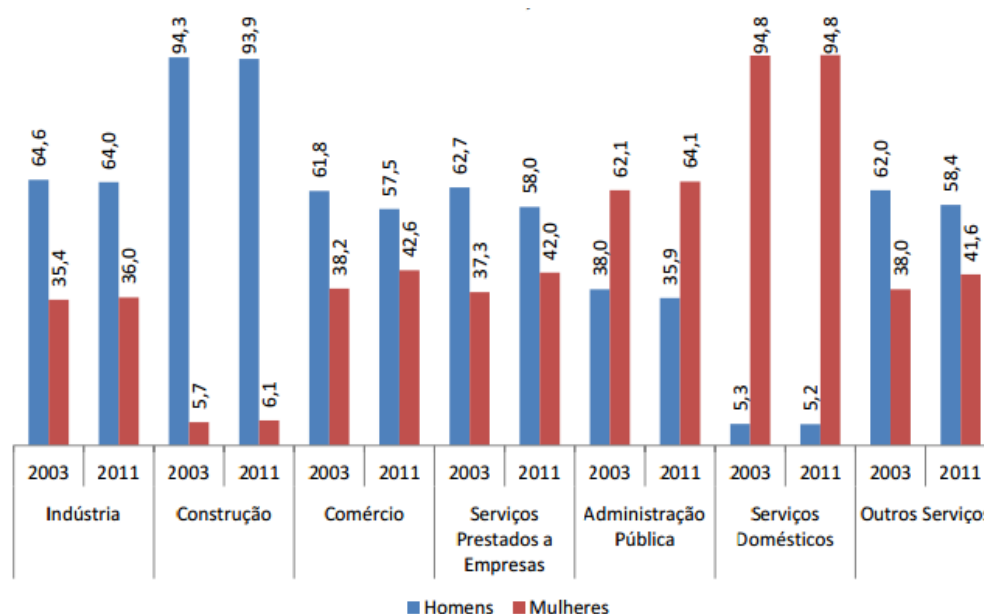
Este processo de reestruturação produtiva traz a flexibilidade no trabalho, a reatualização das antigas formas de trabalho, como o trabalho informal (diarista, trabalho em domicílio etc.), terceirização (trabalho em domicílio e outros), temporário, parcial, alimentando, diz Mattos (2005), formas de trabalho precárias, todavia podemos dizer que as mulheres ocupam mais estes espaços, muitas das vezes, para poder dar conta da sua função estabelecida no privado.

O trabalho em domicílio permite a mulher conciliar suas atividades remuneradas e não remuneradas em um só ambiente, sem precisar sair do espaço familiar, visto como um lugar sob sua responsabilidade. Conforme analisa Bruschini (2007), o trabalho em domicílio facilita as responsabilidades familiares, e a autora dá continuidade discutindo que o mercado de trabalho das mulheres sofreu progressos e atrasos, dizendo que a permanência da responsabilidade feminina ainda existe, identificando que mais de 30% da força de trabalho feminina continua sendo composta por um grupo inserido em

ocupações precárias, e cita como exemplo, as empregadas domésticas, e um número mais alarmante é destacado: 75% sem registro.

A Gráfico 2 ilustra que as mulheres permanecem, em maior número, inseridas nas atividades domésticas, sustentando, ainda nos dias atuais, que as mulheres estão ligadas às tarefas da casa. O gráfico nos leva a refletir que as divisões sexuais no trabalho são algo existente no mundo contemporâneo, onde temos presença significativa de mulheres no Serviço Doméstico, no período de 2003 a 2011 quando o percentual permanece em 94,8%, e no setor Construção os homens têm lugar garantido, com o percentual, em 2011, de 93,9%.

Gráfico 2 - Participação na população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%), nas Regiões Metropolitanas do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (2003 e 2011)



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.
*Média das estimativas mensais.

E se não bastasse a permanência das mulheres nas atividades tipicamente femininas, a partir das construções sociais, elas ainda são desvalorizadas. Os serviços domésticos não são reconhecidos, por serem desenvolvidos em espaços historicamente invisíveis, já que não são considerados ambientes de produção, assim como o trabalho em domicílio. E esses espaços não reconhecidos cabem às mulheres, pelo seu papel visto como inferior, sendo assim são trabalhos desvalorizados que empregam trabalhadoras igualmente desvalorizadas socialmente.

Com a reestruturação do modo de produção capitalista verifica-se não só ampliação do desemprego entre os membros da classe trabalhadora, assim como a informalidade torna-se uma saída para os trabalhadores que não tem mais oportunidades no mercado de trabalho formal.

Neste cenário de desprezo pelos direitos de cidadania..., de degradação do poder aquisitivo e da qualidade de vida, de marginalização de largos segmentos da população, de dismantelamento das organizações dos trabalhadores e de crescentes níveis de desemprego, propaga-se por todos os poros da economia o fenômeno da informalidade. (...) (Malaguti, 2001, p. 62-63).

Segundo Melo e Teles (2000) a discussão da informalidade se pauta na década de 1970, a partir de pesquisas da Organização Internacional do Trabalho, assegurando que tal forma de trabalho ocorria devido à grande quantidade de mão-de-obra, maior do que os postos de trabalho disponíveis, portanto, era necessário o crescimento econômico para que todos os trabalhadores tivessem na formalidade.

No entanto, com a abertura econômica, a informalidade é ampliada de forma significativa, com o desemprego os trabalhadores buscam outras formas de sobrevivência. A informalidade presente no mundo do trabalho recebe cada vez mais integrantes, funcionando, como destaca Melo e Teles (2000) como um "colchão amortecedor", englobando grande parte da população, e neste setor a precariedade é ainda maior se comparada com o setor considerado formal.

Malaguti (2001) considera a informalidade como um "refúgio dos sem-opção". Os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho precisam encontrar formas que lhes permitam sustentação. Mas o que seria o "setor informal"?

... entende que consideram-no constituído por um conjunto de indivíduos ou pequenas empresas que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de capitalização, tecnologia e produtividade, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda dos seus trabalhadores (Carvalho [1986] *apud* Tavares, 2004, p. 31).

Nesta medida, o "setor informal" se entende por:

... toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria, é trabalho informal. (...). O 'setor informal' não se sustenta em nenhum marco conceitual, definindo-se apenas pela oposição ao que é formal. (...) (Tavares, 2004, p. 49 - 50).

Os postos de trabalho no setor formal são diminuídos, portanto muitos trabalhadores ficam sem ter o que fazer à disposição para qualquer relação que lhe seja oferecida, sendo muitos levados para as relações trabalhistas informais, sendo importante destacar a presença de pessoas qualificadas no âmbito informal. As políticas públicas não contribuem para o término das relações informais, pois estas se mostram interessantes para o desenvolvimento capitalista.

Tavares (2004) afirma que existia o discurso de que o desenvolvimento acabaria com o "setor informal", mas, na verdade, este setor é utilizado como complementação da proteção social, uma forma de sobrevivência dos trabalhadores expulsos do setor formal, sendo útil ao capitalismo.

A informalidade sempre existiu, mas hoje temos uma expansão desta relação de trabalho, e ainda mais precária (salários menores, piores condições de trabalho), mas é percebida na sociedade como uma forma positiva, difundindo palavras chaves, como independência; liberdade; empreendedorismo; realização pessoal. Porém o trabalhador informal também está ligado ao modo de produção capitalista.

... a "informalidade" é um conceito muito mais amplo do que o de 'setor informal'. O setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo: a segunda engloba o primeiro. Numerosos casos de informalidade podem ser observados nos setores chamados, impropriamente, de formais: o funcionário público que durante o expediente vende peças de roupas, perfumes e sabonetes; o assalariado de uma empresa multinacional que faz horas extras sem recebê-las; o mestre-de-obras de uma grande empreiteira da construção civil que trabalha sem utensílios de proteção etc. Mesmo possuindo carteira de trabalho assinada, estes trabalhadores não estariam vivenciando situações de informalidade? Parece-nos que sim. (...) (Malaguti, 2001, p. 99).

E o autor afirma ainda que "Fica estabelecido, pois, que a formalidade penetra o 'setor' informal e o 'setor' informal nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um 'setor' sem o 'outro', parece-nos, na prática, inconcebível" (Malaguti, 2001, p. 101).

O mercado de trabalho acaba se tornando uma arena de disputas, onde trabalhadores informais aguardam ansiosamente por um lugar no ambiente formal, trabalhadores concorrem um espaço com outros trabalhadores, membros da classe trabalhadora disputam um direito que é de todos.

Como diz Prandi (1978, p. 37) o capital "... nada mais faz do que manter como reserva uma parcela da população que não lhe interessa de imediato.

(...)" . Com isso a classe trabalhadora está totalmente à disposição do modo de produção capitalista. E ainda impedem a classe de lutar, já que a possível insatisfação é diluída com as mensagens positivas sobre as novas e reinventadas formas de trabalho.

Tavares (2004) trata da importância do "setor informal" para o capitalismo, criando ocupações de baixo custo, sendo o trabalho informal funcional para o desenvolvimento da produção capitalista.

A informalidade, como visto, pode também servir para aumentar a renda da família, ou seja, um dos membros pode se inserir neste meio para complementar a renda, na maioria são as mulheres. Isso ocorre devido aos baixos salários que como diz Prandi (1978) não corresponde ao necessário nem para a própria reprodução do trabalhador.

Não podemos negar que existe uma relação entre capital e trabalho também incluída na informalidade, no entanto, tal relação é obscurecida, sendo a subordinação menos visível, evitando, assim, as insatisfações da classe trabalhadora. Mesmo sem uma relação formal de assalariamento há a extração de mais-valia, trazendo lucro para quem do trabalho se apropria.

Podemos utilizar as palavras de Cacciamali (2001) para interpretar a informalidade presente em nossa sociedade. A autora conceitua a informalidade como:

... redefinição das relações de produção, dos processos e das relações de trabalho, e das formas de inserção dos trabalhadores decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais. (...) (Cacciamali, 2001, p. 6).

Todos os membros da classe trabalhadora estão sujeitos às condições colocadas pela reestruturação produtiva, mas Tavares (2004) destaca algo interessante que contribui ainda mais para a realização desta discussão, o fato de que as mulheres são mais submissas ao processo de acumulação flexível, pelas características impostas culturalmente, passadas de geração em geração, como por exemplo, o costume de realizar diversas atividades ao mesmo tempo, além da mão-de-obra considerada mais barata.

A partir das reflexões relatadas temos como exemplo de formas de trabalho atuais presentes nestas discussões o trabalho das diaristas e o trabalho das bordadeiras, sendo formas de trabalho que não têm direitos garantidos e

vivem na informalidade. São formas de trabalho distintas que tem a informalidade em comum como veremos a seguir.

2.3.1. Trabalho doméstico remunerado

O trabalho doméstico remunerado pode ser considerado uma herança do período colonial e escravocrata, onde as mulheres, principalmente, as negras, eram as serviçais da alta sociedade, fazendo todo o serviço doméstico.

Quando se tem o fim da escravidão, tais mulheres não tinham para onde ir, nem tarefas a serem realizadas, a liberdade foi algo ilusório. Negras, pobres, sem meios de produção, sem escolaridade, o que lhes restam foram apenas as atividades domésticas que, culturalmente, enquanto construção social, fazem parte do ser da mulher. No "... Brasil as negras passaram diretamente da senzala para o trabalho doméstico", destacando como exemplo "... a personagem tia Nastácia das narrativas de Monteiro Lobato" que "expressam bem essa ideia da presença de mulheres negras / mulatas nas casas brasileiras" (Melo, 1998, p. 8). E Bastos (2010, p. 6) acrescenta:

Não se pode negar que a história do serviço doméstico no Brasil está profundamente vinculada com a história das escravas domésticas encarregadas das tarefas do lar do senhor. Após a abolição esta ocupação tornou-se a maior fonte de trabalho feminino. As relações entre patroa e empregada ainda carregam os resquícios das relações entre senhora e escrava, pautadas nas ideias de subordinação, exploração, apadrinhamento e ajuda.

A qualificação não é exigida, nem precisa, a sociedade entende que por ser mulher, esta tem por obrigação saber realizar as atividades domésticas. As construções sociais, com a justificativa da diferença biológica, afirmam que as mulheres nascem prontas para o cuidado, para o cuidado com a família, e como cuidam da sua família podem cuidar das famílias de outras mulheres que precisam sair de suas casas. Melo (1998) destaca que "... socialmente o exercício dessas tarefas requer apenas as habilidades que fazem parte do 'ser mulher' do treino secular do papel feminino: mãe e dona-de-casa" (p. 19). E Álvaro (2012) nos traz uma reflexão:

Entendido como uma extensão do serviço doméstico não remunerado, cuja incumbência tem sido atribuída e assumida pelas mulheres - concretamente e ideologicamente - essa ocupação recruta seus ocupantes entre elas, estando implícito que a condição de mulher já garante a perícia necessária para o desenvolvimento satisfatório das atividades (p. 112).

Outras mulheres, com mais condições que estas, precisam sair de suas casas para trabalhar, e quem cuidaria de suas casas? As negras, que antes eram escravizadas e agora não tem função a ser realizada. Com isso, o trabalho doméstico remunerado vai se desenvolvendo, tendo um maior número de trabalhadoras negras, que cuidam do lar do outro e do seu próprio lar, tendo uma dupla jornada. E as diaristas são ainda mais penalizadas do que as mensalistas, pois os direitos trabalhistas não estão voltados para elas.

Lima, Silva, Silva e Medeiros (2010) destacam que as responsabilidades domésticas são desempenhadas de modo diferenciado dependendo da classe social em que a mulher está inserida, já que a mulher burguesa transfere tais responsabilidades para outras mulheres, e estas dão conta de uma dupla jornada, somando as atividades desenvolvidas em casa e no trabalho, que pode ser a casa do outro.

O trabalho doméstico sempre foi algo invisível para o modo de produção capitalista, sendo desvalorizado, pois não gera valor, por estar fora do circuito do mercado. Mas não é bem assim, o trabalho doméstico permite a reprodução do trabalhador e realiza a manutenção da força de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento capitalista. Entretanto, o trabalho não é valorizado, fazendo parte das relações informais, não sendo de interesse do capitalista, e um dos motivos seria o espaço onde o trabalho se desenvolve, a casa que nunca foi um âmbito de geração de valor.

Esta é uma profissão que perpassa por um recorte de gênero, pois engloba, em sua maioria, mulheres. Perrot (2008) nos chama a atenção dizendo que o trabalho doméstico, pouco antes da guerra de 1914, chega a ser o principal setor de emprego das mulheres; um recorte de raça, por ter um grande quantitativo de negras; classe, por abranger as mulheres pobres.

No trabalho doméstico, por não ser valorizado, e ser, muitas das vezes, um refúgio das pessoas menos qualificadas e com menores oportunidades no mercado de trabalho, observamos uma baixíssima remuneração. As diaristas, em destaque nesta pesquisa, são ainda mais precarizadas.

Pode-se dizer que há dois níveis de relacionamento no trabalho doméstico:

... o familiar que, por vezes, gera uma relação afetiva com os membros da família, no caso das diaristas muitas tem casas fixas e acabam por criar um relacionamento com o patrão, ou conseguem fazer diárias na casa de pessoas já conhecidas e, até mesmo, pessoas amigas; e o trabalhista, que é a relação do trabalho e que, portanto, envolve a questão da luta de classes, muitas das vezes, dificultada pela relação afetiva (Carvalho [2002] *apud* Lima et al, 2010).

Para contornar as insatisfações é difundida a mensagem do afeto que pode existir entre patroas e empregadas, recebem um salário baixo, mas são bem tratadas, alimentadas, entre outras regalias, vistas como benefício, abrindo mão de seus direitos em nome da fantasiosa parceria existente, descaracterizando, assim, a relação profissional e o conflito de classe estabelecido.

O trabalho doméstico está, no entanto, entre as ocupações mais precárias, com níveis de remuneração muito baixos, com más condições de trabalho e altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras. Além disso, não somente no Brasil, mas na maioria dos países, os direitos das trabalhadoras domésticas não são equivalentes aos direitos do conjunto dos trabalhadores e, ainda assim, não são cumpridos (Sanches, 2009, p. 882).

As diaristas, conforme destacado, sofrem ainda mais que as mensalistas, habitando o âmbito da informalidade, estando desprotegidas, e se ficam doentes não tem salário, pois, muitas, não pagam o INSS.

Se compararmos os direitos dos trabalhadores domésticos com o restante da classe trabalhadora vamos perceber que os primeiros estão excluídos das leis trabalhistas, tendo uma lei especial.

A *Consolidação das Leis de Trabalho* (CLT), de 1943, exclui o trabalhador doméstico como mostra o Artigo 7º: "Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) aos empregados domésticos (...)".

Somente em 1972 temos a Lei 5.859 que garante alguns direitos aos trabalhadores domésticos, como, direito a férias (20 dias); direito à inclusão na Previdência. A Constituição Federal, de 1988, estende os direitos trabalhistas a esses trabalhadores, como, por exemplo, salário mínimo; décimo terceiro salário; repouso semanal remunerado; licença à gestante e aposentadoria.

Mais tarde, em 2001, a Lei 10.208, torna possível o acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). E a lei 11.324, de 2006, traz as férias de 30 dias e a estabilidade da doméstica grávida.

O conceito de empregado doméstico foi formalizado, com atribuição de direitos baseados em lei de 1972 e ampliados pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, por lei de 2006, de forma a garantir piso salarial, irredutibilidade de salário, férias de trinta dias, estabilidade para gestantes e folga em feriados civis e religiosos, entre outros (DIEESE, 2009, p. 3).

Conforme destacado acima, somente em 1972 são garantidos mínimos direitos à categoria dos trabalhadores domésticos e com a Constituição Federal, outros direitos são conquistados, no papel, que podem ser, algumas vezes, vistos como "letras mortas".

As diaristas possuem uma situação mais instável e precária, pois são remuneradas pelo dia de trabalho. Caso entrem de férias ou fiquem doentes, deixam de receber seus salários. Também é mais intenso o ritmo de trabalho, uma vez que precisam "dar conta" do trabalho na sua jornada diária (PED, 2011, p. 9).

A luta pela redução da jornada de trabalho sempre foi uma busca incessante por parte das domésticas, que enfrentam longas jornadas, prejudicando sua saúde, lazer, tempo com a família, enfim, tempo para si mesmas. Entretanto, no ano de 2013, esta conquista parece ser atingida em parte já que as diaristas estão mais uma vez excluídas.

Em 2013, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Empregadas Domésticas estende os direitos desta classe, como por exemplo, estabelecimento da jornada de trabalho e o pagamento de horas extras. E com este fato sendo estabelecido, teremos o aumento da informalidade, pois pensamos, será que os empregadores vão querer arcar com todos os direitos? Ou será que vão preferir contratar diaristas?

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no entanto, a maioria desses trabalhadores ainda está na informalidade. De cada dez trabalhadores domésticos, só três tinham registro na carteira de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2011. A taxa de informalidade, entre esses empregados chega a 69%, e é ainda mais alta entre as mulheres, que são mais de 93,6% deste mercado. Para elas, a informalidade é de 70,7%, contra 53% entre os homens (Cunha, 2013).

As leis apresentadas não englobam as diaristas e o serviço doméstico marca uma grande presença na informalidade, grande parte das trabalhadoras domésticas está na informalidade, sem nenhum registro e direitos que lhe

cabem. O Gráfico 3 abaixo nos mostra uma estatística desta realidade apresentada.

Gráfico 3 -Trabalhadores domésticos no Brasil – 2013

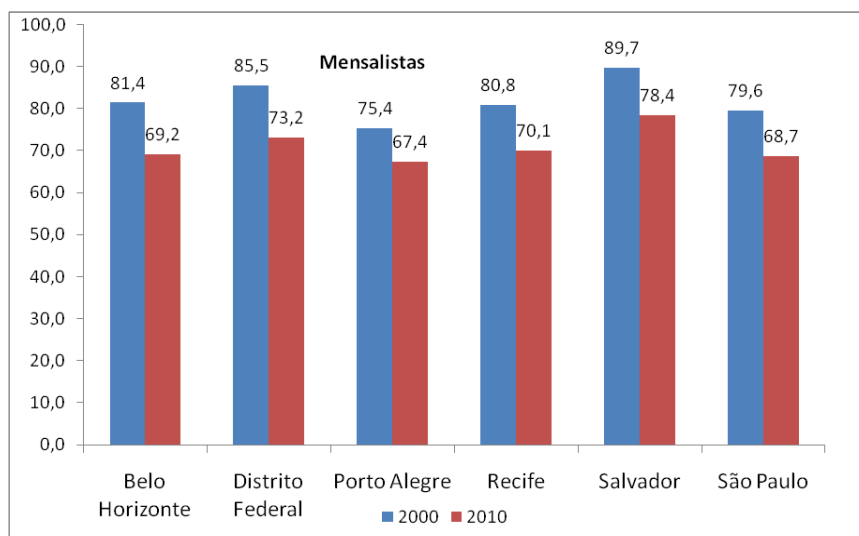


Fonte: IBGE, 2013.

Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 02/04/2013.

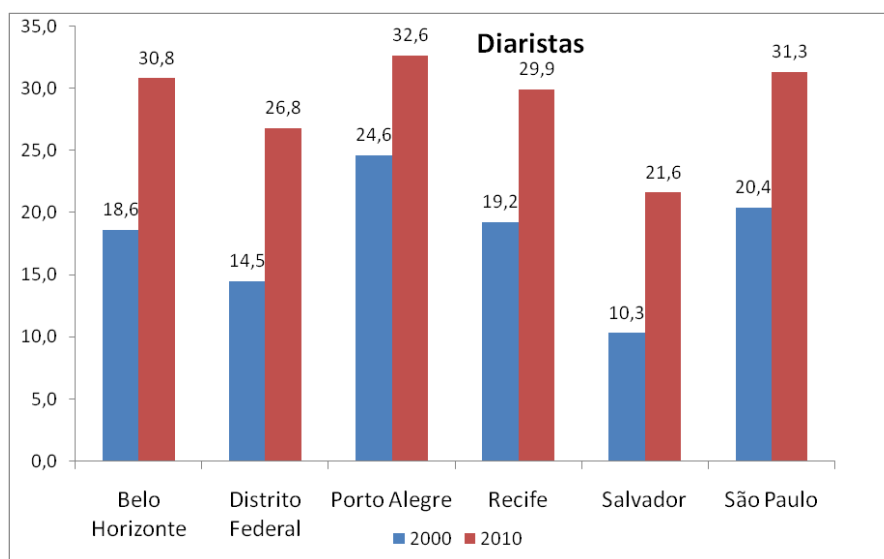
Em 2010 já tivemos uma diminuição das mensalistas e a ampliação das diaristas, portanto devemos ter o cuidado com a questão do aumento da informalidade, é preciso e necessário a legalização do trabalho das diaristas. Os Gráficos 4 e 5, abaixo, nos mostram este quadro de aumento de uma categoria e diminuição da outra em 2010. Podemos observar o grau de aumento da diaristas, visualizamos que houve diminuição das mensalistas, porém o aumento das diaristas é muito mais visível, muito mais impactante.

**Gráfico 4 - Proporção das trabalhadoras domésticas mensalistas
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000 e 2010**



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2011.

**Gráfico 5 - Proporção das trabalhadoras domésticas diaristas
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000 e 2010**



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2011.

Observamos que a ilegalidade está em alta, portanto é necessário, não somente criar as leis, mas colocá-las em prática, fiscalizando as formas trabalhistas, para que elas aconteçam conforme deve ser.

A PEC das empregadas domésticas foi uma conquista de grande valia, e essencial para valorização dessas profissionais. No entanto, ainda temos muito a

avançar, as diaristas precisam também de um respaldo legal, o trabalho precisa ser legalizado e sair da informalidade, as diaristas devem também ter valor na sociedade, pois é trabalho de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade e, principalmente, para desenvolvimento do mercado de trabalho, pois organizam a vida de muitos e devem ter suas próprias vidas valorizadas, através do seu trabalho.

Transformar a situação atual das trabalhadoras domésticas em todo o mundo significa ultrapassar incontáveis preconceitos, estereótipos e discriminações que pesam sobre essa atividade, que são fruto de heranças históricas do patriarcalismo, da servidão e da escravidão e que se reconstruíram, de outras formas, nas sociedades capitalistas modernas (Sanches, 2009, p. 879).

Desta maneira, o serviço doméstico é resquício das relações entre senhora e escrava, após a abolição da escravidão restavam para essas mulheres as funções que sempre desenvolveram, as atividades domésticas. O perfil das mulheres que realizam o trabalho doméstico é descrito como mulheres negras, pobres, sem meios de produção, sem escolaridade. Entre as diaristas entrevistadas, apenas uma se considera negra, uma parda e a outra branca. Em relação ao nível de escolaridade tem Ensino Fundamental Incompleto.

As diaristas entrevistadas (utilizaremos as letras A, B, C para identificação, preservando o anonimato das colaboradoras) alegam gostar da profissão, pois ganham seu próprio dinheiro, porém estão insatisfeitas com a falta da carteira assinada. Uma diarista conseguiu um emprego de carteira assinada em uma fábrica de bolsa e está muito feliz "... peço a Deus todos os dias para não precisar voltar a trabalhar como diarista. Peguei trauma em uma casa, onde fui maltratada. E tinha uma amizade com essa pessoa" (Diarista A, entrevista, 14/07/2013), disse que tem algumas casas que ainda vai voltar a realizar a diária uma vez por mês, mas de 15 em 15 dias não pode mais, pois tem que cuidar da sua própria casa. Outra diz:

... me sinto feliz porque gosto do que faço, mas não me sinto realizada porque não tenho carteira assinada, atualmente trabalho três vezes na semana e é o meu direito meu patrão assinar minha carteira (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

A reportagem do *Jornal O Globo*, do dia 15/07/2013³, destaca que o Art. 1º. do Relatório do Senador Romero Jucá, aprovado no Senado, afirma que empregado doméstico é aquele que presta serviço mais de duas vezes na semana em uma mesma residência. Este Relatório ainda precisa ser aprovado pela presidência, mas as expectativas são de que não seja alterado.

O número de diaristas cresce cada vez mais no país, mesmo sendo uma profissão precarizada. Embora esta pesquisa tenha sido desenvolvida no Rio de Janeiro, não apresentamos dados sobre o Estado do Rio, posto que estes não se encontram disponibilizados. Para que se tenha uma perspectiva regionalizada deste aspecto, apresentamos no Gráfico 6 a porcentagem das mulheres que trabalham sem registro, nos serviços domésticos, em São Paulo, Estado mais industrializado do país. E a seguir apresentamos o gráfico 7, que contém os dados sobre mulheres trabalhando sem registro de vínculo empregatício na cidade de Fortaleza, do nordeste brasileiro.

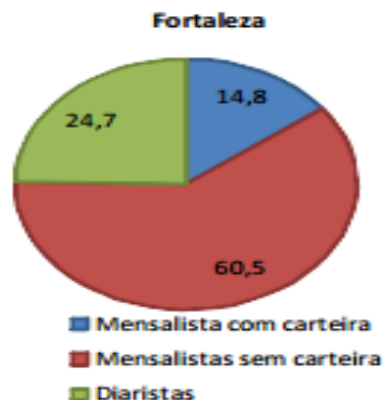
Gráfico 6 - Distribuição das trabalhadoras domésticas em São Paulo segundo posição na ocupação – 2010



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED -

³ PAULA, Nice. "Mais diaristas, menos mensalistas". *Jornal O Globo*, 15/07/2013.

Gráfico 7 - Distribuição das trabalhadoras domésticas em Fortaleza segundo posição na ocupação – 2010



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - 2011.

Percebemos um grande número de diaristas 31,3% em São Paulo já em Fortaleza esse número é menor, porém o número de trabalhadoras domésticas na informalidade é alto.

A PEC das empregadas domésticas de 2013 foi concebida para ampliar os direitos apenas das mensalistas, a fim de acabar também com o caso das mensalistas inseridas na informalidade. No entanto, nada mudou para as diaristas.

Todas as diaristas entrevistadas nesta pesquisa acreditam que seus direitos não são garantidos, e duas percebem a desigualdade no mercado de trabalho entre sexos, estampadas na própria forma de aprendizagem da profissão, já que desde cedo desenvolviam as atividades na casa dos seus pais, uma das três aprendeu depois do casamento, pois as atividades domésticas na casa dos pais eram realizadas pela irmã mais velha. Duas diaristas não tiveram outra profissão.

A reportagem do *Jornal O Globo*, do dia 13/07/2013⁴, traz a discussão da nova Lei. A notícia afirma que a Emenda só entrará em vigor em Janeiro de 2014, alegando que outros temas estão à frente, como, o royalties do petróleo para educação e saúde, além disso, o Governo não concorda com pontos descritos na Lei, por exemplo, a redução da contribuição previdenciária. Já o

⁴ DOCA, Geralda. "Novos direitos de domésticos só valerão a partir de Janeiro". *Jornal O Globo*, 13/07/2013.

presidente do Instituto Doméstica legal destaca que, na teoria, a jornada diária de oito horas e o pagamento de horas extras devem ser cumpridos.

A reportagem do *Jornal O Globo*, do dia 15/07/2013⁵, complementa a reportagem anterior, tratando o caso das diaristas, que tem aumentado em relação às mensalistas, passando de 12, 6%, em 2003 nas seis maiores regiões metropolitanas do país, para 23, 7%, em 2013, e acredita-se que aumentará ainda mais com a nova Lei.

Patrícia Lino Costa, economista do DIEESE, afirma que "A diarista é mais vulnerável, não tem proteção previdenciária, se fica doente não recebe. Mas é atraída por esse ganho imediato, já que o salário por hora é muito maior do que o da mensalista" (Costa, 2013 *apud* Paula, 2013, p. 15). Esta realidade fica clara na fala da diarista Jerusa Camilo dos Santos, que trabalha no Rio e há dois anos trocou o emprego de vinte anos:

Só me arrependo é de não ter mudado há mais tempo. Hoje trabalho menos e ganho mais. Sustento meus dois filhos sozinha e ainda consigo guardar um dinheirinho. (...) (Santos, 2013 *apud* PAULA, 2013, p. 15).

Mas muitas estão na profissão por falta de opção, por não encontrarem emprego adequado no mercado formal, se sujeitam ao baixo salário, sem direitos, estando na informalidade. As diaristas entrevistadas dizem que a escolha da profissão foi por falta de opção, a necessidade as induziu, mas também gostam de arrumar a casa. Começaram a exercer a profissão devido à falta de estudo e de oportunidades. Não estão satisfeitas com o salário e afirmam ser a renda complementar à família.

E Patrícia Lino Costa chama a atenção para a necessidade da garantia de direitos para as diaristas:

Temos que repensar a diarista. É um contingente grande, crescente e, na média do país, apenas 4% delas contribuem para a Previdência. É preciso um pacto para não deixá-las à margem dos direitos (Costa, 2013 *apud* Paula, 2013, p.15).

Nenhuma diarista que participou da nossa pesquisa, faz o pagamento do INSS, mas entende a importância. Uma diarista relata "... a situação está apertada, ainda mais agora que comprei um fogão" (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

⁵ PAULA, Nice de. "Mais diaristas, menos mensalistas". *Jornal O Globo*, 15/07/2013.

Quando ficam doentes trabalham assim mesmo, pois dependem do pagamento que complementa a renda familiar. Com relação à jornada de trabalho, todas se dizem satisfeitas, mas relatam que ficam no trabalho até acabar o serviço, podendo ultrapassar oito horas por dia. Apenas uma considera o trajeto como o início do trabalho.

Além da longa jornada de trabalho, que dizem desenvolver como se estivessem em suas casas, tendo uma boa relação com o patrão, as diaristas quando chegam em casa realizam as atividades domésticas que lhes esperam; uma diz que sua filha ajuda, mas que também não pode devido suas atividades, como a faculdade.

As diaristas finalizam falando da importância do trabalho que desenvolvem, já que contribuem para o bem estar das famílias, porém dizem que falta a valorização do outro, "... a pessoa precisa de você, mas te magoa, o trabalho é importante e a pessoa não reconhece" (Diarista A, entrevista, 14/07/2013).

2.3.2. Trabalho em domicílio

Outra forma de trabalho reinventada pela reestruturação produtiva é o trabalho em domicílio, através da terceirização, posto na informalidade, sendo um exemplo da fragmentação imposta pelo capitalismo.

... conforme explicitam Bufelli *et alii* (1987), com o início da produção industrial, o bordado começou a ser produzido em série, passando a dividir-se em várias fases, desenvolvidas por diferentes pessoas: o corte, o risco, o bordado propriamente dito, o arremate, a costura e a lavanderia (Leite, 2009, p. 187).

Abreu (1986) destaca que o trabalho industrial a domicílio existe desde os séculos XVI e XVII, quando a família e o trabalho se entrelaçam em um mesmo ambiente, sendo a família uma unidade produtiva. Há indícios da presença do capital neste trabalho já nesta época, quando os artesãos pobres estavam subordinados aos ricos, que compravam a matéria-prima necessária.

Vimos que a reestruturação produtiva traz novas formas de trabalho e reinventa outras, a fim de diminuir os custos, e os trabalhadores sofrem as consequências das transformações no mundo do trabalho.

... ao se expandir, recria as modalidades produtivas arcaicas (...) e enfatiza esses tipos de trabalho não apenas são constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados (Abreu, 1986, p. 78).

A "... transferência de parte da produção para fora das indústrias é anterior ao que se conhece como terceirização... não se trata de novidade, mas de atualização. (...)" (Tavares, 2004, p. 172). O que se observa, segundo Neves e Pedrosa (2007), é que:

... ocorreu uma crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Estas práticas assumem diferentes configurações, como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado (p. 12).

Formas de trabalho são terceirizadas e colocadas na informalidade, como é o caso do trabalho em domicílio. A terceirização, utilizada também pelas novas formas de produção capitalista, utiliza as formas de trabalhos informais, visando o lucro.

Graças à terceirização, a informalidade se torna uma forma adequada ao capital, porque participa efetivamente da produção sem implicar os custos do trabalho formal, e porque, aparentemente, não se configura como uma relação entre opostos. Em vez da compra direta da força de trabalho, compra-se trabalho, serviço, mercadoria. A informalidade que está sendo difundida se pauta principalmente no discurso da autonomia, da independência, da transformação de trabalhador em empresário. (...) (Tavares, 2004, p. 43).

O trabalho em domicílio engloba, em sua maioria, mulheres, que trabalham no espaço doméstico, na sua própria casa, dando conta das atividades domésticas e profissionais ao mesmo tempo, reforçando a subordinação, estando sempre presentes em formas de trabalho desvalorizadas. O trabalho é tido como espaço de trabalho feminino, colocando que as mulheres que tem as "habilidades" necessárias para o desenvolvimento da atividade, pensamento que faz parte das construções sociais. "O capital põe em

movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país" (Abreu, 1986, p. 41).

Refletiremos nesta pesquisa sobre o trabalho das bordadeiras de uma confecção, que trabalham sem nenhum registro, na informalidade, de forma terceirizada. A fábrica entrega as peças para uma pessoa específica, que repassa para outras trabalhadoras, assim, o salário para as últimas é ainda menor. "O intermediário é um trabalhador que assume funções do capital. (...) encarregando-se de manter a distância necessária entre capital e trabalho. (...) (Tavares, 2004, p. 177). É nesta medida que as reflexões de Marx são evocadas, pois: "A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador" (Marx, 1984 *apud* Tavares, 2004, p. 177).

De fato, a validade dos argumentos de Marx ainda é tangível, no que concerne ao trabalho em domicílio:

(...) O salário por peça facilita que, entre o capitalista e o trabalhador assalariado, se insiram parasitas que subalugam o trabalho. O ganho dos intermediários decorre da diferença entre o preço do trabalho que o capitalista paga e a parte desse preço que ele realmente entrega ao trabalhador. (...) (Marx, 2006, p. 640).

As bordadeiras estão atuando de forma subalterna, sendo exploradas em suas próprias casas, sem benefícios, recebendo por peça produzida, precisando estender, cada vez mais, a jornada de trabalho, muitas passam a madrugada inteira trabalhando para dar conta da produção, pois além de ganhar de acordo com o que produz, existe a cobrança para a entrega das peças. Este trabalho tem como forma de pagamento o salário por peça, que não se configura em uma nova forma de pagamento.

... evidencia-se que o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção. Embora não seja uma forma nova, pois figurava oficialmente, ao lado do salário por tempo, nos estatutos do trabalho ingleses e franceses do século XIV, sua aplicação só adquire maior amplitude no período manufatureiro propriamente dito. Na fase juvenil e tempestuosa a grande indústria, notadamente de 1797 a 1815, serve de meio para prolongar a jornada de trabalho e para rebaixar o salário. (...) (Marx, 2006, p. 643).

O salário por peça é uma forma modificada do salário por tempo, o salário por tempo é quando se paga pelo tempo de trabalho desenvolvido, pelas

horas trabalhadas e o trabalho por peça se recebe a partir da quantidade de peças realizadas, independente do tempo despendido, assim o capitalista consegue medir melhor a intensidade do trabalho, pois já paga pelo trabalho materializado.

O trabalhador é o principal interessado em intensificar seu trabalho, aumentando sua jornada de trabalho, já que quanto mais produz mais se ganha. O salário por peça varia de trabalhador para trabalhador, quem produz mais recebe mais, quem produz menos recebe menos, diferentemente do salário por tempo.

Dado o salário por peça, é, naturalmente, interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível (...). É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal. (...) (Marx, 2006, p. 640 - 641).

Mas é claro que o capitalista, visando o lucro, paga menos quando as peças são produzidas mais rapidamente, pois o aumento da produtividade significa rebaixamento no salário, como acontece com o salário por tempo.

O discurso difundido diz que tais trabalhadoras são independentes, e tem inúmeras vantagens, como, não sair de casa, pegar ônibus, trânsito, mas estas questões são ilusórias, evitando as insatisfações. O trabalho realizado no ambiente familiar acaba envolvendo todos os membros da família, que participam daquele ambiente profissional, as tarefas se misturam, e a divisão do tempo não é controlada: "... invasão ao ambiente familiar do trabalhador, propicia a prática de trabalho não pago, que incorpora toda a família" (Tavares, 2004, p. 171).

As trabalhadoras têm uma grande responsabilidade em relação às peças, caso aconteça algo deve dar conta do prejuízo. Os materiais para realização do trabalho também é bem administrado pela fábrica, tudo é contado, e as bordadeiras devem ter cuidado com os materiais disponibilizados.

Além de todas as dificuldades existentes, ainda tem o fato da saúde, devido ao trabalho poder prejudicar as bordadeiras, devido às tarefas repetitivas e às longas jornadas de trabalho. Muitas destas trabalhadoras não pagam seu INSS e quando adoecem ficam sem renda, assim como quando não tem peças a serem bordadas. E esta renda pode ser a principal da família, mesmo quando considerada como complementar a do marido, que é visto, pela sociedade, como o provedor.

A precarização no mercado de trabalho é naturalizada, sendo que as próprias mulheres não percebem as condições as quais estão submetidas, vendo vantagens nesta forma de trabalho, pois acham que conseguem conciliar melhor com as atividades domésticas, que lhes são colocadas como prioridades e tarefas específicas.

A terceirização precariza as condições de trabalho, pois constitui-se como uma estratégia que visa "expulsar" da empresa subcontratante, junto com os riscos produtivos, os encargos sociais relacionados às conquistas da classe trabalhadora, além de estar relacionada à necessidade de aceleração do tempo de rotação do capital (Colli, 2000, p. 63).

Esta forma de trabalho foi apropriada para benefício do capital, sendo útil à reprodução. Através da "... dupla jornada de trabalho da costureira externa, reprodutora do capital e da força de trabalho" (Mattos, 2005, p. 52) E a autora apresenta o perfil das trabalhadoras, que são escolhidas de acordo com a necessidade do capitalismo.

Lavinas *et alli* (1998: 23) reconhecem que as estatísticas disponíveis sobre trabalho a domicílio confirmam a expressiva presença de mulheres com baixo nível de escolaridade, em faixa etária mais madura, a ausência de proteção social e de rendimentos inferiores à renda média da população urbana (Mattos, 2005, p. 52).

As trabalhadoras não são valorizadas, vivem na ilegalidade, pois as leis a favor do trabalhador não são respeitadas:

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) interpreta o trabalho a domicílio como uma relação de emprego já que, em seu art. 6º: Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego (Mattos, 2005, p. 57).

Para Lavinas *et alli* os estudos sobre trabalho a domicílio:

... podem desempenhar um papel relevante na identificação das soluções que o mercado tem encontrado e, dessa maneira, subsidiar as reformas da legislação trabalhista que garantam ao mesmo tempo proteção e flexibilidade, fugindo a polarizações estereis (Lavinas *et alli*, 2000, p. 46).

As autoridades que deveriam estar voltadas para garantia dos direitos dos trabalhadores, estão a favor do capitalismo, querendo alcançar, apenas, o desenvolvimento econômico, relegando sempre o desenvolvimento social para segundo plano, se é que este plano existe.

... acreditamos muito mais em uma política de consentimento estatal da ilegalidade do que em uma fragilidade da fiscalização do Estado. Em outras palavras: a continuidade do atual 'pacto social' depende, em boa parte, de uma política de 'vistas grossas' por parte das autoridades governamentais. (...) (Malaguti, 2001, p. 84).

Além do apoio do Estado, o capital tem também o da Justiça, apoiando, de certa forma, a precariedade existente. Exemplo disto é a aprovação, no Brasil, em 1998, da Lei de Contrato de Trabalho Temporário e o Projeto de Lei nº 5.843, de 2001, que altera o texto do Artigo 618 da *Consolidação das Leis do Trabalho*. No país,

(...) As condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalhador. (...) (Tavares, 2004, p. 133).

O desemprego, a precariedade, a terceirização, a informalidade, a ilegalidade, tais fatores negativos para a classe que vive do trabalho estão aumentando e não existe nenhuma política adequada para a geração de empregos.

Podemos considerar as novas e reinventadas formas de trabalho estabelecidas como um desemprego disfarçado, assim temos a diminuição das taxas de desemprego, mas não se analisam as formas de precariedade vivenciadas pelos trabalhadores no mercado de trabalho.

O capitalismo, o desenvolvimento econômico, está interessado pela busca do lucro, o objetivo é a acumulação, portanto a geração de empregos formais não é algo necessário na visão capitalista, é preciso diminuir os custos.

Martinez (2008) traz a informação da evolução das trabalhadoras em domicílio, onde dez por cento da população feminina estão ocupadas nesta situação, aproximadamente 4,5 milhões de mulheres.

Os dados que se seguem estão relacionados ao trabalho em domicílio. As Tabelas 5, 6, 7, 8 e 9, a seguir, trazem o panorama das trabalhadoras informais em confecções e facções.

Tabela 5 - Total de pessoas ocupadas formal e informalmente em confecções e facções na cidade do Rio de Janeiro – 2011

Situação do pessoal ocupado	N	%
Pessoal ocupado formal em confecções	18.122	55,16%
Pessoal ocupado informal em confecções*	4.454	13,56%
Pessoal ocupado informal em facções*	10.277	31,28%
Total	32.852	100,00%

* incluindo costureiras externas

Fonte: CTS/FGV 2011

Na Tabela 5 podemos observar que, apesar da porcentagem do trabalho formal ser maior, a informalidade marca uma presença significativa nesse tipo de atividade realizada, em sua maioria, por mulheres.

Em nosso campo foram entrevistadas três bordadeiras (identificadas nesta pesquisa pelas letras A, B, C), moradoras de São Gonçalo, brancas, casadas, com filhos, sendo que apenas uma completou o Ensino Médio, e as outras têm o Ensino Fundamental incompleto. Nenhuma delas tem a carteira de trabalho assinada, mas todas queriam ter, pois como afirmam, "nunca tive minha carteira de trabalho assinada, mas gostaria de ter porque é uma segurança" (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013), associando o fato de não ter carteira de trabalho assinada com a idade avançada.

Foi perguntado para as entrevistadas como começaram a exercer a profissão, obtendo como respostas: falta de estudo, falta de oportunidade e amiga ofereceu o trabalho. Quanto a ter outra profissão apenas uma disse que não, sendo que uma das bordadeiras já foi empregada doméstica, mas sem carteira assinada.

Quando perguntamos o motivo da escolha pela profissão que exerce as respostas foram ganhar dinheiro sem sair de casa e ter mais tempo para os filhos. Aprenderam a desenvolver as atividades com o tempo, vendo os outros fazerem "... no início temos dificuldades, mas depois fica fácil" (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

As trabalhadoras em domicílio têm uma renda baixa, conforme observamos no início desta discussão, entretanto, a renda tem uma imensa importância, sendo, às vezes, a sua única renda ou a sua principal fonte de renda. Mesmo que a família veja esta renda como complementar ela pode ser a única ou a principal, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Importância da renda como costureira externa na cidade do Rio de Janeiro – 2011

	N	%
Sua única fonte de renda mensal	2652	51,4
Sua principal fonte de renda mensal	1542	29,9
Parte significativa de sua renda mensal	678	13,1
Uma parte pequena de sua renda mensal	288	5,6
Total	5160	100,0

Fonte: CTS/FGV 2011

Observamos na tabela que um percentual de 51,4% afirma ser o trabalho sua única fonte de renda, trazendo a importância da mesma para a sobrevivência dessas trabalhadoras.

No Campo desta pesquisa, entre as bordadeiras entrevistadas, todas alegam não estarem satisfeitas com a renda, já que sempre tem algum desconto, pois a contagem está sempre diferente "... o que eles falam devem ser acatado, nossa palavra não vale nada" (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013), ainda lembram dos "calotes". Todas dizem ser essa renda complementar a da família. Uma bordadeira relata que em algumas fábricas, as próprias funcionárias internas bordam para que a empresa não precise pagar a bordadeira externa.

Vejamos o que nos traz a próxima tabela, que vem com um dado ainda mais alarmante.

Tabela 7 - Pagamento de INSS pelas costureiras na cidade do Rio de Janeiro – 2011

	N	%
Não paga INSS	3737	72,4
Paga INSS	1423	27,6
Total	5160	100,0

Fonte: CTS/FGV 2011

A Tabela 7 mostra que a maioria das trabalhadoras em domicílio que trabalha informalmente não paga o INSS, portanto se fica doente não tem renda, vivendo uma situação ainda mais complexa.

Percebemos em nosso campo que das bordadeiras entrevistadas apenas uma pagava o INSS. Todas responderam que quando ficam doentes o trabalho não pode parar, pois não podem ficar sem o dinheiro. E reclamam de problemas de visão, coluna, tendinite.

A Tabela 8 apresenta quais são os principais problemas apontados pelas costureiras externas com relação ao trabalho desenvolvido.

Tabela 8 - Principal problema da indústria para costureiras externas na cidade do Rio de Janeiro – 2011

Categorias	N	%
Tem que trabalhar muitas horas para conseguir juntar uma boa renda/os valores pagos são muito baixos	2478	48,0
Não tem direitos trabalhistas (férias, 13º, FGTS, etc)	880	17,1
Sente-se explorada pelas facções/confecções	778	15,1
Desvalorização da profissão (a profissão não tem <i>status</i>)	676	13,1
Não tem salário fixo	225	4,4
Falta de perspectiva profissional/não tem uma carreira	82	1,6
Outro	41	0,8
Total	5160	100,0

Fonte: CTS/FGV 2011

A tabela nos leva a resumir que o maior problema relatado pelas trabalhadoras é a precariedade das relações trabalhistas.

No campo empírico, com relação aos direitos garantidos, enquanto mulher e trabalhadora, todas as bordadeiras acham que nem todos são garantidos, a maioria acredita que há uma desigualdade entre os homens e mulheres. "No Brasil o bem não é para todos, não vão assinar carteira para ser bordadeira, a não ser que seja dentro de uma fábrica" (Bordadeira A, entrevista 06/07/2013).

A Tabela 9 apresenta as vantagens consideradas pelas costureiras externas.

Tabela 9 - Vantagem na profissão de costureira externa na cidade do Rio de Janeiro – 2011

	N	%
Pode trabalhar em casa, perto dos filhos	2549	49,4
Pode conduzir seu próprio negócio	1295	25,1
Pode fazer seu horário de trabalho	946	18,3
Não precisa enfrentar o trânsito	308	6,0
Outra	41	0,8
Não tem vantagem	21	0,4
Total	5160	100,0

Fonte: CTS/FGV 2011

A tabela nos revela que a principal vantagem identificada no trabalho está relacionada à atividade colocada como prioritariamente feminina, o cuidado com a família.

Nas nossas entrevistas, as bordadeiras dizem que, às vezes param para desenvolver suas atividades domésticas, mas se precisar trabalham pela madrugada (mesmo assim dizem satisfeitas com a jornada de trabalho), e acham vantajoso não terem que sair de casa. Elas não conhecem o patrão, só a intermediária, que as cobra o tempo todo, a fim de que as peças sejam entregues no tempo previsto, ou antes, deste "... se não terminar no prazo a intermediária diz: -Dá seu jeito!" (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

Todas as bordadeiras relataram gostar do trabalho que realizam, pois tem esta oportunidade de parar para realização de suas tarefas domésticas e voltar para produção das suas peças, um trabalho que depende das suas habilidades, de sua realização.

Com relação à valorização, todas afirmam ser seu trabalho importante, mas falta a valorização do outro. As bordadeiras se alegram em ver uma peça sua sendo usada por um artista, mas as mesmas não podem ter acesso às peças que produzem, então compram a roupa em um lugar mais barato e bordam para si.

Os dados e as entrevistas nos revelam a precariedade no cenário do trabalho feminino. Duas profissões tipicamente femininas nos levam a pensar que tipo de conquista foi alcançado pelas mulheres, já que entram no mercado de trabalho de forma desigual se comparado com os homens.

2.4.

Diaristas e bordadeiras: quando público e privado se confundem

Diaristas e bordadeiras são trabalhadoras muito distintas, porém seus trabalhos guardam algumas convergências. A mais relevante destas convergências talvez seja o fato de que as duas categorias desempenham suas funções no espaço da casa, ou seja: no âmbito privado.

O âmbito privado sempre foi útil ao capitalismo, pois servia para reprodução e manutenção da força de trabalho, sendo a mulher a principal responsável por esta função. No entanto, como não gerava mais valia diretamente não era visível, não tinha valor, mas, na verdade, sempre contribuiu com o capitalismo, estando subordinado ao mesmo.

Porém, com o trabalho realizado na casa as funções de reprodução da força de trabalho e produção das mercadorias são colocados em um mesmo ambiente, no espaço privado.

Um espaço desvalorizado que abriga um profissional desvalorizado que realiza atividade desvalorizada na prática, pois na realidade o espaço, o profissional e a atividade estão intimamente interligados ao modo de produção capitalista, contribuindo para a geração de lucros, desenvolvendo a mais valia, tão desejada pelo capitalista. A atividade é essencial, necessária, importante, e, por isso, retorna ao nosso meio, não sendo valorizada e nem pode ser, na visão do capitalista, para que haja a exploração sem medida.

A mulher "presa" às atividades domésticas se coloca à disposição do trabalho em domicílio, em busca de uma complementação da renda familiar, com a oportunidade de permanecer perto das tarefas do lar e do cuidado com os filhos.

O padrão estabelecido na sociedade, onde o homem é responsável pelo sustento do lar, sofre alterações devido às necessidades de complementação da renda familiar. A propósito do trabalho das bordadeiras é possível afirmar que:

O trabalho de costura externa parece ser particularmente adequado enquanto tentativa de manutenção do padrão ideal, permitindo ao mesmo tempo uma contribuição monetária importante por parte da mulher (Abreu, 1986, p. 267).

As tarefas se misturam, a jornada de trabalho é longa para dar conta de tantas atribuições, a casa suja; o filho que tem que ir à escola; a comida a fazer;

os bordados a serem realizados, estando a fábrica pressionando pela entrega; entre inúmeras outras atividades. "Constantes interrupções no trabalho (...) não significa que o tempo dedicado a este seja reduzido" (Abreu, 1986, p. 269).

O trabalho em domicílio permite a mulher cuidar da educação dos filhos, tarefa feminina determinada pela sociedade, e dá conta de outras atividades que são colocadas como exclusivamente sua, não precisando transferir suas atividades para uma outra mulher.

Existem pontos negativos em ser uma trabalhadora em domicílio, como estar na informalidade, sem ter seus direitos garantidos. Conforme Abreu (1986), o controle das atividades domésticas e o cuidado com os filhos compensa os aspectos negativos para essas trabalhadoras externas, isto aparentemente, pois a realidade é outra, sendo mascarada pelas fases do modo de produção capitalista.

O emprego do trabalho em domicílio varia muito, às vezes temos muitas produções a serem feitas, outras não temos nada para produzir.

A intensidade do trabalho de costura, no entanto, varia consideravelmente ao longo do ano. A sazonalidade do trabalho de costura externa faz com que em certos períodos, de pouca ou nenhuma produção, a mulher reassuma integralmente seu papel de dona-de-casa (Abreu, 1986, p. 275).

Ainda segundo Abreu (1986), a mulher investe seu dinheiro na educação dos filhos e na arrumação da casa. A este respeito, em nosso trabalho de pesquisa uma das colaboradoras afirmou ter comprado um fogão para a sua família com os recursos provenientes do seu trabalho em domicílio. Não cabem dúvidas de que essa expropriação do trabalho serve ao capitalismo, na medida em que "... o trabalho industrial a domicílio, na sua forma moderna, está intimamente associado ao desenvolvimento da produção capitalista" (Abreu, 1986, p. 287).

Em tempos pré-industriais a mulher trabalhava tanto na produção quanto na reprodução. Com o passar dos anos as funções foram sendo separadas, constituindo o âmbito público e o privado, aquele reservado aos homens, e este reservado às mulheres (embora não possamos esquecer que estamos falando de representações construídas socialmente e hoje hegemônicas, pois na prática as mulheres pobres sempre trabalharam). E a função no âmbito privado direcionado às mulheres quase não tem valor por ser tido como improdutivo, não sendo considerado trabalho. Portanto as mulheres, as donas-de-casa, são

trabalhadoras sem os direitos sociais, que os outros trabalhadores vão adquirindo com o passar dos tempos, e só conseguem alcançar tais benefícios de maneira indireta, através do seu marido, que muitas das vezes, é o provedor da casa. Mas o confinamento da mulher no lar sempre foi diminuído a partir da necessidade econômica, e dos interesses da industrialização. Porém essa participação da mulher no mercado de trabalho não ameniza a sua atribuição na manutenção do lar e na educação dos filhos, e também não foi visto como fonte de realização pessoal e autonomia feminina (Rocha-Coutinho, 1994).

A partir da Industrialização a mulher começou a ter um papel mais significativo no mundo público. Mas a mulher no âmbito da produção era tida como inferior, não sendo capaz de alcançar promoções e boas remunerações. Seu trabalho era visto como desqualificado e precário.

No entanto, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho doméstico não desapareceu, as mulheres continuaram tendo-o como tarefa, tendo que dar conta das atividades "fora" e "dentro" da família, já que não existia uma divisão igualitária das tarefas domésticas entre os sexos. Mesmo diante das diversas conquistas muitas mulheres não conseguiram abandonar as atividades construídas pela sociedade como exclusivamente feminina, conciliando diversos papéis.

De fato, ao dar origem a uma mão-de-obra feminina, a Revolução Industrial introduz uma primeira ruptura no paradigma da diferenciação de mundos, na medida em que separa a casa do lugar de trabalho e confronta homens e mulheres às mesmas máquinas, ritmos e exigências da produção fabril (Oliveira, 1991, p. 43).

Pensando na situação das diaristas temos o trabalho sendo realizado em uma casa, o espaço público é um espaço privado. Assim as diaristas realizam o trabalho de reprodução, trabalho este também essencial para o capitalismo, que necessita da reprodução da força de trabalho para manutenção do seu modo de produção. E tais atividades estão voltadas para o público feminino.

O trabalho doméstico não remunerado contribui para o sistema de produção capitalista, pois reproduz a força de trabalho,

... o capitalismo utiliza para a reprodução social uma instituição específica: a família (...) A articulação entre o trabalho doméstico, como fonte de reprodução e procriação de força de trabalho, e a produção social mostra como o uso da força de trabalho feminina é um dos recursos para o capitalista expandir a extração de mais-valia absoluta (Toledo, 2005, p. 51-52).

No entanto, quando tratamos do trabalho doméstico remunerado, estamos falando de reprodução no espaço privado do outro, a diarista reproduz a força de trabalho de outra família, ocupando a posição de outra mulher que precisou sair para trabalhar em um âmbito público. E quando esta trabalhadora doméstica volta para casa reproduz a força de trabalho dentro da sua própria família.

A diarista não produz apenas mais-valia absoluta, produz também mais-valia relativa, e não reproduz apenas força de trabalho em sua casa, mas na casa de outras famílias, que lhe remuneram para isso. A mulher desta outra família está produzindo no espaço público e não consegue cumprir seu papel fundamental, determinado pela sociedade, transferindo a função.

Por mais que a mulher ingresse no mercado de trabalho, o Estado ou o capital continuam a exercer sobre ela uma autoridade patriarcal, impedindo-a de abandonar as tarefas domésticas e controlando a sua sexualidade (...) Nenhum processo é mecânico e, assim como o patriarcado sobreviveu mediante a adaptação a diferentes modelos familiares, o processo consciente de combatê-lo faz parte da luta da mulher por sua emancipação e dessa luta pode surgir um modelo alternativo de família que elimine a opressão feminina (Toledo, 2005, p. 53, 56).

3

Para conhecer o valor do trabalho feminino

Valorizada nunca [se] é! Ser valorizada em um trabalho assim [bordadeira]...? Acho que em nenhum [trabalho] você é valorizada. ... Porque eu também faço trabalho artesanal e... Você não tem valor! (Bordadeira B, entrevista, 10/07/2013).

Principiamos o trabalho de campo com a realização de um grupo focal com as três diaristas e outro com as três bordadeiras que aceitaram atuar como colaboradoras da pesquisa. Estas seis mulheres já eram nossas conhecidas, ou nos foram apresentadas por outras companheiras de profissão e todas, gentilmente, concordaram em participar da pesquisa como colaboradoras.

O objetivo destes dois primeiros encontros era o de conhecer as percepções de cada um destes grupos de trabalhadoras, enquanto grupo, sobre os trabalhos que realizam, para daí extrair elementos para a elaboração de um roteiro semi-estruturado para as entrevistas individuais que seriam realizadas a seguir.

A entrevista é sempre um caso particular de interação entre um sujeito pesquisador e um sujeito pesquisado; uma relação que necessariamente exerce efeitos sobre os resultados que serão obtidos (Bourdieu, 1997). Embora a entrevista seja "... o procedimento mais usual no trabalho de campo [para] (...) obter informes contidos na fala dos atores sociais" (Neto, 2004, p. 57), posto que os sujeitos desta pesquisa sejam bem pouco conhecidos enquanto atores sociais, nos pareceu adequado principiar com os grupos focais por segmento profissional, para com elas próprias construir a principal ferramenta da pesquisa de campo: o roteiro da entrevista (Ver Apêndice 7.1.).

Nossa aproximação com as colaboradoras, para efeito desta pesquisa, observou os cinco critérios preconizados por Neto (2004, p. 54-56) para a realização de pesquisas de campo na área do Serviço Social:

1. "... buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo". É importante informar que as todas bordadeiras colaboradoras desta pesquisa trabalham para uma mesma fábrica. Da mesma maneira, cabe ressaltar que todas as colaboradoras são moradoras do município de São Gonçalo. A

faixa etária das trabalhadoras é de 40 e 60 anos, e elas possuem relações sociais, familiares e profissionais comparáveis. O objetivo desta escolha foi o de buscar a maior semelhança possível em termos sociais, econômicos e culturais para diferenciá-las apenas quanto à natureza do trabalho desenvolvido;

2. "... apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos". Em 17 de março de 2013 realizamos o primeiro grupo focal com as bordadeiras. No dia 30 daquele mesmo mês ocorreu o segundo grupo focal, desta vez com as diaristas. Nestes dois encontros apresentamos o objeto e os objetivos da pesquisa, formalizamos o acordo de colaboração e discutimos o roteiro para as entrevistas;

3. "... postura do pesquisador em relação à problemática a ser estudada". Ainda naqueles encontros apresentamos nossa percepção sobre a situação do trabalho feminino na atualidade, com ênfase para o trabalho das diaristas e bordadeiras, e definimos uma agenda de trabalho que incluiria: 1) a definição e aprovação do roteiro da entrevista; 2) a realização das seis entrevistas individuais; 3) a transcrição do material produzido, e 4) a análise pela pesquisadora das respostas oferecidas pelas colaboradoras;

4. "... a opção pelo trabalho de campo pressupõe um cuidado teórico-metodológico com a temática a ser explorada, considerando que o mesmo não se aplica por si só". A este respeito trabalhamos e discutimos com as colaboradoras as condições por elas estabelecidas para a coleta e utilização das informações, e.g. condições de confidencialidade e de acesso às informações coletadas. Cabe salientar que as colaboradoras não se opuseram à utilização da sua identidade civil, porém, por razões éticas com elas discutidas, optamos pela não identificação direta no texto. Desta maneira, para a sua identificação neste trabalho, utilizaremos as palavras Diarista ou Bordadeira seguidas das letras de A a C, omitindo quaisquer referências aos seus nomes nas citações.

Quanto ao tratamento dos depoimentos colhidos, cabe lembrar que a "... exploração inteligente do testemunho oral pressupõe que ele tenha sido colhido

sistematicamente. Contudo, é preciso dedicar certa atenção à qualidade do trabalho a ser realizado" (Toutier-Bonazzi, 1996, p. 233). Estas considerações são particularmente relevantes, pois o "... testemunho oral será um elemento no qual se apoia a escrita da história e que, como tal, está sujeito a verificação" (Voldman, 1996, p. 256). Porém a relação entre a escrita e a fala deve ser de complementariedade e não de exclusão.

Para Voldman (1996), a palavra "testemunho" contém a noção de prova e de verdade, o testemunho serve para provar um fato ou uma asserção e para estabelecer uma verdade. Serve para provar, mas não é a prova. Ele é todo o discurso que se enuncia como testemunho e se submete ao julgamento da história, é o contrato firmado entre a pesquisadora e as colaboradoras, que dá ao discurso destas últimas o *status* de testemunho, o que implica igualmente a sua consciência de ter que depor e, para a pesquisadora, de ter que consignar e conservar tanto quanto utilizar.

Todas estas considerações, no entanto, não resolvem a questão do "falar a verdade", posto que há muitas outras mediações neste diálogo. Desta maneira, o testemunho das colaboradoras desta pesquisa será tomado como a tentativa lógica de invenção das colaboradoras em seu próprio mundo e na percepção deste, que conduz a pesquisadora às percepções mais adequadas à sua pesquisa.

3.1.

Entrevistas e grupos focais: ferramentas de aproximação

Inicialmente é importante que se diga que "... as entrevistas são utilizadas como um recurso para entender como os indivíduos decifram o seu mundo social e nele agem" (May, 2004, p. 169). As entrevistas semi- estruturadas dão mais liberdades para o pesquisador, porque "... as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas (...) [o que permite que se estabeleça um] diálogo com o entrevistado" (May, 2004, p. 148).

As transcrições seguiram-se, tanto aos grupos focais quanto às entrevistas individuais, correspondendo estas a "... um processo imensamente

demorado, já que cada hora de uma entrevista frente a frente pode levar de seis a sete horas para ser transcrita, dependendo da qualidade do registro" (Britten, 2005, p. 29).

Quanto aos grupos focais é importante lembrar que:

... a maior parte dos pesquisadores recomenda buscar a homogeneidade em cada grupo a fim de valorizar as experiências compartilhadas das pessoas; mas também pode ser ocasionalmente vantajoso juntar um grupo diversificado (Kitzinger, 2005, p. 37).

Estes grupos, realizados no princípio de 2013, tinham por finalidade compreender previamente as perspectivas das colaboradoras, como uma condição inicial para a compreensão dos conteúdos das respostas que seriam oferecidas nas entrevistas, pois é "... vital os entrevistadores confirmarem que entenderam o significado das respostas dos entrevistados em vez de se basear em suas próprias suposições" (Britten, 2005, p. 25).

Entendemos que o trabalho em grupo tem inúmeras vantagens, dentre elas a troca de experiência entre os participantes, por isso a escolha do grupo focal.

A diferença principal entre o formato de grupo e o de grupo focal é que, no último, os participantes são encorajados mais explicitamente a falar uns com os outros, em oposição à responder às perguntas de uma pessoa de cada vez (May, 2004, p. 151).

A escolha do formato de entrevista para complementar as discussões realizadas nos grupos focais se deveu ao fato de que desejávamos ouvir também as histórias pessoais individualmente, uma vez que estávamos interessados na questão da valorização pessoal e social do trabalho feminino o que, necessariamente, implica em tocar a subjetividade das colaboradoras.

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. O processo de interação contém quatro componentes que devem ser explicitados, enfatizando-se suas vantagens, desvantagens e limitações. São eles a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) a situação da entrevista; d) o instrumento de captação de dados, ou roteiro de entrevista (Haguette, 1990, p. 75).

Como já o dissemos, por haver trabalhado como bordadeira e ser também moradora do Município de São Gonçalo, nossa interação com as colaboradoras transcorreu em um clima descontraído, porém não isento de receios e curiosidade. Disto cientes, procuramos nos manter atentos às reações das colaboradoras, pois, muitas das vezes, as coisas foram ditas com gestos que revelavam estados emocionais, opiniões e atitudes (Haguette, 1990). Uma observação atenta pode evitar que se apresentem situações que comprometam a realização plena do trabalho em decorrência de:

a) motivos ulteriores, quando [a colaboradora] pensa que suas respostas podem influenciar positivamente sua situação futura b) quebra de espontaneidade c) desejo de agradar o pesquisador d) fatores idiossincráticos tais como fatos ocorridos no intervalo entre as entrevistas e) conhecimento sobre o assunto da entrevista (Haguette, 1990, p. 78).

Está claro que tanto a realização dos grupos focais, quanto as entrevistas, constituíram situações muito novas para as nossas colaboradoras, o que certamente causou certo nível de tensão e estranhamento, mesmo em relação a uma pesquisadora não tão distante.

Porém, nossas oportunidades de acesso às colaboradoras foram bastante favoráveis e as redes temáticas foram se apresentando naturalmente ao longo do trabalho de campo. Além disso, nos mantivemos abertos "... à possibilidade de os conceitos e as variáveis emergentes serem muito diferentes daqueles previstos no início" (Britten, 2005, p. 25), o que nos permitiu identificar temas não previstos na construção do objeto da pesquisa, tais como: a precarização da saúde e a reafirmação de estruturas de poder.

Tanto na realização dos grupos focais, quanto das entrevistas, estivemos preocupados que nossas colaboradoras se sentissem a vontade e mantivessem um vínculo de confiança com a pesquisadora.

O trabalho em grupo, por sua vez, adota uma maneira diferenciada de buscar respostas para uma pesquisa, ao invés de falar com pessoas individualmente, juntamos todas e dialogamos em dois grupos conformados pelas profissionais que desenvolvem o mesmo tipo de trabalho.

... os grupos focais constituem um tipo de entrevista em grupo que valoriza a comunicação entre os participantes da pesquisa a fim de gerar dados (...) quando a dinâmica do grupo funciona bem os co-participantes atuam como co-pesquisadores, levando a pesquisa para direções novas e freqüentemente inesperadas (Kitzinger, 2005, p. 33).

Isto buscávamos. Os grupos focais acabam sendo uma conversa informal sobre algum tema do interesse das participantes. Desta maneira fica mais fácil vencer as barreiras da timidez através das falas das outras, quando todas começam a interagir, discutindo um mesmo assunto, a vontade de falar é ampliada entre as participantes da pesquisa. Assim,

... os participantes do grupo podem desenvolver perspectivas particulares como consequência da conversa com outras pessoas que tiveram experiências similares" (Kitzinger, 2005, p. 35).

Nos grupos focais é possível até mesmo trabalhar com as discordâncias, posto que isso pode suscitar um novo debate, que deve ser valorizado e incentivado. "As discordâncias no grupo podem ser usadas para estimular os participantes a elucidar seus pontos de vista e a esclarecer porque pensam daquela maneira" (Kitzinger, 2005, p. 39).

Desta maneira, esta pesquisa foi realizada utilizando uma combinação destes dois métodos: o grupo focal por segmento laboral (bordadeiras e diaristas) e a entrevista individual, com o objetivo de extrair de cada um destes momentos as suas vantagens comparativas.

3.2.

Conversas de mulheres: para entender o sentido da casa

... conversa das mulheres, parece coisa nenhuma, isto pensam os homens, nem eles imaginam que esta conversa é que segura o mundo na sua órbita, não fosse falarem as mulheres umas com as outras, já os homens teriam perdido o sentido da casa e do planeta (José Saramago, *Memorial do Convento*, 1982).

O que se segue é um detalhamento - a maneira de uma etnografia - do desenvolvimento da pesquisa de campo, que resume as transcrições dos dois grupos focais e das seis entrevistas individuais.

3.2.1.

Conversando em grupo: bordadeiras e diaristas

O **Grupo Focal I** foi realizado no dia 17 de março de 2013 na residência da pesquisadora em São Gonçalo e teve uma duração de 40 minutos. O encontro contou com a participação de três **bordadeiras** -doravante denominadas Bordadeira A, Bordadeira B e Bordadeira C. É importante registrar que o primeiro grande obstáculo para a realização da pesquisa foi a escassez de tempo das colaboradoras, que estivesse disponível para as diversas atividades da pesquisa.

Ao início do **Grupo Focal I** as colaboradoras não demonstravam timidez, mas também não falavam muito. Como a pesquisadora também tenha sido bordadeira, ficou fácil a sua empatia com as convidadas e o clima foi ficando muito propício para que os diversos assuntos fossem surgindo naturalmente no decorrer da conversa. Esta conversa de mulheres começou com uma exposição sobre a pesquisa, sua proposta de desenvolvimento, considerações sobre o trabalho feminino no Brasil atual e, naturalmente, o convite para a participação das bordadeiras, que foi aceito com curiosidade por todas.

A pesquisadora começou, então, fazendo perguntas curtas.

Pesquisadora: Que tipos de trabalhos têm aparecido nestes dias?

A Bordadeira B começa respondendo que no momento ela não está recebendo muitos bordados com pedrarias [miçangas e paetês] como demandas de produtos. O que mais tem se apresentado como trabalho é a colocação de botões em peças de vestuário e *placas* [etiquetas] com a identificação da loja em que as peças serão vendidas.

Pesquisadora: Como é que se está trabalhando agora?

A Bordadeira B informa que o pessoal da fábrica [intermediária] leva as peças e os materiais de acabamento em sua casa e depois de um tempo determinado regressa para retirar as peças acabadas.

Imediatamente a questão do tempo de execução dos trabalhos contratados *vis-à-vis* com a permanência dos papéis tradicionais da mulher na esfera da família se coloca. A Bordadeira A afirma ter muita dificuldade em realizar o seu trabalho nos prazos estipulados pelo contratante [intermediária] em decorrência do tempo que ela precisa para realizar os trabalhos da casa e

para cuidar da família. Por se entender "... sozinha dentro de casa" [o que significa ser a única responsável pelo trabalho de manutenção da família] ela encontra dificuldades para cumprir prazos: "... com o serviço de casa fica difícil, me falta tempo" (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013).

O depoimento da Bordadeira C, que vem a seguir, amplia o tema da escassez de tempo em decorrência da reafirmação do papel tradicional de cuidadora da mulher, incluindo na delimitação de família a geração dos netos:

... gosto muito de bordar, mas estou em uma luta danada agora: M. e D. [nomes de dois netos - um menino e uma menina]... [A] família vai crescendo e **os filhos empurram tudo pra gente**, e acabo ficando sem tempo (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013). [Grifos nossos].

Situadas no meio do caminho entre o papel tradicional de mãe e esposa (e agora também de avó), e o de trabalhadora em domicílio, as bordadeiras dão testemunho das pressões a que estão submetidas, e desenvolvem estratégias de resistência à opressão:

... é porque **eles colocam pressão** na fábrica. Eu já peguei a manha deles! Agora já sei, eu aprendi: e **não esquento** mais com as cobranças... Eles me **ligam o dia todo para cobrar**... Às vezes também a própria fábrica atrasa com os materiais... E depois querem cobrar a entrega. E se a roupa for com defeito pra loja, a primeira roupa que eles pegarem, se tive com defeito, ele devolvem tudo. Aí a fábrica fica em desespero. **Não bordo de madrugada**, fico até meia noite. Mas bordo o dia inteiro: só paro para fazer algo em casa, almoço, e colocar minha filha na rota (Bordadeira B, grupo focal, 17/03/2013). [Grifos nossos].

As estratégias de resistência também se relacionam com o papel tradicional da mulher na esfera da família: "Eu fico até meia noite, desde cedo. Não fazia nada, **meu marido fazia a comida**..." (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013) [Grifos nossos]. Porém há outros preços altos a serem pagos: "... perdi um pouco minha visão" (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013). Talvez por isso é que sair deste duplo-lugar seja tão difícil: "... não fico na madrugada! Fico até uma certa hora. ... e **tenho que parar para fazer almoço, lavar roupa**... Eu tenho minhas divisões" (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013). [Grifos nossos]

Pesquisadora: Como estão os pagamentos?

Para facilitar as respostas, posto que este seja um tema delicado, a pesquisadora compartilha algumas das suas experiências pregressas. A

Bordadeira A explica que: "... a gente faz e recebe um tempo depois. Tem que esperar cair na conta para pagar a gente" (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013) e é seguida pela Bordadeira B que acrescenta: "Depois que entrega à facção, eles marcam 15 dias para pagar" (Bordadeira B, grupo focal, 17/03/2003). Isso significa que a intermediária deve receber o pagamento pelas peças entregues às lojas para, após isto, pagar pelo trabalho das bordadeiras.

Porém, não é raro que este pagamento não ocorra:

Bordadeira C: ... Teve aquela caloteira, lembra?

Bordadeira C: Eu fiquei com trauma daquela caloteira.

Bordadeira A: A gente tem até vontade de ir na casa dela, mas acho que ela nem mora mais lá.

Bordadeira C: Por que a gente não dá uma coça nela?

Bordadeira B: ... Você está falando de uma caloteira e eu estou falando de outra. Você está falando da T. e eu estou falando da de Neves. Cheguei a pagar pessoas do meu bolso, ela ficou me devendo R\$ 190,00 (Grupo focal, 17/03/2013).

Formas perversas de expropriação do trabalho em domicílio parecem ser corriqueiras e, aparentemente, o isolamento destas trabalhadoras em suas casas facilita as práticas de desvalorização e/ou extorsão já estabelecidas. Estes comentários suscitam a pergunta seguinte.

Pesquisadora: Como é trabalhar em casa?

Os comentários fluem, então, rapidamente. Todas as respostas falam da centralidade econômica que o trabalho em domicílio tem para estas mulheres e suas famílias.

Bordadeira C: Eu já ganhei um bom dinheiro!

Bordadeira A: No começo ganhei um dinheiro muito bom, que foi muito bem vindo, e podia cuidar da casa, dos meus filhos, dá pra **ajudar a pagar** alguma coisa. Serve bastante!

Bordadeira B: É um dinheiro que eu uso **pelo menos** para manter K. [filha]. Ainda tenho a vantagem de não sair de casa, ainda mais com criança pequena. As pessoas me aconselham a largar e arrumar um emprego fora, mas não posso por causa da minha filha. Ali na fábrica, muitas das vezes, quando tem bordado eles pegam as meninas lá de dentro para bordar para não precisar pagar por fora. Já tá incluído no salário delas. ... que teve um bordado que eles pediram para uma mulher fazer e ela cobrou R\$ 80,00. Uma mulher lá de Niterói, que borda. O bordado dela é caro: R\$ 80,00, R\$ 100,00, R\$ 200,00. [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/03/2013).

Embora o trabalho em domicílio seja um pilar das economias familiares das bordadeiras, muitas vezes ele é percebido como apenas uma

complementação marginal do orçamento da família. Exemplos disto são as falas destacadas em negrito. Além disto, esta percepção de menos-valia do trabalho em domicílio, decorrente da informalidade em que se dá, contribui também para a sua desvalorização monetária por parte dos contratantes.

Bordadeira C: A gente cobra R\$ 3,00, R\$ 5,00.

Bordadeira A: A gente nem cobra: **eles já dão o valor.**

Bordadeira B: A pessoa que pega na fábrica e passa pra gente [intermediária] **já tira o dela.** Ela tirava um valor de cada peça. [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/03/2013).

Os critérios com os quais que as bordadeiras apreciam seus trabalhos são evidentes, de tal maneira que a alienação a que estão submetidas não afeta sua percepção de valor do trabalho realizado, para bem e para mal. Contudo, esta percepção se alimenta de símbolos externos, não estando plasmada na remuneração, nem pelo reconhecimento do valor da sua contribuição na cadeia produtiva.

Bordadeira C: **Lá no Shop 126, no shopping**, eram caríssimas aquelas roupas bordadas. **Até Ana Maria Braga estava usando** uma blusa que bordamos.

Bordadeira B: Um vestido que coloquei colchete... jamais eu compraria aquele vestido! **Achei horroroso!** Trezentos e pouco reais, quatrocentos e pouco... novecentos reais os vestidos!

Bordadeira C: Eu jamais usava! [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/03/2013).

Pesquisadora: Qual é a importância desse trabalho?

O debate que se segue aponta em duas direções, percebidas como "vantagens comparativas" em relação ao trabalho formal: 1) a valorização do espaço da casa como possibilidade mais favorável de articulação do trabalho tradicional da mulher na esfera da família com o trabalho em domicílio, e 2) o apreço, a maneira de uma valorização pessoal subjetiva, pelo trabalho realizado: o "gostar" do que se faz.

Bordadeira A: Eu acho importante! **Você está dentro da sua casa!** Eu acho mais importante do que você sair da sua casa para trabalhar fora.

Bordadeira C: Eu **gostava de fazer.**

Bordadeira B: A roupa com o bordado **é mais valorizada!**

Bordadeira A: Você **ganha na sua casa** sem o estresse de pegar ônibus.

Bordadeira B: Eu já trabalhei como auxiliar de escritório, promotora de vendas...

Bordadeira C: Eu também faço de tudo um pouco.

Bordadeira B: Eu sou professora, só que não exerço minha profissão porque eu nunca quis. Nunca gostei! Me formei por formar, falta de opção. E

do bordado eu gosto! Além do bordado, eu faço crochê para fora, faço trabalhos artesanais, tenho várias encomendas. [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/03/2013).

Pesquisadora: Como é o lugar onde vocês trabalham?

As respostas que se seguiram atestam claramente a inadequação do espaço da casa para o desenvolvimento das atividades laborais, tanto do ponto de vista da funcionalidade dos espaços (a sala de visita transformada em oficina de trabalho), quanto do ponto de vista da sua adequação (iluminação, ventilação, etc.), gerando tensão e desconforto.

Bordadeira B: Lá em casa fica tudo espalhado, C. **[marido] reclama muito.** Às vezes tenho na sala 10 a 12 sacos de roupa. Ele diz que a sala é cartão de visita e eu digo que não tem problema.

Bordadeira C: Eu comprei uma **luminária.**

Bordadeira A: **Ventilador não combinava** com os bordados, pois atrapalhava. (Grupo focal, 17/03/2013).

Pesquisadora: E os materiais?

O debate sobre os insumos resultou ser uma rica fonte de informação sobre a natureza explicitamente exploradora da relação das trabalhadoras em domicílio com as intermediárias, atuando em defesa dos interesses dos contratantes em detrimento das trabalhadoras.

Bordadeira B: A P. [intermediária] manda a mais! ... e a outra manda contado. Eu preciso, às vezes, ligar para dizer que está faltando. Teve uma vez que me deram 25 peças e colocaram material para 13 peças. ... e ainda teimou que mandou! A fábrica fica doida, porque a loja manda os materiais e se tiver faltando eles têm que dar conta. ... **e tentam colocar a culpa na gente.**

Bordadeira C: Contado é horrível! O pior era desmanchar, né?

Bordadeira A: **Já chorei muito!** Tinha que colocar na etiqueta das roupas a inicial do nome para saber quem fez. Se tivesse errado devolvia para refazer.

Bordadeira C: Eu colocava J. [marido] para desmanchar.

Bordadeira A: ... e quando dava um "pique" [cortava] na blusa?

Bordadeira C: **Eu já fiz calo na mão!** Esse dinheirinho me quebra uma árvore! Sério: não vou mentir!

Bordadeira B: **Quanto mais peças fazia por dia, mais ganhava!** [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/03/2013).

Pesquisadora: Dá para sair de casa?

Embora nada se possa generalizar sobre a extensão da jornada de trabalho e seu impacto sobre a vida social das bordadeiras, ficou evidente que o trabalho em domicílio tem um peso importante sobre suas vidas.

A discussão que se estabeleceu entre elas mostrou que há uma pressão forte dos contratantes por uma continuidade da produção, mesmo quando esta implique em renúncias pessoais ou familiares. Neste contexto, algumas são capazes de resistir, encontrando maneiras de conciliar seus papéis de cuidadoras com outras formas de geração de renda na informalidade.

Bordadeira C: Pode aparecer uma festa, que não vou, **porque adoro meu dinheiro!** Eu deixo!

Bordadeira A: Eu não deixo de sair, não!

Bordadeira B: Todo sábado tenho que ir para Ponta Negra, visitar minha mãe, e não levo os bordados. **O pessoal da fábrica pede para eu não ir,** mas eu vou! ... porque em Ponta Negra **trabalho fazendo unha.** Tenho uns clientes lá. [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/02/2013).

E se a família tem um peso importante na utilização do seu tempo de trabalho, cabe saber qual a contribuição que esta mesma oferece como contraparte para estas trabalhadoras.

Pesquisadora: E a família ajuda?

A diversidade das respostas oferecidas pelo grupo quanto à família, embora possa sugerir que os padrões sociais patriarcais venham sendo desmontados, em realidade contribuem para reafirmá-los com outras conformações.

O marido que "ajuda" é visto como "engraçado" pela própria esposa, por ser claramente percebido como excepcional ou diferenciado do esperado. Reclamar e não ajudar seriam os padrões de comportamentos masculinos esperados, sendo prevista apenas a ajuda de outras mulheres (no caso: a menina). Isso se confirma. O curioso é que o marido diferenciado (que não reclama) é também aquele que consideraria esta atividade como uma opção laboral para si mesmo.

Bordadeira C: **Meu marido ajuda!**

Bordadeira B: C. **[marido] reclama da bagunça** que faço com os bordados, **mas me ajuda** nas atividades de casa.

Bordadeira A: **Meu marido reclama e não me ajuda**, quem me ajuda é minha filha... **a menina...** porque o resto ninguém ajuda.

Bordadeira C: Andou uma época eu ensinando meu marido fazer os bordados...
Foi muito engraçado! [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/03/2013).

Pesquisadora: E a saúde?

As respostas apontam para a natureza diferenciada do impacto sobre a saúde das trabalhadoras, decorrentes da superposição destas duas formas de trabalho feminino: 1) processos inflamatórios dolorosos, decorrentes do esforço repetido (LER) e da inadequação ambiental para a realização dos bordados, e 2) processos emocionais decorrentes de situações familiares opressivas e pautadas por relações patriarcais.

Bordadeira A: Tenho **problema de coluna** sempre! Estou com **bursite** na bacia, tive que fazer acupuntura.

Bordadeira B: Eu coloco almofadas para trabalhar.

Bordadeira C: Eu tenho **tendinite**.

Bordadeira A: Também tenho muito **estresse** com os filhos! E ainda nem são filhos que gerei por nove meses na minha barriga... A menina é a mais ajuizada. **O irmão é um fracasso: arrumou filho.** [Grifos nossos] (Grupo focal, 17/03/2013).

O **Grupo Focal II** aconteceu no dia 30 de março de 2013 na casa da pesquisadora e teve uma duração de 30 minutos. Deste participaram três **diaristas** - doravante denominadas Diarista A, Diarista B e Diarista C.

Da mesma forma que foi feito com o grupo de bordadeiras, o encontro principiou com uma explicação geral sobre o trabalho de pesquisa, considerações sobre o trabalho feminino no Brasil na atualidade e o convite para a participação como colaboradoras da pesquisa. Todas aceitaram.

Cabe salientar que conseguir adesões entre diaristas foi muito mais difícil do que com as bordadeiras. Em um contexto de alguma resistência apresentada por todas, uma das convidadas quase não falava, mostrando-se muito tímida. Quiçá porque desta vez não se tivessem elementos que facilitassem uma empatia natural com a pesquisadora, a conversa foi mais estruturada e tensa. Mesmo assim, proveitosa e esclarecedora.

Apresentaram-se então algumas perguntas curtas para o grupo.

Pesquisadora: Como você se tornou diarista?

As respostas longas e fartas de detalhes que foram oferecidas sugerem que o tema da escolha para trabalhar como diarista corresponde, na verdade, a uma falta de opção que provoca desconforto. "Ter que ajudar", "aconteceram

tantas coisas" e "não ter valor", falam de uma ocupação laboral aceita em momentos de contingência, da qual as trabalhadoras não necessariamente se orgulham.

Uma forma de se sentir mais confortável com este trabalho é desenvolver alguma empatia com os empregadores, o que permite viver o espaço do trabalho como se fosse o espaço próprio, sentindo-se como "em sua própria casa".

Diarista B: **Tinha que ajudar em casa** e minha mãe me colocou para trabalhar cedo, e **arrumei apenas o serviço de doméstica**. Fui aprendendo a realizar as atividades com o tempo, e minha mãe já me ensinava algumas coisas em casa.

Diarista A: Assim que eu comecei a trabalhar não foi como doméstica não. Porque eu já trabalhei em loja, em vários lugares. Aí casei, tive filho, aí dei aquela parada, então **aconteceu tanta coisa na minha vida que optei por ser doméstica**. Meu primeiro emprego foi muito bom: tinha duas crianças, que me relacionava muito bem, e eu passava, cozinhava, cuidava das crianças... Só não lavava porque tinha a máquina... Eu cuidava da casa. Era de segunda a sexta, com carteira assinada. Pra mim foi maravilhoso esse meu primeiro emprego! Agora não tenho carteira assinada, não tenho casa fixa, e gosto muito de trabalhar como doméstica. Faço com maior prazer: **me sinto como se estivesse na minha casa**. Gosto de organizar a casa: me sinto como se tivesse na minha casa. No início é ruim, porque a gente não conhece as pessoas, mas depois de duas semanas a gente começa a se adaptar e conhecer as pessoas. Às vezes é desgastante, mas eu gosto de fazer, gostaria de trabalhar de carteira assinada para ter todos os meus direitos e benefícios.

Diarista C: Eu trabalho por dia: pessoal me liga e eu vou trabalhar. Agora eu estou em uma casa três vezes na semana, melhorou o dinheiro, que ali é certo! ... fora os outros que tenho em Itaipu, Itaipuaçu, Paraíso, Niterói... Eu tenho vários bicos... É um trabalho que **nós não temos valor**, porque pedimos um preço e a pessoa sempre reclama, dizendo que está caro. Mas eu não abaixo o valor! Se quiser tudo bem, se não quiser fica com a casa suja! ... porque é um trabalho que te suga muito! Tem casas que só arrumo, mas em outras eu lavo, passo e cozinho, me sinto como se estivesse em minha casa, porque já conheço as pessoas. Todos para quem eu trabalho eu conheço, o pessoal sai me deixa na casa sozinha, chego pela manhã: pessoal está saindo para trabalhar. [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

Pesquisadora: Quem paga o INSS?

O debate sobre a contribuição previdenciária é curto e muito objetivo. Nenhuma das colaboradoras está, ou já esteve, envolvida em uma relação laboral formalmente regulamentada. A autonomia no pagamento desta contribuição é percebida como algo inatingível e custoso.

Diarista B: O dinheiro **não sobra para pagar**.

Diarista C: Eu **nunca trabalhei de carteira assinada** e nunca paguei o INSS.

Diarista A: Eu, por enquanto, não estou pagando não. [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

Pesquisadora: E quando fica doente?

O recurso da negação é, aparentemente, a única opção disponível para estas trabalhadoras que, por não estarem protegidas pela previdência social, não dispõem de alternativas econômicas plausíveis no caso de adoecimento.

Diarista B: Vou **trabalhar assim mesmo!**

Diarista C: Eu fico **nas costas do marido!**

Diarista A: Eu, desde quando comecei a trabalhar, **nunca fiquei doente!** E se acontecer vou assim mesmo! Já sai de casa me sentindo mal, e peço muito a Deus para ficar bem e melhora. Teve uma vez que tive problema de tireóide e falei para a patroa que não ia no outro dia. **Ela disse que me mandaria embora.** Aí, voltei atrás e falei que ia. Eu tinha o meu marido, mas gosto de ter o meu dinheiro! Não podia ficar dependendo dele! Meus filhos ainda eram adolescente, e no dia seguinte fui trabalhar. **Deus foi tão bom que me senti bem.** Se eu ver que não estou me sentindo bem, coloco um remedinho na bolsa e não falto. [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

Pesquisadora: Quem faz o trabalho da sua casa?

Quando o assunto é a convergência do trabalho de diarista com o trabalho tradicional da mulher na esfera da família, o que se revela é o mesmo padrão observado no grupo das bordadeiras. Ou seja: permanece a dupla jornada do trabalho feminino, com o papel tradicional da mulher sendo reproduzido nas gerações seguintes.

Diarista B: Faço tudo o que tenho para fazer, porque **não tenho quem faça por mim.**

Diarista C: **Eu tenho que fazer** com certeza.

Diarista A: Eu, quando chego em casa, **mal tiro a roupa já estou colocando tudo no lugar**, porque meus filhos trabalham. Para **a filha** não fazer, porque fico com pena, eu faço, e eu gosto de fazer do meu jeito, eu não agüento dormir com as coisas desorganizadas.

Diarista C: Eu chego, não tiro nem a roupa, **vou direto para o fogão.** Meus filhos trabalham fora, chego vou fazer logo a comida. Ainda bem que tenho a máquina que lava por mim!

Diarista A: **Pior eu**, que nem máquina tenho. [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

Porém, é importante observar que o trabalho remunerado "fora de casa", mesmo que seja exercido sem a proteção previdenciária, parece representar

para estas trabalhadoras mais do que uma mera oportunidade de geração de renda para a família.

Há aí, certamente, uma valorização subjetiva que excede a dimensão econômica e que parece estar ligada à certa autonomia destas mulheres em relação ao conjunto familiar e, particularmente, o marido.

Diarista C: Eu **adoro trabalhar fora** como doméstica.

Diarista C: Eu gosto de trabalhar! **De sair da minha casa e trabalhar fora.** [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

Pesquisadora: O trabalho da diarista é importante?

A questão da importância do trabalho parece encontrar o seu dimensionamento nas evidências de valorização que os outros possam dar a este, e não na percepção própria das trabalhadoras sobre o seu trabalho. Neste sentido, o reconhecimento da lealdade e da honestidade da trabalhadora pelos seus empregadores parece ser uma das principais formas de aferir o valor do seu próprio trabalho.

Diarista B: **Quando alguém me elogia** sim.

Diarista C: Eu acho muito importante! **Que o dono da casa sai e deixa a casa com você**, e quando ele volta está tudo organizado, tudo limpinho!

Diarista A: Eles saem para trabalhar e deixam a gente lá dentro, **tem relação de confiança**, que estamos ali para trabalhar e não vamos mexer em nada. [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

Pesquisadora: E a saúde?

O que chama a atenção no debate sobre a saúde das diaristas, para além da negação da doença que já havia sido percebida na discussão sobre o INSS, é o fato de que todas se declaram sadias, embora cansadas, não mencionando doenças que possam ser associadas ao exercício desta profissão, como foi o caso das bordadeiras.

Diarista B: Tenho que ter força para **não ficar doente**.

Diarista C: **Não tenho problema**, não.

Diarista A: Quando trabalho de segunda a sexta, às vezes **amanheço toda quebrada** e preciso tomar um dorflex [analgésico], mas eu gosto (Grupo focal, 30/03/2013).

Pesquisadora: O que a sua família acha do seu trabalho?

Mais uma vez aparece a contribuição do trabalho feminino para a manutenção econômica da família, sendo "útil para dentro de casa". No caso das diaristas, o que chama a atenção é o fato de que, aparentemente, a família estaria na posição de criar entraves para que elas trabalhem fora de casa - o direito de "reclamar"- em busca de garantir uma renda própria que lhes confere autonomia, para não ter que "pedir".

Diarista B: **Não falam nada.**

Diarista C: **Não reclamam** porque é um dinheirinho extra, que já ajuda pra comprar um gás, uma carne, comprar alguma coisa... **útil para dentro de casa...** Também, **se reclamar eles não me dão.** Eu tenho que trabalhar para ter o meu. Para parar eles tinham que chegar junto.

Diarista A: Meus filhos **não reclamam** e **minha filha ainda me ajuda**, mas eu gosto de ter o meu. Mas meus filhos não me mandam trabalhar. Mas a gente quer ter o nosso!

Diarista C: Depender de marido é horrível! Nem peço mais dinheiro para marido! **Chega de pedir!** [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

Neste debate também chamou a atenção um testemunho oferecido pela Diarista A, comentando que sua filha cobra dela a "carteira assinada". Ela contou que quando trabalhava em uma casa de família como mensalista, durante muito tempo os empregadores prometeram "assinar a carteira" e que isso nunca se deu. Sua filha "não gostou" da situação e vem exigindo dela que procure outro emprego: "... entendo que é para meu bem, porque se eu fico doente..." (Diarista A, grupo focal, 30/03/2013).

A discussão então caminha no sentido dos direitos trabalhistas, quando a Diarista C afirma que as diaristas que trabalham três vezes na semana não têm direito algum.

Diarista A: Não, agora vai ter! Agora a empregada doméstica tem todos os direitos, com as leis que entraram agora.

Diarista C: As empregadas domésticas! As diaristas não! Três vezes na semana não. Só quem trabalha de segunda a sexta.

Diarista A: Mas agora, trabalhando três vezes na semana vai ter direito sim!

Diarista C: Quando que vai vir isso daí? **Se for assim, posso tirar minha carteira de trabalho e assinar pela primeira vez na vida.** Por enquanto minha patroa não falou nada, mas **se eu tenho meu direito, vou querer.** Hoje trabalho três vezes na semana e estou ganhando R\$ 500,00. Não sei nem se está certo. Se estou ganhando demais ou de menos, não sei. Em São Gonçalo recebo menos. Quando trabalho em Niterói recebo muito mais! Mas dou meu preço! Se quiser bem, se não quiser fica sem! Não existe trabalhar em uma casa de dois andares por pouco dinheiro, e a gente acaba tarde, perde o dia inteiro. Chego em casa, às vezes,

muito tarde e vou cobrar R\$ 80,00? A gente "destroca" R\$ 50,00 e o dinheiro acaba! O trabalho é muito desvalorizado! Então aprendi a dar meu preço e pronto! Porque elas [as patroas] querem muito pechinchar para o lado delas. Elas só vêem o lado delas! **Mas não largo meu trabalho.** Quando fico doente nem vou ao médico, tomo chá e fico boa. Não podemos ter o luxo de ficar doente! [Grifos nossos] (Grupo focal, 30/03/2013).

3.2.2.

Conversando individualmente: seis trabalhadoras

O objetivo para a realização das seis entrevistas individuais, cujas descrições se apresentam a seguir, era o de aprofundar alguns aspectos percebidos durante os dois grupos focais para, a partir destes, tematizar e discutir os principais achados da pesquisa.

3.2.2.1.

Bordadeira A – Nunca trabalhei de carteira assinada

No dia 06 de julho de 2013 a pesquisadora recebeu em sua casa a Bordadeira A para a realização da primeira entrevista individual que durou 15 minutos. Inicialmente a entrevistada se mostrava muito tímida e quase não falava. Para romper com esta dificuldade, a pesquisadora provocou trocas de experiências, falando sobre as suas próprias vivências enquanto bordadeira. Desta maneira, a conversa começou a fluir após a apresentação das explicações sobre o motivo da entrevista. A entrevistada decidiu então "ajudar" a pesquisadora, estabelecendo-se assim um vínculo de solidariedade entre ambas.

A parte inicial das entrevistas, na qual se perguntavam dados sobre as identidades das entrevistadas, permite traçar o perfil pessoal e familiar que se segue da primeira entrevistada.

A Bordadeira A, autodeclarada da cor branca [com bastante ênfase], ao tempo da realização da entrevista estava com 56 anos de idade. Do ponto de vista da estrutura familiar na qual ela se encontra inserida, ela informou ser

divorciada de um casamento anterior e possuir um companheiro estável na atualidade. No que tange aos filhos, ela reconhece como "seus filhos" a seis indivíduos: três filhos biológicos do casamento anterior [já casados e que não vivem com ela]; dois enteados do atual companheiro e um filho adotivo. Dois destes filhos residem com o casal e um vive com a namorada em outra residência.

A este respeito, a entrevistada voluntariou informar que este jovem é pai de um menino (que ela reconhece como neto), e que ela não aprova este relacionamento do filho, pois ela não desejava que ele "saísse de casa". Uma das razões para esta desaprovação, aparentemente é a cor preta da pele da jovem mãe (namorada), um tema sobre o qual a entrevistada volta a falar de forma recorrente, inclusive para afirmar que o neto se "parece com ela" (sic), ou seja, que ela o percebe como indivíduo da população branca.

Ao final das perguntas relativas ao perfil socioeconômico e familiar a entrevistada expressou certa desaprovação/desvalorização do local de moradia do filho casado, por se tratar este de uma área urbana de pobreza, descrita por ela como uma "comunidade" [tomada com sinônimo de favela ou área urbana degradada].

Todos estes aspectos reunidos apontam na direção de uma vida familiar imersa em grandes limitações materiais, vividas em um ambiente de fortes laços de solidariedade. Neste, o papel da família é central para a reprodução física e emocional dos seus membros, uma situação que coloca sobre os ombros dos provedores e dos cuidadores grande *stress*.

Este certamente é um pano de fundo importante para a compreensão do valor e das condições materiais para a realização do trabalho feminino em domicílio. Além disso, merece nota a explicitação de tensões sociais de outra natureza [no caso, o racismo], que influenciam a manutenção destes mesmos laços familiares com implicações socioeconômicas.

A seguir a entrevista tomou o tema do trabalho desenvolvido pela Bordadeira A como assunto central. A reprodução parcial do diálogo estabelecido entre pesquisadora e entrevistada aponta com clareza para a precariedade das condições de capacitação para o trabalho, combinadas às demandas familiares decorrentes das situações descritas acima, conformando o pano de fundo para a aceitação de uma forma de trabalho subalternizante.

Pesquisadora: Você estudou? Qual a sua profissão?

Bordadeira A: Fiz até o 3º primário. Sou bordadeira (...) Ah..., uns cinco anos. Comecei a bordar a mão anáguas, camisolas, que antigamente se usava...

Pesquisadora: E como descobriu, alguém te procurou?

Bordadeira A: [Foi por] ... intermédio de CL [bordadeira não entrevistada], ela me ensinou a fazer esse bordado. “

Pesquisadora: Você já sabia costurar ou você teve que aprender?

Bordadeira A: Já bordava a mão camisolas, anáguas, que eram as *lingeries* de antigamente.

Pesquisadora: Para você mesma?

Bordadeira A: Não, eu sou de Itaperuna [Bahia] e têm muitas confecções lá.

Pesquisadora: Teve outra profissão antes de ser bordadeira?

Bordadeira A: [Trabalhei em] casa de família.

Pesquisadora: Era diarista?

Bordadeira A: Não, era direto [trabalhava todos os dias].

Pesquisadora: Então você tinha carteira assinada?

Bordadeira A: Não! Nunca trabalhei de carteira assinada.

Pesquisadora: Porque você aceitou o convite para ser bordadeira? Açou legal?

Bordadeira A: Não! ... [para poder] trabalhar em casa, né? Você ganha um dinheiro... você fica mais tempo com seus filhos... Um meio de ganhar dinheiro sem precisar sair de casa.

Pesquisadora: O que você acha da profissão?

Bordadeira A: Bom. [Eu] gosto.

Pesquisadora: Como você aprendeu a fazer este trabalho?

Bordadeira A: No começo fica difícil aprender, mas depois pega o ritmo.

Logo a questão dos direitos trabalhistas e do acesso à proteção social do trabalhador foram objetos da conversa, e as respostas oferecidas pela entrevistada demonstram a compreensão dela sobre o seu próprio desamparo.

Pesquisadora: Os direitos enquanto trabalhadora e mulher são garantidos?

Bordadeira A: No Brasil o bem não é para todos. Acho que eles não vão fazer isso: assinar uma carteira para ser bordadeira. A não ser que se trabalhe dentro de uma fábrica, que tem que assinar carteira. Agora, na sua casa fica difícil.

Pesquisadora: Você tem carteira assinada ou algum tipo de contrato?

Bordadeira A: Não, nunca trabalhei de carteira assinada.

Pesquisadora: Você preferiria trabalhar de carteira assinada?

Bordadeira A: É até melhor trabalhar de carteira assinada, mas já estou quase com 60 anos e fica mais difícil. Mas pago meu INPS: paguei uma época, parei e agora voltei de novo.

Pesquisadora: Você sabe a importância do pagamento do INSS?

Bordadeira A: Ah! É.

O seguinte tema de conversa - a remuneração pelo trabalho realizado - é um dos mais reveladores da entrevista, sobre tudo no que se refere a manutenção da subalternidade feminina, seja no que se refere à sua relação com o empregador (mundo do trabalho), seja em relação à valorização do seu trabalho na esfera da família (relações patriarcais).

Pesquisadora: Como são os pagamentos pelos bordados?

Bordadeira A: Nem todos pagam igual. Alguns pagam melhor, outros não... outros dão calote.

Pesquisadora: Têm os casos que trabalha muito e ganha pouco?

Bordadeira A: É.

Pesquisadora: A sua renda é a principal ou complementar da família?

Bordadeira A: É para ajudar.

Pesquisadora: Já foi descontado valor no final do trabalho?

Bordadeira A: Já, porque eles fazem uma contagem e quando a gente vai receber está diferente do que fizemos e entregamos. Aí você tem que morrer naquilo ali. O que eles falam tem que aceitar e a sua palavra não é nada.

Pesquisadora: Como se dá a relação com o patrão?

Bordadeira A: Só conheço as pessoas que passam as roupas para mim, CL [bordadeira e intermediária] e Bordadeira B que pegavam.

Pesquisadora: Como é a cobrança pelas peças?

Bordadeira A: Quando eles ligam querendo as peças, não esperam e falam para a gente dá nosso jeito. Tem que entregar e pronto. [Risos].

Quando se coloca o tema da saúde e o impacto deste tipo de trabalho sobre o corpo da trabalhadora, o que se percebe é a manutenção do padrão patriarcal, no qual a mulher é a cuidadora responsável pelas tarefas do lar, resultando em dupla jornada de trabalho, além da realização do trabalho em condições extremamente inadequadas para a preservação da saúde física e emocional da trabalhadora.

Pesquisadora: Como era quando ficava doente?

Bordadeira A: Não pegava os bordados e se tivesse eu devolvia.

Pesquisadora: Fazia falta?

Bordadeira A: Não.

Pesquisadora: Como é a jornada de trabalho?

Bordadeira A: Trabalho até certa hora: nove horas, dez horas da noite... Mas nunca virei a madrugada.

Pesquisadora: Quais eram as condições físicas do ambiente?

Bordadeira A: O espaço influi: problema na coluna... na mão também... a iluminação influi na visão... Tudo influi.

Pesquisadora: Quando trabalhava o dia inteiro, parava para fazer algo?

Bordadeira A: Parava para fazer comida, lavar roupa, as coisas de casa ainda.

Pesquisadora: Os membros da família ajudam nas atividades do lar?

Bordadeira A: Que nada! Só minha filha.

Pesquisadora: Como é trabalhar na própria casa, a família participa do processo?

Bordadeira A: Ninguém me ajuda, a minha filha me ajuda nas coisas da casa, enquanto eu bordava ela fazia uma, outra coisa.

Pesquisadora: Como administra o espaço da casa, sendo o mesmo do trabalho?

Bordadeira A: Tem que parar né? Parar e fazer o da casa, e deixar o trabalho para lá.

Pesquisadora: Chega um momento que as atividades se misturam?

Bordadeira A: Ah... fica muito confuso. Te dá estresse. Você tem que lavar roupa, mas tem que entregar o serviço, e tem que fazer o de casa, você fica bem estressada.

Finalmente, a conversa avança no sentido de permitir compreender a relação desta trabalhadora com seus produtos e sua apreciação do valor material e social do seu trabalho. As respostas oferecidas pela entrevistada atestam a sua total alienação, seja do produto do seu trabalho, seja do valor social da sua contribuição.

Pesquisadora: Sabe para onde vão as peças que produzem? Quanto custam? Quem compra?

Bordadeira A: Quando era a LU [intermediária] ia para o 126, né? Shop 126, e era bem caro.

Pesquisadora: Já conseguiu comprar alguma produção?

Bordadeira A: Não, não! [Com convicção] Já comprei blusas no Extra e já fiz para mim, mas deles nunca comprei.

Pesquisadora: Você se sente valorizada neste trabalho?

Bordadeira A: Ah... para os ricos é importante, agora fazer ninguém faz, quem tem dinheiro dá valor ao trabalho e compra as peças. As pessoas da fábrica não valorizam o trabalho, porque eles pagam muito pouco. Ver as pessoas usando o que produzi é bom para mim, sabendo que uma pessoa que você nunca viu na vida usa uma peça que você fez, você saber que passou pela sua mão faz bem para gente.

3.2.2.2.

Bordadeira B – Você não tem valor

A entrevista com a Bordadeira B foi realizada no dia 10 de julho de 2013 na casa da pesquisadora e teve uma duração de 20 minutos. Da mesma maneira que ocorrera com a primeira entrevistada, inicialmente houve bastante resistência a falar, que foi quebrada com semelhante estratégia à utilizada anteriormente.

A Bordadeira B, ao tempo da pesquisa, tinha 47 anos de idade, era casada, mãe de um filho, moradora do Bairro Rosane e autodeclarada da cor branca.

No que se refere à escolarização e capacitação para o trabalho, a Bordadeira B apresenta um perfil bastante diferenciado da Bordadeira A. Com Ensino Médio completo e algumas experiências profissionais formais anteriores, aparentemente, a entrevistada optou pelo trabalho em domicílio para poder dispor do seu tempo com maior liberdade. Aqui o que aparece é o conflito que permanece na sociedade brasileira para a jovem trabalhadora que se transforma em mãe e deve buscar uma forma alternativa para conciliar dois papéis ao mesmo tempo: o de trabalhadora e o de cuidadora.

Pesquisadora: Qual a sua escolaridade?

Bordadeira B: Segundo grau. Sou professora, mas nunca quis dar aula, pois não gostava, fiz por falta de opção. [Sendo] professora era mais fácil de conseguir emprego de secretária.

Pesquisadora: Qual a sua profissão?

Bordadeira B: Bordadeira.

Pesquisadora: Qual é o seu tempo de profissão?

Bordadeira B: Dez anos, comecei quando estava grávida de K. [filha].

Pesquisadora: Como começou a exercer a profissão?

Bordadeira B: Foi CL [bordadeira, cunhada] que me levou lá em LU [intermediária]. Ela bordava e me levou lá.

Pesquisadora: Teve outra profissão?

Bordadeira B: Eu fui promotora de vendas, conferente, auxiliar de escritório.

Pesquisadora: Por que escolheu ser bordadeira?

Bordadeira B: Pra ficar em casa, pra cuidar do filho.

Pesquisadora: O que acha da profissão?

Bordadeira B: É cansativa, mas eu gosto.

Pesquisadora: Que trabalhos você realiza e como aprendeu a fazê-los?

Bordadeira B: Agora está tendo mais peças para pregar botões, de vez em quando ainda tem peças para colocar paetês e miçangas, quando eles fazem bazar no Rio. Aprendi a fazer com a prática.

No que tange ao tema dos direitos trabalhistas e acesso à proteção do Estado ao trabalhador, a Bordadeira B demonstra estar bastante consciente da opção que fez em termos laborais e seus preços a pagar.

Pesquisadora: Seus direitos enquanto trabalhadora e mulher são garantidos?

Bordadeira B: Não, eu acho que falta ter reconhecimento, que não tem, o trabalho que você faz não é reconhecido.

Pesquisadora: Tem carteira assinada ou contrato?

Bordadeira B: Não.

Pesquisadora: Já trabalhou de carteira assinada?

Bordadeira B: Já.

Pesquisadora: O que você prefere: com carteira assinada ou sem carteira assinada?

Bordadeira B: [Após uns minutos de reflexão] Prefiro agora, trabalhando em casa.

O tema das relações de trabalho aparece de forma bastante diferenciada para esta trabalhadora, quando comparada à Bordadeira A. Aparentemente, o fato de possuir uma maior escolaridade garante a esta trabalhadora uma maior autonomia e ferramentas de negociação mais favoráveis à defesa dos seus direitos e deveres.

Pesquisadora: Como são os pagamentos pelos bordados?

Bordadeira B: Às vezes enrola um pouquinho. Depois que termina a produção toda eles marcam 15 dias, só que nunca sai em 15 dias, sempre atrasa, mas pagam a quantidade certa, às vezes os deles não batem, mas eles vão em cima do que eu falo.

Pesquisadora: Está satisfeita com a renda? Ela é a principal ou complementar?

Bordadeira B: É mais complementar, e tô satisfeita com ela. [Sem certeza]. Ajuda na casa e com minha filha. É o dinheiro que pago uma conta de telefone...

Pesquisadora: Já foi descontado valor da renda?

Bordadeira B: Não.

Pesquisadora: Como é a relação com o patrão?

Bordadeira B: É boa. [Sem convicção].

Pesquisadora: E as cobranças?

Bordadeira B: Quando estão com pressa, começam a cobrar, mas aí como LU [intermediária] dizia: "Bordadeira B, você é calma demais" [Risos]. Eu não ligo, não. LU ficava dois dias acordada direto. Eu uma vez tentei ficar, mas não

consegui não. Fiquei até uma e meia da manhã. Aí LU: "Bordadeira B você é muito calma". Já sei o lance da fábrica como é: eles dizem que é para amanhã e nunca é! Eu tô com 348 vestidos botando botão. Ela [dona da fábrica] disse que é para ontem, e até hoje ainda não chegou os colchetes dos vestidos. Eu tô botando botão ainda. Já sei o lance deles, então nem ligo. Já peguei a manha deles! Não entendo como LU trabalhando anos pra eles não pegou a manha. Eu falei pra meninas lá: "Olha, só tem [que] colocar os colchetes, não tem? Então vocês colocam os colchetes aqui". Aí ela disse que ia falar com a VV [dona da fábrica]. VV é legal! AL [dona da fábrica, irmã da VV] é um porre. A menina lá disse que elas precisam de mim, então posso ficar na minha, eu sou a única que coloco botão. E quando eles estão com pressa pedem para eu trabalhar dentro da fábrica. Em vez de eu trabalhar em casa, trabalho lá.

Pesquisadora: Você recolhe o INSS?

Bordadeira B: Sim, pago há dois anos, para a aposentadoria.

Perguntada sobre o impacto sobre a sua saúde e qualidade de vida familiar, no entanto, tornam-se mais claros os limites da escolha pelo trabalho em domicílio, embora a fala direta da entrevistada tenda a minimizar os custos pessoais e familiares decorrentes da opção por esta forma de trabalho.

Pesquisadora: E quando fica doente?

Bordadeira B: Faço mesmo passando mal, porque eu sou daquele jeito, se eu ficar na cama... quanto mais fico na cama pior eu fico, eu tenho que levantar e fazer alguma coisa.

Pesquisadora: Qual a sua jornada de trabalho?

Bordadeira B: Paro para fazer almoço, se tiver que ir na rua eu vou, se tiver que sair eu saio, não tenho esse negócio de ficar direto, no máximo agora trabalho até onze horas, minha sala fica uma bagunça e meu marido reclama.

Pesquisadora: Quais são as condições físicas do ambiente de trabalho?

Bordadeira B: Fico fazendo na mesa, sentada na cadeira e a noite fico no sofá, porque à noite a luz fica em cima do sofá, durante o dia a mesa fica encostada na janela.

Pesquisadora: Depois que começou a bordar sentiu algo prejudicial para você, em relação à saúde?

Bordadeira B: Não.

Quando o tema da conversa avança no sentido da valorização e do reconhecimento deste tipo de trabalho, fica clara a capacidade da entrevistada de perceber um dos mais importantes limites do tipo de trabalho que desempenha: a desvalorização social e simbólica do trabalho artesanal feminino.

Pesquisadora: Como você se sente em relação ao seu trabalho?

Bordadeira B: Valorizada nunca é. Ser valorizada em um trabalho assim... acho que em nenhum você é valorizada, porque eu também faço trabalho artesanal e... Você não tem valor. Mas me sinto feliz, pelo menos é uma coisa que eu

gosto, porque trabalhar assim... Fora tem muita cobrança. Em casa você faz sua hora e não tem ninguém para te perturbar.

Pesquisadora: Como é trabalhar na sua própria casa, sua família acaba participando?

Bordadeira B: Botei K. [Filha de dez anos] para ajudar botar. Eu ensinei a ela a botar botão e ela bota.

Pesquisadora: O tempo que você tem para família se mistura com o do trabalho?

Bordadeira B: Sim, junta tudo. Minha filha pede as coisas, no sábado eu saio com ela.

Pesquisadora: Você sabe para onde vão as peças?

Bordadeira B: Cantão, Animale, e outras.

Pesquisadora: Sabe o valor das peças?

Bordadeira B: R\$ 300,00, R\$ 190,00, R\$ 490,00.

Pesquisadora: Já viu alguém com a roupa?

Bordadeira B: Angélica na televisão, que passou.

Pesquisadora: Os membros da família ajudam nas atividades do lar?

Bordadeira B: C. [Marido] faz a comida e arruma a casa.

Pesquisadora: Acha o trabalho que realiza importante?

Bordadeira B: Deveria ser valorizada pelo trabalho que dá, falta o reconhecimento das pessoas.

3.2.2.3.

Bordadeira C – Se a Ana Maria Braga usa deve ser um trabalho com valor

A entrevista individual com a Bordadeira C ocorreu no dia 09 de julho de 2013 na residência da pesquisadora e teve uma duração de 20 minutos. A entrevistada não se mostrou tímida, mas falou pouco e, após trocas de experiências com a pesquisadora, se propôs a contribuir com a pesquisa.

Ao tempo da realização desta entrevista a Bordadeira C tinha 55 anos de idade, sendo casada e mãe de duas filhas do primeiro casamento e de dois netos. Também se pode perceber que ela se sente responsável também pelas duas crianças. Moradora de Bairro Vila Iara, ela se declara da cor branca.

Pesquisadora: Qual a sua escolaridade?

Bordadeira C: Não completei o ensino fundamental.

Pesquisadora: Qual a sua profissão?

Bordadeira C: Bordadeira.

Pesquisadora: Quanto tempo de profissão?

Bordadeira C: Cinco anos, eu acho.

Pesquisadora: Como começou a exercer a profissão, quando começou a ser bordadeira?

Bordadeira C: A vizinha me ofereceu, estava precisando de um dinheirinho e aceitei. [Risos].

Pesquisadora: Você já sabia costurar ou você teve que aprender?

Bordadeira C: Sabia costurar, mas estava em uma fase de fazer salgados, mas com o tempo a gente pega a prática.

Pesquisadora: Teve outra profissão antes de ser bordadeira?

Bordadeira C: Trabalhava fazendo salgados para fora.

Pesquisadora: Você tem carteira assinada?

Bordadeira C: Não, nunca tive.

Pesquisadora: Quando veio o convite para ser bordadeira você aceitou porque achou legal?

Bordadeira C: Porque receber um dinheirinho sempre é bom.

Pesquisadora: O que você acha da profissão?

Bordadeira C: Gosto, ajuda a passar meu tempo.

Pesquisadora: Quais os trabalhos que realiza e como aprendeu a fazê-los?

Bordadeira C: Aprendi vendo os outros fazer, com o tempo a gente aprende tudo. Ninguém nasce sabendo. [Risos].

As perguntas relativas às relações com o empregador recebem respostas que demonstram que a entrevistada está consciente da sua posição de subalternidade, porém esta parece se sentir compensada pelos benefícios imediatos que ela pode aferir deste tipo de trabalho, sugerindo uma auto-percepção muito deteriorada da sua própria capacidade de trabalho.

Pesquisadora: Os direitos enquanto trabalhadora e mulher são garantidos?

Bordadeira C: Acho que não, falta muita coisa.

Pesquisadora: Preferia trabalhar de carteira assinada?

Bordadeira C: Acho que era melhor, né?

Pesquisadora: Você paga INSS?

Bordadeira C: Não, mas deveria, né?

Pesquisadora: Você está satisfeita com a renda?

Bordadeira C: Poderia ser mais um pouquinho. [Risos].

Pesquisadora: A sua renda é a principal ou complementar da família? Bordadeira

C: Complementar, ajuda um pouco nas despesas.

Pesquisadora: Já foi descontado valor no final do trabalho?

Bordadeira C: Já, porque às vezes a nossa contagem com a deles não bate.

Pesquisadora: Como se dá a relação com o patrão?

Bordadeira C: Estressante, mas a gente releva pelo dinheirinho, e também gosto do trabalho. [Risos].

Quanto ao impacto do trabalho que desempenha sobre a sua vida familiar, pessoal e seu próprio corpo, a entrevistada repete um padrão de respostas que, embora denote a sua plena compreensão da situação adversa em que vive, aponta no sentido de uma busca permanente de sobrevivência à exploração pela via da minimização das dificuldades.

Pesquisadora: E a saúde?

Bordadeira C: Faço e paro toda hora, mas não fico sem pegar os bordados.

Pesquisadora: Como é a jornada de trabalho?

Bordadeira C: Faço até a noite, mas não fico pela madrugada.

Pesquisadora: Quando trabalhava o dia inteiro parava para fazer algo?

Bordadeira C: Não, meu marido fazia a comida. [Risos].

Pesquisadora: Quais as condições físicas do ambiente de trabalho?

Bordadeira C: Boas, eu acho.

Pesquisadora: Como é trabalhar na própria casa, a família participa do processo?

Bordadeira C: Eu andei ensinando meu marido, foi muito engraçado.

Pesquisadora: Como administra o espaço da casa, sendo o mesmo do trabalho?

Bordadeira C: Acho bom não precisar sair de casa.

Pesquisadora: Chega um momento que as atividades se misturam?

Bordadeira C: Um pouco, pois são muitas tarefas.

Pesquisadora: Os membros da família ajudam nas atividades do lar? Bordadeira

C: Meu marido faz a comida e arruma a casa também.

No que tange à percepção do valor do seu próprio trabalho, chama a atenção a resposta através da qual se pode perceber com clareza um auto-reconhecimento que ocorre apenas através de uma referência longínqua e inatingível.

Pesquisadora: Você sabe para onde vão as peças que produz, quanto custam, quem compra?

Bordadeira C: Shop 126, por exemplo. Custam caro! Nem posso comprar: é a nível de Ana Maria Braga.

Pesquisadora: Você se sente valorizada neste trabalho?

Bordadeira C: Mais ou menos. Nem sei, nunca pensei nisso. Mas se a Ana Maria Braga usa deve ser um trabalho com valor.

3.2.2.4.

Diarista A – Me chamou para trabalhar na casa dela e me humilhou

A entrevista realizada com Diarista A aconteceu no dia 14 de julho de 2013 na casa da pesquisadora e teve uma duração de 30 minutos. A entrevistada estava muito à vontade e demonstrou gostar muito de conversar sobre seu trabalho.

As perguntas relativas ao perfil da entrevistada revelaram que, ao tempo da realização da entrevista ela tinha 54 anos, sendo mãe de dois filhos e residente de Vila Iara.

Perguntada sobre a sua auto-percepção racial, ela disse: "Dizem que todos nós somos negros, né? [Risos]. Por dentro todos nós somos... Acho que sou branca, né?".

Divorciada, ela afirmou que: "... preferia ser solteira!" [Risos].

A conversa seguinte permitiu conhecer a relação da entrevistada com o seu trabalho, no que se refere à capacitação para o seu desempenho e as condições materiais e subjetivas a este relacionadas.

Pesquisadora: Qual a sua escolaridade?

Diarista A: Terminei a oitava do Primeiro Grau.

Pesquisadora: Qual a sua profissão?

Diarista A: Diarista.

Pesquisadora: Desde quando você é diarista?

Diarista A: Ih... Comecei a trabalhar como diarista com 47 anos, quando ainda era casada. [Após muito tempo pensando]

Pesquisadora: Você teve outra profissão antes dessa?

Diarista A: Várias.

Pesquisadora: Por que quis ser diarista?

Diarista A: Fiquei parada muito tempo... [Para a] pessoa que tem pouco estudo fica mais difícil para ter uma colocação melhor, e teve várias coisas... [Ficou calada um tempo] Ah... Sei lá... Ficou difícil arrumar um trabalho pra mim, ficou muito difícil mesmo. Se eu parar para contar... E comecei a correr atrás. Perguntava se alguém tava precisando...

Pesquisadora: Você gosta do seu trabalho?

Diarista A: Gosto porque ganho um dinheirinho. Mas, consegui arrumar um trabalho em uma fábrica, com carteira assinada de auxiliar, e não quero mais ficar fazendo diárias. Não vou dizer nunca, mas eu peço a Deus todo dia que eu não precise mais trabalhar em casa de família. Não gosto mais! Uma colega minha me chamou para trabalhar todos os sábados na casa dela e eu não vou, não quero mais. Mas se for uma vez por mês eu até vou, já estou até na casa de MR, mas toda semana não dá! Como é que eu vou arrumar minha casa, fazer minhas coisas? Tenho minha filha que me ajuda muito, mas ela não pode ficar

todo sábado arrumando casa: ela tem as coisas dela para fazer, tem o trabalho dela tem o colégio. E eu também tenho que descansar, pois já tenho uma idade avançadinha. Também não vou dizer: desse pão não comerei; dessa água não beberei! Posso vir até precisar, mas peço a Deus para não precisar. Também eu peguei trauma! Também não são de todas, porque teve umas maravilhosas. Meu problema foi com KT [uma ex-patroa]. Fiquei muito decepcionada, muito... Eu conhecia ela desde de criança, me chamou para trabalhar na casa dela e me humilhou, não esperava isso.

Pesquisadora: Como você aprendeu a fazer o seu trabalho?

Diarista A: A coisa que eu mais gosto em uma casa é a parte da cozinha. Gosto de fazer comida. Quando casei, não sabia fazer nada... Quem me ensinou foi GR [Uma irmã]. Não sabia nem fazer arroz! Quando eu comecei a trabalhar as pessoas perguntavam se eu sabia cozinhar e eu respondia que não, mas [que] estava disposta a aprender e brincava que poderia fazer até melhor do que a dona da casa... e realmente... Então dava tudo certo: dava tempo de passar, lavar, arrumar, cozinhar e ainda tomar conta das crianças e dar comida para a criança de três em três horas.

O tema seguinte da conversa foi a percepção da entrevistada sobre os direitos assegurados pelo seu trabalho e a importância material deste para a sua vida pessoal e familiar. Além disso, nesta parte da entrevista também aparecem as relações com os patrões, que falam de uma subalternidade construída na relação de trabalho com pessoas que, em princípio, são conhecidas.

Pesquisadora: Seus direitos enquanto mulher e trabalhadora são garantidos?

Diarista A: Nem tudo. Não vejo que tem diferença entre homem e mulher. Acho que não tenho por causa da profissão... Se fosse outra, poderia ser melhor... Poderia ter umas condições melhores. [É] Por isso que hoje em dia eu penso muito na falta do estudo.

Pesquisadora: Você tem a carteira assinada?

Diarista A: Quando eu era diarista não tinha. Agora, com esse outro trabalho eu tenho. Consegui [o emprego formal] através de uma amiga minha, que me indicou e me chamou para a entrevista... E quando cheguei lá, a pessoa que me entrevistou gostou muito de mim e consegui. Troquei de trabalho porque não deu certo mesmo. Foi por causa do trauma, ela [ex-patroa] gritou comigo, falou alto comigo... E ela me prometeu muita coisa e não cumpriu. Trabalhava lá de segunda a sexta e quando ela recebia visita no sábado eu ia sábado também... E não tinha carteira assinada. Não conta essa história pra ela! Eu tô gostando mais desse [emprego], tem carteira assinada, cesta básica e eu sou uma das únicas pessoas que ganham cesta básica todo mês, porque não falto e não chego atrasada. Os patrões são maravilhosos, se for da vontade de Deus eu fico lá até...

Pesquisadora: Então você está satisfeita com a renda?

Diarista A: [Gaguejou, ficou em dúvida] Acho que não, né? A gente nunca tá. [Risos]. Mas acabo ficando satisfeita sim.

Pesquisadora: Essa é a renda principal da sua família?

Diarista A: É mais uma ajuda, porque se fosse depender só do meu dinheiro não dava. Se não é minha filha, não dá não! Mesmo agora, com o que eu ganho não dá! Se não tiver uma ajuda, não dá! Meus irmãos ainda precisam ajudar!

[Lamentando-se] ... e agora está mais difícil pra mim, porque minha filha ta na faculdade... e ela paga... e fica difícil ela me dá dinheiro. Quando ela me dá, o pai dela precisa ajudar.

Pesquisadora: Você já foi descontada?

Diarista A: Não, nunca aconteceu. A pessoa [Empregadora] sempre gosta do meu trabalho. Já aconteceu de uma pessoa falar mal de outras diaristas: que gastavam muito, que se eu fizesse o mesmo eu ia pagar do meu bolso. Mas eu disse que não ia pagar nada. [Risos].

Pesquisadora: Como era a sua relação com as patroas?

Diarista A: Sempre trabalhei em casas conhecidas, então era tranquilo. Só teve a última casa que me destratou, mas ela queria que eu voltasse depois e eu não quis... Me convidou até para ir em uma festa na casa dela. Hoje em dia ta difícil arranjar uma pessoa, para ter empregada vai ser difícil.

Pesquisadora: Já foi cobrada no trabalho?

Diarista A: Eu dava conta de tudo, mas sempre tem uma coisinha que a gente esquece e a pessoa cobra.

Pesquisadora: Você fazia pagamento do INSS?

Diarista A: Não.

Pesquisadora: E quando ficava doente?

Diarista A: A única vez que eu fiquei doente, que precisava faltar [e] que não faltei, foi na casa de RS (...) eu falei pra ela que tava com problema de tireoide, sentindo falta de ar. Fiquei muito ruim e falei que precisava faltar pelo menos um dia, porque tava me sentindo muito mal e precisava de repouso (...) ela falou que ia me mandar embora, e Deus é tão bom que melhorei e fui trabalhar.

A seguir a entrevista tratou dos aspectos relativos ao próprio desempenho do trabalho de diarista e o peso deste sobre a saúde física e emocional da entrevistada. O que se percebe na fala da entrevistada é que esta forma de trabalho não é valorizada material e/ou simbolicamente, quer seja pelos empregadores, pela família da trabalhadora e, principalmente, por ela mesma. Permanece a dupla jornada do trabalho feminino e a divisão de trabalho própria de relações sociais patriarcais, onerando as relações pessoais e familiares e a saúde da trabalhadora.

Pesquisadora: Qual era a sua jornada de trabalho como diarista?

Diarista A: Tem casa que trabalhava mais de oito horas. Quando dormia na casa, não tinha hora para parar.

Pesquisadora: Você considera o trajeto como parte do trabalho?

Diarista A: O trajeto já é um trabalho, ainda mais se eu for a pé. Onde eu estou, eles não dão dinheiro de passagem, porque eu moro perto. Mas se acontecer alguma coisa comigo, a culpa é deles que não dão dinheiro de passagem. Queria ganhar a passagem para dar para minha filha. O direito deles [Dever dos patrões] seria dar o dinheiro da passagem.

Pesquisadora: As condições físicas do ambiente de trabalho eram apropriadas?

Diarista A: Sim, compravam tudo que eu precisava.

Pesquisadora: Como é trabalhar na casa do outro?

Diarista A: Fazia como se estivesse em minha casa. Organizava tudo direitinho, como faço na minha casa. A única coisa que nunca fiz foi abrir as coisas nas casas dos outros. Nunca fiz na casa de ninguém. Caso contrário faço a mesma coisa que faço em casa.

Pesquisadora: Como você administra as coisas da sua casa?

Diarista A: Quando chego do trabalho, ainda lavo roupa. Quando chega sábado, organizo a casa. Meu filho só ajuda a bagunçar.

Pesquisadora: Trabalhava quantas vezes por semana nas últimas diárias?

Diarista A: Estava em duas casas, em uma de segunda a quinta e na outra só na sexta.

Pesquisadora: Alguém reclamava do valor da diária?

Diarista A: Não, eu não sei dar preço e cobrava barato. As pessoas achavam barato... Teve até uma que aumentou o valor que passei pra ela.

Pesquisadora: E a família ajuda em casa?

Diarista A: Minha filha sim, e meu filho não.

Pesquisadora: Você se sente valorizada enquanto diarista?

Diarista A: Às vezes você tá trabalhando, a pessoa precisa de você, e ainda machuca você...

3.2.2.5.

Diarista B – Então parei de estudar e fui trabalhar

A entrevista individual com a Diarista B foi realizada no dia 08 de julho de 2013 na casa da pesquisadora e teve uma duração de 15 minutos. A entrevistada mostrou-se extremamente tímida, mas decidida a colaborar, porém de forma muito objetiva e, aparentemente, sem grande interesse pela pesquisa.

A Diarista B, ao tempo da realização desta entrevista, estava com 40 anos de idade, era solteira, mãe de dois filhos, residente na localidade de Boassú e se autodeclarou como negra.

A primeira parte da entrevista, que tratou da sua relação com o trabalho e a forma de capacitação para o seu exercício, nos revela uma criança de cerca de 12 anos de idade, membro da população negra, que foi desde muito cedo compreendida como alguém que deveria ser preparada para o trabalho doméstico, a quem a situação de pobreza familiar não permitiu qualquer outra opção pela via da educação formal.

Pesquisadora: Qual a sua escolaridade?

Diarista B: Primeira série primária.

Pesquisadora: Qual a sua profissão?

Diarista B: Diarista.

Pesquisadora: Há quanto tempo você é diarista?

Diarista B: Acho que uns 28 anos.

Pesquisadora: Como você começou a ser diarista?

Diarista B: Minha mãe me colocou para trabalhar desde cedo para ajudar nas despesas de casa. Então parei de estudar e fui trabalhar.

Pesquisadora: Você teve outra profissão antes dessa?

Diarista B: Não.

Pesquisadora: Por que você escolheu ser diarista?

Diarista B: As necessidades da vida... A situação era difícil e precisava ajudar para ter comida em casa.

Pesquisadora: O que você acha da profissão?

Diarista B: Boa.

Pesquisadora: Quais os trabalhos que você faz? Como aprendeu a desenvolvê-los?

Diarista B: Faço de tudo. O que as pessoas pedem, eu faço. Aprendi a desenvolver as atividades fazendo. Minha mãe já me orientava em casa.

A parte da entrevista que tratou da percepção da entrevistada sobre seus direitos decorrentes do trabalho e a importância material e simbólica deste, revela a única das entrevistadas que admite que a sua renda é responsável pelo sustento da sua família. A conformação familiar atual, somada a um passado de pobreza familiar de raízes profundas, parece colocar esta trabalhadora em uma situação de grande vulnerabilidade social e laboral, na qual há pouca possibilidade de negociação de direitos.

Talvez decorra daí a "timidez" da Diarista B, expressa em falas e gestos.

Pesquisadora: Seus direitos enquanto mulher e trabalhadora são garantidos?

Diarista B: Não. Acho que não sou muito esclarecida e não sei o que devo fazer para ter todos os direitos.

Pesquisadora: Você tem carteira assinada?

Diarista B: Não, nunca tive.

Pesquisadora: Você gostaria de ter?

Diarista B: Sim, acho que seria melhor se tivesse.

Pesquisadora: Você está satisfeita com sua renda?

Diarista B: Mais ou menos.

Pesquisadora: Ela é a principal renda da sua família?

Diarista B: Sim, este dinheiro que me faz sobreviver.

Pesquisadora: Já foi descontado algum valor da sua renda?

Diarista B: Não, faço meu trabalho certinho e não tenho reclamações.

Pesquisadora: Como é a sua relação com o patrão?

Diarista B: Boa.

Pesquisadora: Tem alguma intimidade na relação?

Diarista B: Não muito: sou muito tímida.

Pesquisadora: Você é cobrada no trabalho?

Diarista B: Não.

Pesquisadora: Você paga o INSS?

Diarista B: Não: o dinheiro não sobra para pagar.

Pesquisadora: E quando você fica doente?

Diarista B: Vou assim mesmo.

Quando perguntada sobre os aspectos relativos ao desempenho do seu trabalho no cotidiano, mais uma vez as respostas da Diarista B falam de uma trabalhadora que se percebe em um profundo estado de subalternidade social e econômica. O que se vê é que ela se sente quase que sem direito a reivindicar qualquer transformação nas suas relações -laboral ou familiar - para servir melhor ao seu próprio bem estar, tanto no espaço do trabalho, quanto no espaço da sua própria casa e família.

Pesquisadora: Como é a sua jornada de trabalho?

Diarista B: Chego cedo na casa da pessoa e saio só quando acabo, já à noite.

Pesquisadora: Como é o deslocamento?

Diarista B: Vou a pé, quando é perto, e de ônibus, quando é longe, aí já inicia o meu trabalho.

Pesquisadora: Como são as condições físicas do ambiente de trabalho?

Diarista B: Alguns lugares bons e em outros ruins.

Pesquisadora: Como você se sente em relação ao seu trabalho?

Diarista B: Me sinto bem... normal... sei lá...

Pesquisadora: Como é para você trabalhar na casa do outro?

Diarista B: Como se estivesse em casa fazendo meus serviços.

Pesquisadora: Como você administra as atividades da sua casa?

Diarista B: Bem, chego em casa, mesmo cansada faço o que tem para fazer. Não tenho quem faça pra mim... Daí tenho que fazer.

Pesquisadora: Atualmente você trabalha em quantas casas?

Diarista B: Não tenho muitas casas fixas. Acho que só umas duas fixas, e outras que quando a pessoa chama eu vou.

Pesquisadora: Os patrões reclamam do valor a ser pago?

Diarista B: Alguns sim.

Pesquisadora: Os membros da sua família ajudam na atividade do lar?

Diarista B: Não.

Pesquisadora: Você se sente valorizada?

Diarista B: Alguns valorizam, outros não... às vezes me acho importante, quando elogiam meu trabalho.

3.2.2.6.

Diarista C – Aí eu tenho o meu dinheiro e compro com o meu dinheiro

A entrevista com a Diarista C foi realizada no dia 07 de julho de 2013 na casa da pesquisadora e teve uma duração de 15 minutos. A entrevistada não parecia tímida, mas falava pouco, não desejando estender a conversa, porém declarou desejar colaborar com a pesquisa.

Ao tempo de realização da entrevista a Diarista C contava 50 anos de idade, era casada, mãe de dois filhos e residia na Vila Iara. Do ponto de vista da sua auto-percepção racial, a entrevistada se declarou parda.

A primeira parte da entrevista tratou da relação da entrevistada com o seu trabalho e a forma como foi capacitada para desenvolvê-lo. O que se percebe, mais uma vez, é a repetição de um padrão educacional baixo, acompanhado de uma capacitação na esfera da família desde muito cedo. Desta maneira, o trabalho como diarista parece ser uma das poucas oportunidades de colocação no mercado de trabalho para a mulher pobre e negra (para o IBGE a população negra é composta por pretos e pardos), que acaba vendendo a sua força de trabalho de forma bastante precarizada.

Pesquisadora: Qual a sua escolaridade?

Diarista C: Terceira série é o quê?

Pesquisadora: Terceira série do Ensino Fundamental?

Diarista C: Isso.

Pesquisadora: Qual a sua profissão?

Diarista C: Eu sou diarista.

Pesquisadora: Há quanto tempo?

Diarista C: Ih... Tem bastante [tempo], deve ter... uns 30 anos.

Pesquisadora: Como começou a exercer a sua profissão?

Diarista C: Eu comecei porque uma amiga me pediu, né? Para limpar a casa... aí eu fui pegando gosto e gostei de arrumar a casa dos outros... limpar... deixar tudo direitinho.

Pesquisadora: Você teve outra profissão antes dessa?

Diarista C: Não.

Pesquisadora: Por que você escolheu ser diarista?

Diarista C: Porque eu gosto mesmo.

Pesquisadora: O que acha da profissão?

Diarista C: Boa, mas não valorizada.

Pesquisadora: Quais os trabalhos que você realiza e como aprendeu a fazê-los?

Diarista C: Desde de nova já desenvolvia as atividades na minha casa... então foi muito fácil.

Pesquisadora: E que trabalhos você faz?

Diarista C: Limpar a casa. Atualmente arrumei um que é três vezes na semana. Meu salário agora está R\$ 500,00. Faço tudo: lavo, passo, arrumo, cozinho... faço tudo.

No que diz respeito aos direitos assegurados pelo seu trabalho e a sua importância material e simbólica, para ela mesma e para a sua família, a entrevistada demonstra compreender com clareza a desigualdade de valorização do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino e o quanto de desigualdades de poder ainda existe por trás das relações de gênero. Além disso, ela também parece reconhecer a precariedade dos vínculos informais aos quais está sujeita no mundo do trabalho, porém não enxerga soluções para estas desigualdades.

Pesquisadora: Seus direitos enquanto mulher e trabalhadora são garantidos?

Diarista C: Não, porque a profissão é desvalorizada e por eu ser mulher, com certeza, existe diferença entre homens e mulheres.

Pesquisadora: Você tem carteira assinada?

Diarista C: Não, nunca assinei carteira na vida.

Pesquisadora: E você gostaria de ter?

Diarista C: Gostaria, é uma situação que... não dá segurança, nesse trabalho agora. Eu já trabalhava de 15 em 15 [dias]. A menina [patroa] me contratou três vezes na semana. Tem seis [meses] que eu trabalho lá já, e ela não fala em assinar carteira. Nada, nada.

Pesquisadora: Você está satisfeita com sua renda?

Diarista C: Tô! Bastante!

Pesquisadora: Esta é principal renda da sua família?

Diarista C: Bem, pra mim... Porque eu preciso muito, né? Pra mim, me ajuda bastante... porque eu quero comprar um armário, um fogão, uma coisa... Aí eu tenho o meu dinheiro e compro com o meu dinheiro, sendo bom não precisar pedir para o marido e o melhor sem precisar dizer para o que é o dinheiro.

Pesquisadora: Já foi descontado algum valor da sua renda?

Diarista C: Não, nunca.

Pesquisadora: Como é a relação com o seu patrão? Tem intimidade?

Diarista C: Boa. Às vezes [tem intimidade], um ou outro! Porque eu não trabalho só nesse de três vezes na semana, não. Eu trabalho por aí e eles me dão um a mais.

Pesquisadora: Você é cobrada no trabalho?

Diarista C: Não, nunca fui.

Pesquisadora: Você paga o INSS?

Diarista C: Não.

Pesquisadora: Por que?

Diarista C: Porque... Agora a situação tá um pouquinho apertada pra mim. Ainda mais agora que eu comprei um fogão... tá apertada. Mas eu vou pagar, porque eu acho importante.

Pesquisadora: E quando fica doente?

Diarista C: Não dá para trabalhar e fico sem o dinheiro, o ruim é que faz muita falta. Mas vou pagar o INSS para quando acontecer isso.

Finalmente, quanto aos aspectos relativos ao próprio desempenho do trabalho de diarista e das tarefas em seu próprio lar, e o peso destes trabalhos sobre a sua saúde física e emocional, a Diarista C parece não ser capaz de dimensionar a sua própria vulnerabilidade, exploração e fragilidade na negociação em ambas jornadas, embora perceba o não reconhecimento generalizado da sua contribuição.

Pesquisadora: Qual é a sua jornada de trabalho, ela é definida?

Diarista C: Não, eu faço meu horário. Eu chego a hora que eu acho que tenho que chegar e saio até mais cedo.

Pesquisadora: Como é o deslocamento, faz parte do seu trabalho?

Diarista C: Não acho que o deslocamento seja trabalho. Eu só começo o trabalho quando chego na casa da pessoa.

Pesquisadora: Como são as condições físicas do ambiente de trabalho?

Diarista C: Tenho tudo que preciso: o material são as pessoas que compram.

Pesquisadora: Como você se sente em relação ao seu trabalho?

Diarista C: [Eu] Me sinto feliz [Sem convicção]. Realizada, realizada não, me sinto feliz, porque eu faço o que eu gosto.

Pesquisadora: Então por que realizada não?

Diarista C: Realizada não porque eu acho que, por exemplo, nessa moça que eu tô trabalhando agora, que fez seis meses: eu acho que ela tinha que me chamar, sentar, conversar, assinar a minha carteira, né? Porque três vezes na semana é meu direito. E ela não me chamou ainda, não conversou, nada, eu trabalho para eles há bastante tempo, sendo uma falta de valorização.

Pesquisadora: Como é trabalhar na casa do outro?

Diarista C: Faço as atividades como se estivesse em minha casa... me sinto como se fosse em minha casa, fazendo as minhas coisas. Eu trabalho por aí: eu chego lá, os patrões estão saindo, deixam as chaves na minha mão, fico

sozinha, tranquila, faço as minhas coisas, não só aqui em São Gonçalo, mas em Itaipu e Itaipuaçu.

Pesquisadora: Como você administra as atividades da sua casa?

Diarista C: Em casa não tenho ninguém que me ajude... ninguém ajuda. Volto para casa e ainda tenho que fazer as coisas, ainda, porque não tem quem faça.

Pesquisadora: Você trabalha em quantas casas?

Diarista C: Tem essa três vezes na semana; tem duas no Paraíso de 15 em 15 [dias], e tem três em Itaipuaçu. Lá é uma vez na vida e outra na morte.

Pesquisadora: Os patrões reclamam do valor a ser pago?

Diarista C: Não.

Pesquisadora: Os membros da família ajudam na atividade do lar?

Diarista C: Não [Com tom ironizado].

Pesquisadora: Você acha que o seu trabalho é importante?

Diarista C: Muita coisa! Pra mim é muito! [Eu] me sinto gratificante [gratificada] fazendo o que eu faço: arrumando. Só acho que falta a valorização do outro.

4

Cinco redes de temas sobre dois trabalhos femininos

A partir das observações recolhidas nos dois grupos focais e nas seis entrevistas descritas anteriormente, foi possível organizar um conjunto de cinco redes de temas (Attride-Stirling, 2001) que são recorrentes nas falas das colaboradoras da pesquisa.

O que se segue é uma apresentação e interpretação dos conteúdos presentes em cada uma destas redes temáticas.

4.1.

A permanência da desvalorização: perversas práticas de gestão

A todo o momento no decorrer desta pesquisa nos deparamos com a existência de um quadro perverso de exploração das trabalhadoras entrevistadas através de práticas de apropriação, subordinação, controle, entre outras.

No contexto de reconfiguração do mundo do trabalho discutido no começo deste estudo, a mulher parece ser a mais atingida pelas consequências advindas das transformações atuais, devido às desigualdades nas relações de gênero próprias da sociedade patriarcal, que se reproduzem no cotidiano das trabalhadoras. Os inúmeros aspectos decorrentes da recente reestruturação do modo de produção capitalista (precariedade, desemprego, flexibilidade, perda de direitos, entre outros) parecem ser mais tangíveis para as mulheres. Historicamente, estas são menos valorizadas no mundo do trabalho porque continuam sendo vistas como as "cuidadoras do lar", um âmbito não valorizado pela produção, por se tratar do espaço de reprodução da força de trabalho.

Esta realidade permanece viva e pode ser percebida nas falas das entrevistadas.

O trabalho das bordadeiras é mantido como uma mão-de-obra barata: "contratam-se" os serviços das profissionais por um valor baixo e as mesmas trabalham em suas próprias casas, sem obrigações patronais para seus

contratantes. Desta maneira, não há compromisso para com a trabalhadora. Certa fala de uma das bordadeiras corrobora esta face da gestão socioeconômica a que nos referimos, ampliando o seu escopo:

... ali na fábrica, muitas das vezes, quando tem bordado, eles [os contratantes] pegam as meninas lá de dentro para bordar, para não precisar pagar por fora. Já tá incluído no salário delas. (Bordadeira B, grupo focal, 17/03/2013).

Ou seja, as funcionárias internas das confecções são forçadas a produzir algo adicional, mas sem ganhar nada a mais por isso. Estes são os chamados esforços de "redução de custos", práticas de gestão que buscam a maximização do lucro às custas das trabalhadoras.

Quanto às trabalhadoras externas, como as bordadeiras que nos ocupam, aquelas que cobram além do que se deseja pagar são evitadas. Quando se contrata trabalho externo, procura-se trabalhadoras que se enquadram no perfil que os contratantes preferem: as que representam uma "mão-de-obra barata".

A gente cobra R\$ 3,00, R\$ 5,00. (Bordadeira B, grupo focal, 17/03/2013).
A gente nem cobra, eles já dão o valor (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013).
... a pessoa que pega na fábrica e passa pra gente já tira o dela, ela tirava um valor de cada peça. (Bordadeira B, grupo focal, 17/03/2013).

Esta "pessoa" a quem a bordadeira se refere é a intermediária, quem se responsabiliza pela produção contratada externamente, repassando o trabalho por um preço ainda menor do que aquele praticado pela confecção.

O interessante de notar é que muitas vezes as próprias bordadeiras externas passam a fazer o papel de intermediária contratando outras.

Estas práticas de gestão, cujo objetivo central é a redução dos custos da produção para maximizar o lucro, é priorizada pelos empregadores em todos os sentidos e de todas as formas. Também na distribuição dos insumos esta racionalidade se repete, mais uma vez onerando as trabalhadoras:

A P. [responsável pelo setor da fábrica] manda a mais e a outra manda contado. Eu preciso, às vezes, ligar para dizer que está faltando. Teve uma vez que me deram 25 peças e colocaram material para 13 peças. ... e ainda teimou que mandou. A fábrica fica doida, porque a loja manda os materiais e se tiver faltando eles têm que dar conta e tentam colocar a culpa na gente. (Bordadeira B grupo focal, 17/03/2013).

O controle do trabalho, e das trabalhadoras, é explícito e violento:

... já chorei muito! Tinha que colocar na etiqueta das roupas a inicial do nome para saber quem fez. Se tivesse errado devolvia para refazer. (Bordadeira A grupo focal, 17/03/2013).

A renda "extra" das bordadeiras, que supostamente "ajuda" na economia da família, é, portanto, questionável. As trabalhadoras, sem opção, aceitam determinadas remunerações "mínimas", que cobrem apenas parcialmente as despesas familiares. Talvez por isso mesmo é que estas sejam vistas apenas como rendas "extras", e as trabalhadoras sejam desvalorizadas, dada a precariedade das suas remunerações.

... nem todos pagam igual, alguns pagam melhor... outros não... outros dão calote. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

... me ajuda bastante, porque eu quero comprar um armário, um fogão, uma coisa... Aí eu tenho o meu dinheiro e compro com o meu dinheiro. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

... é para ajudar (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

... era mais uma ajuda, porque se fosse depender só do meu dinheiro não dava. (Diarista A, entrevista, 14/07/2013).

... complementar, ajuda um pouco nas despesas. (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013).

Esta relação visceralmente desigual entre os poderes de capital e trabalho não apenas se expressa em termos da baixa remuneração pelo trabalho realizado, mas também através de perversas práticas de gestão, que desqualificam as trabalhadoras.

... Já, porque eles fazem uma contagem e quando a gente vai receber está diferente do que fizemos e entregamos. Aí você tem que morrer naquilo ali. O que eles falam tem que aceitar e a sua palavra não é nada. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

... sempre trabalhei em casas conhecidas então era tranquilo. Só teve a última casa que me destratou, mas ela queria que eu voltasse depois e eu não quis. Me convidou até para ir em uma festa na casa dela. Hoje em dia tá difícil arranjar uma pessoa, para ter empregada. Vai ser difícil. (Diarista A, entrevista, 14/07/2013).

... só conheço as pessoas que passam as roupas para mim. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

... estressante, mas a gente releva pelo dinheirinho (...) quando eles ligam querendo as peças, não esperam e falam para a gente dá nosso jeito. Tem que entregar e pronto. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

O mundo do trabalho visa produtividade. No caso das bordadeiras, elas precisam produzir com extrema rapidez e as peças são cobradas a todo o momento. Nem mesmo existe qualquer relação com o empregador: as profissionais só conhecem a intermediária. Não há confiabilidade. Quando chega a hora do pagamento, as mesmas recebem o que os gestores ou intermediárias anotam e, se houver divergência com o que as trabalhadoras fizeram, o fato nem lamentado é: elas recebem o que a fábrica determina.

A este respeito, o trabalho das diaristas é diferente. O trato com os empregadores é direto, o que não transforma a relação em uma experiência mais fácil de ser vivida ou menos estressante. Aqui as práticas de relação são distintas e os conflitos tendem a ser vividos como pessoais e morais, embora possam se relacionar a aspectos muito comparáveis: preço pago pelo trabalho, utilização de insumos (uso da casa), volume da produção (horas de trabalho e resultados), etc.

As bordadeiras produzem para um mundo de consumo ao qual não têm acesso. As peças produzidas são valorizadas devido aos bordados realizados e colocadas no mercado por um preço elevado, fora da realidade das profissionais envolvidas na confecção: "... é a nível de Ana Maria Braga" (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013).

As diaristas tendem trabalhar com a reprodução tanto na sua própria casa quanto na casa do outro, caminhando sobre um terreno derrapante de potenciais conflitos pessoais e interpessoais.

O sistema capitalista de produção não tem como objetivo a valorização dos trabalhadores, priorizando a exploração que visa o lucro. Neste contexto, sentir-se valorizada enquanto profissional, para estas trabalhadoras, aparentemente é apenas possível a partir de um conjunto de referências distantes ou, na maioria das vezes, algo inatingível. Jamais pelo valor do próprio trabalho, expresso em uma remuneração que o reconheça.

... só acho que falta a valorização do outro. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).
 ... alguns valorizam, outros não, às vezes me acho importante quando elogiam meu trabalho. (Diarista B, entrevista, 08/07/2013).
 ... mas se a Ana Maria Braga usa deve ser um trabalho com valor. (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013).
 Ah... para os ricos é importante, agora fazer ninguém faz, quem tem dinheiro dá valor ao trabalho e compra as peças. As pessoas da fábrica não valorizam o trabalho porque eles pagam muito pouco. Ver as pessoas usando o que produzi é bom para mim, sabendo que uma pessoa que você nunca viu na vida usa uma peça que você fez, você saber que passou pela sua mão faz bem para gente. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

Valorizada nunca é, ser valorizada em um trabalho assim... acho que em nenhum você é valorizada, porque eu também faço trabalho artesanal, e... Você não tem valor. (Bordadeira B, entrevista, 10/07/2013).

4.2.

A informalidade aprofundada: a frustração da "carteira assinada"

O trabalho informal vem crescendo em todo mundo no contexto das recentes transformações no modo de produção capitalista. Com isso, assistimos os trabalhadores perdendo conquistas históricas, garantidas no processo de luta por direitos trabalhistas. Neste contexto, a "carteira assinada", documento através do qual se formaliza o contrato de trabalho e se garante o desfrute de direitos (por exemplo: férias anuais remuneradas, descanso semanal remunerado, pagamento de horas-extras de trabalho, auxílio transporte, afastamento para tratamento de saúde, etc.) tem sido privilégio de poucos trabalhadores brasileiros e, em particular, não inclui algumas trabalhadoras que prestam serviços domésticos e que exercem profissões em suas próprias residências.

Todas as colaboradoras desta pesquisa, tanto as bordadeiras, quanto as diaristas não têm carteiras de trabalho assinadas: como tal, elas jamais o tiveram. Sendo esta uma realidade histórica para a trabalhadora brasileira destes segmentos, a recente reconfiguração do mundo do trabalho parece aprofundar a informalidade destas duas formas de trabalho feminino, transformando-as na mais imediata opção para empregadores que desejam manter baixos os seus custos de contratação, em face às novas leis que buscam regular o trabalho, particularmente a PEC das domésticas (2013).

O que ainda parece mais grave, é a sensação de abandono a que ficam submetidas as trabalhadoras, tanto pela limitação do escopo da Lei, que as mantém em uma situação de informalidade, quanto pela própria demora na regulamentação desta, que transforma o sonho da "carteira assinada", e a estabilidade que dela poderia ser extraída, em uma promessa distante e inatingível.

... as diaristas trabalham três vezes na semana e não tem direito nenhum... (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013).

Não! Agora vai ter! Agora a empregada doméstica tem todos os direitos com as leis que entraram agora. (Diarista A, grupo focal, 30/03/2013).

... As empregadas domésticas. As diaristas não, três vezes na semana não. Só quem trabalha de segunda a sexta. (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013).

Mas, agora, trabalhando três vezes na semana vai ter direito sim. (Diarista A, grupo focal, 30/03/2013).

Quando que vai vir isso daí? Se for assim, posso tirar minha carteira de trabalho e assinar pela primeira vez na vida? Por enquanto minha patroa não falou nada, mas se eu tenho meu direito, vou querer. Hoje trabalho três vezes na semana e estou ganhando R\$ 500,00. Não sei nem se está certo! Se estou trabalhando demais ou de menos, não sei. Em São Gonçalo recebo menos, quando trabalho em Niterói recebo muito mais. Mas dou meu preço, se quiser bem, se não quiser fica sem. Não existe trabalhar em uma casa de dois andares por pouco dinheiro, e a gente acaba tarde, perde o dia inteiro. Chego em casa, às vezes, muito tarde, e vou cobrar R\$ 80,00? A gente destroca R\$ 50,00 e o dinheiro acaba, o trabalho é muito desvalorizado, então aprendi a dar meu preço e pronto, porque elas [patroas] querem muito pechinchar para o lado delas. (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013).

Curiosamente, na discussão que as diaristas travaram sobre a PEC de 2013, o que chamou a atenção foi a consideração que elas fizeram sobre a possibilidade do aumento no número de diaristas, já que para ter uma empregada doméstica se tornará necessário a garantia de direitos com a implementação da Lei, o que gerará custos adicionais para os empregadores. O pano de fundo desta discussão é uma compreensão do risco real de um aprofundamento da informalidade a que elas já estão submetidas.

A situação de desigualdade de poder entre empregadores e contratadas é bem conhecida das diaristas e as experiências vivenciadas ao longo de uma vida de trabalho informal contribuem para formatar uma ética política que busca minimizar os riscos de desemprego, com altos custos pessoais para as trabalhadoras. A este respeito, a Diarista A diz compreender a filha, quando cobrou o fato de ela não ter a carteira assinada, quando trabalhava em uma casa fixa durante muito tempo e o empregador prometia assinar a carteira: "...entendo que é para meu bem, se eu fico doente?..." Ele jamais o fez! Na ocasião, ela buscou outro emprego, mas ainda assim permaneceu sem um contrato formal de trabalho. "Elas [as patroas] só vêem o lado delas. Mas não largo meu trabalho! Quando fico doente, nem vou ao médico. Tomo chá e fico boa" (Diarista A, grupo focal, 30/03/2013).

Sem a carteira assinada, as trabalhadoras não recolhem o INSS e acabam perdendo o direito do auxílio doença, sendo esta uma realidade para diaristas e bordadeiras.

O dinheiro não sobra para pagar. (Diarista B, entrevista, 08/07/2013).
 Eu nunca trabalhei de carteira assinada e nunca paguei o INSS. (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013).
 Agora a situação tá um pouquinho apertada pra mim, ainda mais agora que eu comprei um fogão... Tá apertada... Mas eu vou pagar, porque eu acho importante. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).
 Eu, por enquanto não estou pagando não (...) mas deveria né? (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013).

As diaristas recebem por dia trabalhado e, portanto, se não trabalham não recebem, além de correrem o risco de perder o trabalho por se ausentar: "... não podemos ter o luxo de ficar doente". (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013). No caso das bordadeiras, a remuneração é por tarefas realizadas. De maneira comparável, se não entregarem as peças não recebem, e correm o risco de perder as oportunidades de trabalhos futuros. Esta absoluta impossibilidade de afastamento no caso de doença é uma externalidade importante dos fundamentos da tal ética política da qual falamos anteriormente e que aprofunda a informalidade.

As entrevistadas entendem a importância da carteira assinada, mas aceitam as formas de trabalho a que estão expostas por não ter outras opções. Sendo esta uma realidade histórica para estas trabalhadoras, a reestruturação produtiva as deixa ainda mais sem escolhas ou oportunidades, dado o aumento do desemprego. Com o encurtamento da oferta de empregos formais, as trabalhadoras passam a competir entre si por estas oportunidades de trabalho informal, na medida em que aumenta o número de trabalhadoras desempregadas.

Quanto à compreensão dos direitos trabalhistas e a capacidade destas trabalhadoras de lutar pela sua garantia, o que se observa é um triste desamparo, decorrente de estruturas sociais que as mantêm em uma situação de subalternidade social, desqualificadora e desmobilizadora.

Acho que não sou muito esclarecida e não sei o que devo fazer para ter todos os direitos. (Diarista B, entrevista, 08/07/2013).
 No Brasil o bem não é para todos. Acho que eles não vão fazer isso: assinar uma carteira para ser bordadeira, a não ser que se trabalhe dentro de uma fábrica, que tem que assinar carteira. Agora na sua casa fica difícil (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).
 Não, eu acho que falta reconhecimento, que não tem, o trabalho que você faz não é reconhecido. (Bordadeira B, entrevista, 10/07/2013).
 Não vejo que tem diferença entre homem e mulher. Acho que não tenho [carteira assinada] por causa da profissão! Se fosse outra poderia ser melhor, poderia ter umas condições melhores. Por isso que hoje em dia eu penso muito na falta do estudo. (Diarista A, entrevista, 14/07/2013).

Realizada [profissionalmente] não! Porque eu acho que, por exemplo, nessa moça que eu tô trabalhando agora, que fez seis meses, eu acho que ela tinha que me chamar, sentar, conversar, assinar a minha carteira, né? Porque três vezes na semana é meu direito, e ela não me chamou ainda, não conversou, nada, eu trabalho para eles há bastante tempo, sendo uma falta de valorização. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

Que tal seria ter a carteira assinada? O que mudaria nas vidas destas mulheres? A percepção principal é um misto de segurança e respeito: valores que parecem ser sistematicamente negados a estas trabalhadoras.

É até melhor trabalhar de carteira assinada, mas já estou quase com 60 anos e fica mais difícil. Mas pago meu INPS! Paguei uma época parei e agora voltei de novo. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

Acho que era melhor, né? (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013).

Gostaria, é uma situação que não dar segurança. Nesse trabalho agora, eu já trabalhava de 15 em 15, a menina [patroa] me contratou três vezes na semana, tem seis [meses] que eu trabalho lá já e ela não fala em assinar carteira, nada, nada. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

O que se infere é que a remuneração que recebem pela realização do seu trabalho é mínima, razão pela qual não conseguem efetuar o pagamento do INSS, nem mesmo percebe-la como parte importante do sustento da família. A consequência mais importante parece ser a perda do direito ao repouso por adoecimento.

É importante que se faça uma distinção entre diaristas e bordadeiras quanto às razões que as levam a se constituírem como trabalhadoras através destas duas profissões.

As falas das diaristas apontam para a falta de escolha, para uma situação social de tamanha pobreza e falta de oportunidade de capacitação para outro tipo de trabalho, que nada mais resta como opção que não sejam as atividades de reprodução aprendidas em sua própria casa.

As bordadeiras, no entanto, falam em opção pelo trabalho realizado em domicílio, alegando como vantagem comparativa a possibilidade de autogestão do seu tempo em benefício do cuidado da sua própria família. Em ambos casos, a informalidade é aceita sem maiores questionamentos, pois parece haver um "entendimento" das razões dos empregadores que justificam a informalidade estrutural. Aceita-se a exploração e a negação de direitos como algo natural.

Seria este o "fetiche do capital" a mascarar a realidade para evitar cisões sociais?

4.3.

A intensidade da exploração: a jornada de trabalho

O tema da extensão da jornada de trabalho revela uma diferença importante entre bordadeiras e diaristas: os critérios e as condições para estabelecer os limites da sua extensão.

No caso das bordadeiras a exploração capitalista pelo aumento da jornada de trabalho fica muito clara e é fácil de ser percebida. Ganhar mais significa trabalhar mais, o que é o mesmo que falar de dias ou noites de trabalho sem descanso, lesões por esforços repetidos, desgaste da capacidade de visão, lesões posturais decorrente de um trabalho sendo realizado em condições inadequadas, vidas pessoais de renúncia ao descanso e esparecimento e vidas familiares estruturadas em torno de insumos, peças em desenvolvimento e demonstrações de fadiga.

O trabalho exaure tempo e energia, e o faz dentro de casa, no interior da família, confundindo espaços, papéis e tensões.

Eles colocam pressão na fábrica. Eu já peguei a manha deles! Agora já sei! Eu aprendi e não esquento mais com as cobranças. Eles me ligam o dia todo para cobrar. Às vezes também a própria fábrica atrasa com os materiais e depois querem cobrar a entrega. ... e se a roupa for com defeito pra loja, a primeira roupa que eles pegarem, se tiver com defeito, eles devolvem tudo. Aí a fábrica fica em desespero. Não bordo de madrugada, fico até meia noite, mas bordo o dia inteiro, só paro para fazer algo em casa, almoço, e colocar minha filha na rota. (Bordadeira B, grupo focal, 17/03/2013).

Eu fico até meia noite! Desde cedo! Não fazia nada, meu marido fazia a comida. Perdi um pouco minha visão. (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013).

Não fico na madrugada! Fico até uma certa hora, e tenho que parar para fazer almoço, lavar roupa, eu tenho minhas divisões (...) Trabalho até certa hora, 9 horas 10 horas da noite, mas nunca virei a madrugada. (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013).

... pode aparecer uma festa que não vou, porque adoro meu dinheiro. (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013).

... eu não deixo de sair não. (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013).

Todo sábado tenho que ir para Ponta Negra, visitar minha mãe, e não levo os bordados, o pessoal da fábrica pede para eu não ir, mas eu vou, porque em Ponta Negra trabalho fazendo unha, tenho uns clientes lá. (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013).

Para as diaristas, que realizam seu trabalho no espaço da casa de outros, o incremento da exploração pode ser percebido quando a negociação da remuneração (ou do tamanho da jornada) se dá em condições menos favoráveis

para as trabalhadoras como, por exemplo, quando o desemprego formal aumenta, aumentando também a oferta de trabalhadoras informais.

Outras vezes, são as condições do deslocamento urbano que significam ou determinam o alongamento da jornada de trabalho, claramente extraíndo mais energia e tempo das trabalhadoras, o que nem sempre é percebido como forma de exploração.

Chego cedo na casa da pessoa e saio só quando acabo, já a noite. (Diarista B, entrevista, 08/07/2013).

Tem casa que trabalhava mais de oito horas. Quando dormia na casa não tinha hora para parar (...) O trajeto já é um trabalho, ainda mais se eu for a pé. (Diarista A, entrevista, 14/07/2013).

4.4.

A precariedade na produção: o peso sobre a saúde

A literatura sobre a exploração capitalista nos fala sobre formas precarizadas de trabalho, definindo-as como sendo aquelas que não garantem os direitos da classe trabalhadora, que são realizados em condições inadequadas ou adversas e que implicam em perdas significativas para o trabalhador, sendo a perda da saúde uma das suas mais extremas consequências.

Diaristas e bordadeiras, enquanto formas de trabalho feminino próprias da informalidade, parecem representar ocupações que encarnam esta exploração com bastante clareza. Junte-se ao exercício profissional, já bastante desgastante destas trabalhadoras, o seu tradicional papel de cuidadora do lar, decorrente do fato de ser mulher, e estaremos diante de um grupo de trabalhadoras cuja precarização da produção é perceptível através do peso que representa sobre a sua saúde.

Tenho problema de coluna sempre. Estou com bursite na bacia, tive que fazer acupuntura. (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013).

Eu coloco almofadas para trabalhar. (Bordadeira B, grupo focal, 17/03/2013).

Eu tenho tendinite. (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013).

Além do fato de que o tipo de trabalho que realizam parece causar lesões específicas, dada a precariedade das condições da sua realização, estas trabalhadoras não podem se "dar ao luxo" de ficar doentes, como se isto fosse algo errado e passível de penalização.

A opressão a que elas estão sujeitas é tal que esta realidade de exploração é naturalizada e, conseqüentemente, aceita sem questionamento pelas trabalhadoras.

Mas, e quando se fica doente?

Faço e paro toda hora. Mas não fico sem pegar os bordados. (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013).

Vou trabalhar assim mesmo (...) Tenho que ter força para não ficar doente. (Diarista B, grupo focal, 30/03/2013).

Eu fico nas costas do marido (...) Não dá para trabalhar e fico sem o dinheiro. O ruim é que faz muita falta. Mas vou pagar o INSS para quando acontecer isso. (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013).

Faço mesmo passando mal, porque eu sou daquele jeito: se eu ficar na cama... quanto mais fico na cama, pior eu fico. Eu tenho que levantar e fazer alguma coisa. (Bordadeira B, entrevista, 10/07/2013).

Eu, desde quando comecei a trabalhar, nunca fiquei doente, e se acontecer vou assim mesmo. Já sai de casa me sentindo mal e peço muito a Deus para ficar bem e melhora. Teve uma vez que tive problema de tireoide e falei para a patroa que não ia no outro dia e ela disse que me mandaria embora. Aí eu voltei atrás e falei que ia. Eu tinha meu marido, mas gosto de ter o meu dinheiro, não podia ficar dependendo dele, meus filhos ainda eram adolescente, e no dia seguinte fui trabalhar. Deus foi tão bom que me senti bem, se eu ver que não estou me sentindo bem, coloco um remedinho na bolsa e não falto (...) Quando trabalho de segunda a sexta, às vezes amanheço toda quebrada e preciso tomar um Dorflex. (Diarista A, grupo focal, 30/03/2013).

4.5.

A reafirmação de um velho poder: relações sociais patriarcais

Principiamos este estudo discutindo a entrada das mulheres no mercado de trabalho, enquanto uma das principais conquistas feministas do século passado. No entanto, as conquistas femininas permaneceram submetidas ao padrão de relações sociais patriarcais que historicamente conforma nossa sociedade (Saffioti, 1979). Sendo assim, a mulher continua sendo considerada como a principal responsável pelo cuidado da casa e da família.

Neste contexto, a chamada divisão sexual do trabalho permanece presente na atual sociedade brasileira. A literatura crítica feminista já fez história da entrada das mulheres no mercado de trabalho, seguida da recusa masculina

de aceitar, no âmbito privado, a corresponsabilidade pela reprodução da casa e da família.

Estamos falando, portanto, da dupla jornada de trabalho feminino, um tema já clássico da sociologia feminista nacional e internacional. No caso das bordadeiras e diaristas este tema aparece com toda clareza, apontando para a reafirmação de um velho poder: o poder do masculino e sua estrutura de manutenção, as relações sociais patriarcais.

Com o serviço de casa fica difícil, me falta tempo. (Bordadeira A, grupo focal, 17/03/2013).

Gosto muito de bordar, mas estou em uma luta danada agora, M. e D. [netos]... Família vai crescendo e os filhos empurram tudo pra gente, e acabo ficando sem tempo. (Bordadeira C, grupo focal, 17/03/2013).

A própria utilização da linguagem é bastante ilustrativa da clara divisão de responsabilidades e papéis estabelecidos pelo padrão patriarcal: a mulher como cuidadora e o homem como provedor, em uma relação desigual e hierárquica de poder. Neste contexto, profissões tipicamente femininas - como é o caso de diaristas e bordadeiras - tendem a ser socialmente percebidas como trabalhos de pouco valor, especificamente por serem femininas.

... a profissão é desvalorizada... e por eu ser mulher! Com certeza existe diferença entre homens e mulheres. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

Com variações importantes que merecem destaque, de uma forma geral, nossas colaboradoras afirmam que os seus rendimentos "ajudam" na manutenção da casa e da família. Isso significa que elas não se percebem como as principais provedoras para os seus, embora muitas vezes fique claro que o sejam.

No começo ganhei um dinheiro muito bom, que foi muito bem vindo, e podia cuidar da casa, dos meus filhos... Dá pra ajudar pagar alguma coisa, serve bastante. (Bordadeira A, grupo focal, 06/07/2013).

É um dinheiro que eu uso pelo menos para manter K. [filha], ainda tenho a vantagem de não sair de casa, ainda mais com criança pequena, as pessoas me aconselham a largar e arrumar um emprego fora, mas não posso por causa da minha filha. (Bordadeira B, grupo focal, 06/07/2013).

Tinha que ajudar em casa e minha mãe me colocou para trabalhar cedo e arrumei apenas o serviço de doméstica. (Diarista B, entrevista, 08/07/2013).

Desde de nova já desenvolvia as atividades na minha casa, então foi muito fácil [aprender a fazer as tarefas enquanto diarista]. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

Além disso, na atualidade o fenômeno das avós que "cuidam" também da geração seguinte - a dos netos -, com o seus rendimentos já vem sendo estudado, com impacto importante até mesmo sobre o rendimento escolar das crianças.

Por outro lado, quando o tema é o trabalho de reprodução da família, as trabalhadoras falam de companheiros e/ou filhos(as) que "ajudam" ou "não ajudam" nas tarefas da casa. Esta escolha semântica fala claramente de uma compreensão naturalizada de que o serviço doméstico é "próprio" da mulher e, portanto realizado por ela sem discussão.

Faço tudo o que tenho para fazer, porque não tenho quem faça por mim. (Diarista B, grupo focal, 30/03/2013).

Eu tenho que fazer com certeza. (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013).

Eu, quando chego em casa mal tiro a roupa, já estou colocando tudo no lugar. Porque meus filhos trabalham. Para a filha não fazer, porque fico com pena, eu faço. E eu gosto de fazer do meu jeito, eu não aguento dormir com as coisas desorganizadas. (Diarista A, grupo focal, 30/03/2013).

Eu chego, não tiro nem a roupa, vou direto para o fogão, meus filhos trabalham fora, chego vou fazer logo a comida, ainda bem que tenho a máquina que lava por mim (...) são muitas tarefas. (Diarista C, grupo focal, 30/03/2013).

Pior eu que nem máquina tenho. (Diarista A, grupo focal, 30/03/2013).

Ninguém me ajuda. A minha filha me ajuda nas coisas da casa... Enquanto eu bordava, ela fazia uma outra coisa (...) Tem que parar [o trabalho do bordado], né? Parar e fazer o da casa, e deixar o trabalho para lá (...) Ah... fica muito confuso, te dá estresse, você tem que lavar roupa, mas tem que entregar o serviço, e tem que fazer o de casa, você fica bem estressada. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

Além disso, esta "apropriação" do trabalho doméstico realizada pela mulher, no caso das diaristas, muitas vezes é projetada na própria prestação de serviços remunerados aos seus empregadores.

Faço as atividades como se estivesse em minha casa, me sinto como se fosse em minha casa, fazendo as minhas coisas. (Diarista C, entrevista, 07/07/2013).

Chego cedo na casa da pessoa e saio só quando acabo, já a noite. (Diarista B, entrevista, 08/07/2013).

Fazia como se estivesse em minha casa, organizava tudo direitinho como faço na minha casa, a única coisa que nunca fiz foi abrir as coisas nas casas dos outros, nunca fiz na casa de ninguém, caso contrário faço a mesma coisa que faço em casa. (Diarista A, entrevista, 14/07/2013).

Finalmente, podemos dizer que este sentido de responsabilidade da mulher sobre o cuidado da casa e dos filhos, no caso das bordadeiras, é uma das mais importantes condicionantes da própria escolha profissional. Por que ser

bordadeira? Por que optar por uma profissão que maltrata e aprisiona, remunera mal e invade o espaço privado?

Pra ficar em casa, pra cuidar do filho. (Bordadeira B, entrevista, 10/07/2013).

Trabalhar em casa, né? Você ganha um dinheiro, você fica mais tempo com seus filhos, um meio de ganhar dinheiro, sem precisar sair de casa. (Bordadeira A, entrevista, 06/07/2013).

Acho bom não precisar sair de casa. (Bordadeira C, entrevista, 09/07/2013).

5

Considerações finais

Desde a sua concepção, este estudo teve como principal objetivo descrever e discutir o trabalho feminino no contexto das recentes transformações ocorridas no mundo do trabalho, com foco no trabalho doméstico remunerado e no trabalho em domicílio no Rio de Janeiro, através dos exemplos de diaristas e bordadeiras.

A questão principal que esta pesquisa desejava responder era como se organiza o trabalho feminino no atual contexto de precarização, flexibilização e terceirização do trabalho, quando este é realizado no espaço da casa?

Contando com a generosa colaboração de três diaristas e três bordadeiras do município de São Gonçalo, RJ o que se buscou conhecer foram as semelhanças e as diferenças que existem entre estas duas formas de trabalho feminino, considerando-se que o espaço da sua realização seja o da casa, podendo este ser entendido como espaço público - no caso das diaristas - ou como espaço privado - no caso das bordadeiras.

A primeira grande constatação deste esforço de pesquisa é a permanência da desvalorização do trabalho feminino realizado no espaço da casa, e o seu aprofundamento nas últimas décadas, como resultado da combinação de três fatores condicionantes:

- 1) A manutenção da informalidade a que estas duas formas de trabalho feminino estão submetidas;
- 2) As atuais formas, dotadas de precarização, do trabalho feminino desenvolvido no espaço da casa, praticadas através da desqualificação sistemática do trabalho e das próprias trabalhadoras, e
- 3) A permanência da subalternização social e econômica da mulher, através da vigência do padrão de relações sociais patriarcais.

Todos estes elementos, que aliás são históricos a respeito do trabalho da mulher, re-apropriados e ampliados pela atual configuração do capitalismo globalizado, servem com grande eficiência aos critérios de terceirização e

flexibilização; contribuem para a redução dos custos da produção às custas das trabalhadoras, e otimizam a exploração de mais-valia, incrementando os lucros.

A discussão teórica de matriz feminista a respeito das diferenças entre trabalho feminino e masculino sustenta que o âmbito público continua sendo espaço privilegiado dos homens e o âmbito privado um espaço reservado para o trabalho das mulheres. A pesquisa realizada permitiu visualizar a concretude desta hipótese teórica, tanto para diaristas, quanto para bordadeiras.

Cabe salientar, no entanto, que no trabalho em domicílio - das bordadeiras - a trabalhadora parece utilizar esta sua "determinação sócio-histórica" como o principal critério para a sua "opção" pelo exercício profissional no espaço privado do seu próprio lar, tomando este elemento como uma vantagem comparativa.

No trabalho em domicílio, a trabalhadora não apenas acolhe sem questionamentos as "tarefas femininas" decorrentes do seu papel de cuidadora do lar, dos filhos (e, mais recentemente, dos netos) ao mesmo tempo em que produz para o mercado, mas também entende que esta "escolha" é vantajosa para ela. Neste caso, produção e reprodução se entrelaçam em um só ambiente, no espaço privado, reafirmando e ressignificando a divisão sexual do trabalho, em um contexto de relações patriarcais de subalternização da mulher.

Por outro lado, no trabalho doméstico remunerado - das diaristas - a trabalhadora sai do seu espaço privado, porém presta seus serviços no espaço privado do outro. Embora se possa argumentar que, neste caso, o espaço privado se torna público, o que implicaria no estabelecimento de uma relação trabalhista formal, podendo garantir o mínimo de proteção da trabalhadora, o padrão que prevalece é o da informalidade.

Aqui cabe comentar três aspectos observados no campo de pesquisa, sobre esta forma de trabalho feminino no Brasil hoje:

- 1) Com a proposta da PEC das domésticas em 2013, o que se observou socialmente foi uma tendência dos empregadores a preferir a contratação de diaristas às mensalistas, para evitar a formalização do contrato de trabalho e o pagamento de direitos trabalhistas. Esta realidade, claramente percebida pelas colaboradoras, implica no aumento da oferta de diaristas, o que reduz a capacidade de negociação destas sobre a sua remuneração e a extensão da jornada de trabalho;

2) A desigualdade de poder entre empregadores e trabalhadora, decorrente da precária capacitação para o exercício profissional (que parece ser uma constante nesta profissão); da pobreza material da trabalhadora (que "não tem outra escolha" no mercado de trabalho), e da própria natureza do serviço prestado (entendido como menor e sem importância), faz com que as relações laborais se revistam de um caráter pessoal que, não apenas mantém a trabalhadora em situação de subalternidade socioeconômica, como também a expõe à possibilidade de ser alvo de tratamentos humilhantes e moralmente desqualificadores, e

3) A permanência da divisão sexual do trabalho, no bojo das nossas relações sociais patriarcais, se apresenta como um terreno fértil para a homologação do serviço prestado aos empregadores no espaço do trabalho (a casa do Outro) com as "tradicionais tarefas da mulher", o que acarreta confusão de papéis por parte da trabalhadora no exercício profissional, potencializando a sua exploração.

O trabalho desenvolvido tanto pelas bordadeiras, quanto pelas diaristas, pode-se argumentar, não tem visibilidade ou carecem de valorização pela sociedade, uma realidade expressa de forma recorrente pelas colaboradoras. Esta "invisibilidade" certamente contribui para a exploração das trabalhadoras, assim como aprofunda a precariedade das condições em que produzem e potencializam a desvalorização social e econômica a que estas se percebem submetidas.

Adicionalmente, estas duas profissões não estão regulamentadas no Brasil, o que significa que diaristas e bordadeiras estão formalmente impedidas de reivindicar direitos trabalhistas, ou gozar de proteção previdenciária.

A vivência do campo de pesquisa, cujo afã foi o de comparar duas formas de trabalhos femininos que estão submersos em uma subalternidade socioeconômica tangível, nos permitiu identificar algumas semelhanças e diferenças.

As semelhanças mais sensíveis são:

1) Estas são formas de trabalho feminino, cujo público principal são outras mulheres, seja na oferta de produtos, seja na

prestação de serviços. Estamos falando, portanto, de relações laborais nas quais contratantes, contratadas e consumidoras são mulheres. Esta realidade permite visualizar hierarquias de poder entre mulheres, para as quais a ferramenta teórica feminista é bastante limitada. Estamos falando de mulheres que apropriam o trabalho de outras mulheres. Algumas vezes, mulheres pobres que exploram outras mulheres pobres, o que não torna a desigualdade de poder menos perversa ou desqualificadora, o que ainda carece de reflexão acadêmica.

2) Estas são formas de trabalho feminino desenvolvidas no espaço da casa, ou seja: no âmbito privado. Seja na casa da própria trabalhadora, seja na da contratante, o fato do trabalho se desenvolver no seu interior propicia a superposição/homologação dos papéis de trabalhadora e de cuidadora. A este respeito a literatura crítica feminista tem na categoria do patriarcado uma poderosa ferramenta teórica de análise que iluminou o campo da pesquisa.

3) Estas são formas de trabalho feminino não regulamentadas, socioeconomicamente desvalorizadas e desenvolvidas em condições materiais precárias e incapacitantes. A este respeito, o peso histórico das relações sociais patriarcais parece se somar à lógica perversa da exploração capitalista para calçar "como luva" na atual configuração do capitalismo globalizado.

Em termos das diferenças observadas destacamos:

1) O local da realização do trabalho é distinto, o que torna a dinâmica de gestão do seu próprio tempo pela trabalhadora bastante diferenciada. A este respeito, embora as bordadeiras tendam a perceber a sua presença permanente "em casa" como uma "vantagem", o que se observa é uma superposição de tarefas realizadas ao mesmo tempo, com implicações graves para a saúde da trabalhadora.

2) A própria natureza do trabalho realizado é distinta, posto que as bordadeiras estão diretamente envolvidas na produção para o mercado, enquanto que as diaristas prestam serviços de

reprodução e manutenção. Uma das consequências desta diferença é a capacidade das trabalhadoras de inferirem o valor do seu trabalho, *vis-à-vis* com o que recebem por ele, através de outras referências. No caso das diaristas, a valorização do trabalho (e, conseqüentemente, a sua remuneração) fica totalmente dependente das relações interpessoais estabelecidas com a empregadora, deixando margem para tensões de ordem pessoal e moral.

Seja pela via da terceirização, seja pela permanência na informalidade ou ainda pela reafirmação de uma dolorosa desigualdade estrutural de poder e atribuições entre homens e mulheres - no mundo do trabalho e no seio da família -, o que este estudo parece corroborar é nossa suposição inicial de que o trabalho feminino no capitalismo globalizado, a que todos estamos submetidos, continua sendo desvalorizado e duramente expropriado.

Isto parece ser particularmente verdade quando a trabalhadora é proveniente de um espaço de pobreza, é pobremente educada e/ou capacitada e desempenha o seu trabalho no espaço da casa.

Em outras palavras: o mercado remunera mal, reconhece pouco e não respeita o trabalho feminino realizado no espaço da casa.

E no mesmo movimento, nega respeito e reconhecimento à mulher.

6

Referências bibliográficas

ABREU, A. R.de P. **O avesso da moda**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

ÁLVARO, M. Â. G. Trabalho doméstico e desigualdade social. In: **Enfoques** v.11(1), março 2012.

ALVES, G. **O novo (precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARAÚJO, Â. M. C.; AMORIM, E. R. A. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção**: um estudo na região de Campinas, 2001. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 04 nov. 2012.

ATTRIDE - STIRLING, J. **Thematic network: an analytic tool for qualitative research**. *Qualitative Research*, v. 1, n. 3, p. 385-40.

BASTOS, P. da C. **Jovem mulher negra quilombola**: identidades e trajetórias. *Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos* 23 a 26 de agosto de 2010.

BECK, U. **Capitalismo sem trabalho**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 1997.

BELTRÃO, K.; MARINHO, M.; IGNÁCIO, E. **Territórios da Moda**: indústria da moda na cidade do Rio de Janeiro, 2011. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / SEBRAE. Centro de Tecnologia e Sociedade - Direito Rio FGV. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1806097/DLFE-230512.pdf/Territorios_da_ModaRelatorio_Quant.pdf>. Acesso em 11 dez. 2012.

BOURDIEU, P. Compreender. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRITTEN, N. Entrevistas qualitativas na pesquisa em atenção à saúde. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**, 2007. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 13 set. 2012.

CACCIAMALI, M. C. **Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México**. Pesquisa e Debates, São Paulo, volume 12, n. 1 (19), 2001. Disponível em: <www.revistas.pucsp.br>. Acesso em: 25 ago. 2012.

COLLI, J. M. **A trama da terceirização**: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000.

COLLIN, D. Las tesis sobre "El fin Del trabajo": ideologia y realidad social. In: **Revista Herramienta**, nº6, março 1998. Disponível em: <www.herramienta.com.ar>. Acesso em: 12 jun. 2012.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT), 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CUNHA, S. **PEC dá mais direitos às domésticas, mas informais ainda são maioria**, 2013. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 02 abr. 2013.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O trabalho doméstico na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo 2009. Disponível em <www.seade.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2013.

DOCA, G. Novos direitos de domésticos só valerão a partir de janeiro. In: **Jornal O Globo**. RJ, 13 de julho de 2013.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, 1876. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Pesquisa de opinião pública realizada pelo Núcleo de Opinião Pública, em agosto 2010.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Mulher no Mercado de Trabalho**: perguntas e respostas, 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2013.

KITZINGER, J. Grupos focais com usuários e profissionais da atenção à saúde. In: POPE, C. e MAYS, N. (org.). **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KON, A. **Família e trabalho: considerações teóricas sobre a participação no mercado de trabalho**, 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

LAVINAS, L; SORJ, B.; BARSTED, L. L.; JORGE, Â. Texto para discussão nº 717. **Trabalho a domicílio**: novas formas de contratualidade. Rio de Janeiro, abril de 2000.

LEITE, M. de P. **As bordadeiras de Ibitinga**: trabalho a domicílio e prática sindical. Cadernos Pagu (32), janeiro - junho de 2009. Disponível em: <www.scielo.br/>. Acesso em: 04 fev. 2013.

LIMA, R. de L. de; SILVA, F. de S. B.; SILVA, A. K. B. da; MEDEIROS, M. G. de. Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. In: **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 40-48 jan./jun. 2010.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Proposições, v.19, n.2 (56) - maio / agosto 2008.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: Edufes, 2001.

MARTINEZ, T. S. **Trabalho domiciliar feminino no Brasil**: determinantes familiares e produtivos do trabalho remunerado exercido no próprio domicílio, 2008 [Dissertação de Pós-Graduação em Economia, Universidade SP]. Disponível em: <www.teses.usp.br/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MARX, K. **O capital**: A crítica da economia política. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro 1. Volume I e Volume II.

MATTOS, R. C. **Desvendando o íntimo espaço da moda**, 2005. [Tese de Doutorado em Geografia, UFF]. Disponível em: <www.bdttd.ndc.uff.br>. Acesso em: 12 out. 2012.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, H. P. de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2013.

MELO, H. P.; TELES, J. L. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2013.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. (Org. Maria Cecília de Souza Minayo), 23ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NEVES, M. de A.; PEDROSA, C. M. **Gênero, flexibilidade e precarização**: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. Artigo recebido em 2 maio 2006, e aprovado em 16 ago. 2006. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho". RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da diferença**: o feminino emergente, São Paulo: Brasiliense, 1991.

PAULA, N. de. Mais diaristas, menos mensalistas. In: **Jornal O Globo**. RJ, 15 de julho de 2013.

PERROT, M. **Sair**. História das mulheres no Ocidente. São Paulo: Ebradil, 1991.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). **As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos**, 2011. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 12/08/2012.

PRANDI, J. R. **O Trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. SP: Makron books, 1995.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANCHES, S. **Trabalho doméstico**: desafios para o trabalho decente. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. SP: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TONI, M. de. Visões sobre o trabalho em transformação. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 9, p.246-286, jan/jun 2003.

TOURTIER - BONAZZI, C. de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). **Uso e abusos da história oral**. 8ª ed.: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: **Usos e abusos da história oral** (org. Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado), 8ª ed.: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

7 Apêndice

7.1. Roteiro de Entrevista Semi Estruturada

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: M () F () Cor: _____

Estado Civil: _____ Tem filhos? Quantos? _____

Bairro residencial: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Tempo de profissão: _____

Como começou a exercer a profissão? _____

Teve outra profissão antes dessa? Qual? _____

Por que escolheu ser bordadeira (ou diarista)? _____

O que acha da profissão? _____

Quais os trabalhos realizados por você? Como aprendeu a desenvolvê-los?

Seus direitos enquanto trabalhadora e mulher são garantidos? Se sim, quais, como? Se não, o que falta, por quê?

Tem carteira assinada ou algum tipo de contrato? Se não, como é feito o pagamento? Se sente confortável com essa situação?

Está satisfeita com a sua renda? Ela é complementar a da sua família ou é a principal?

Já foi descontado algum valor da sua renda ao final do trabalho realizado? Por quê?

Como é a relação com seu patrão?

Você é cobrada em seu trabalho? De qual forma?

Faz o pagamento do INSS? Se não, por quê? Entende a importância desse pagamento?

Quando fica doente como se dá a relação com o trabalho?

Como se dá sua jornada de trabalho?

Como são as condições físicas do ambiente em que realiza seu trabalho?

Como você se sente em relação ao seu trabalho?

(Para as bordadeiras) Como é para você trabalhar em sua própria casa?
Sua família participa desse trabalho?

(Para as bordadeiras) Como administra o espaço da casa com o do
trabalho, já que acaba sendo o mesmo?

(Para as bordadeiras) vocês sabem para onde vão as peças que
produzem, quanto custa e quem compra?

(Para as diaristas) Como é para você trabalhar na casa do outro?
Desenvolve as atividades como se tivesse realizando em sua casa?

(Para as diaristas) Como administra o espaço da casa com o do trabalho,
já que sai de um para ir para o outro?

(Para as diaristas) Trabalham quantas vezes na semana, tem casas fixas, as pessoas reclamam do valor cobrado pela diária?

Os membros da sua família ajudam nas atividades do lar? Como?

Vocês se sentem valorizadas no seu trabalho? Achem que o que desenvolvem são atividades importantes? Como percebem isso?
